

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**  
**DOUTORADO**

**A Negritude da Pobreza no Espaço Urbano: Um olhar sobre a  
dinâmica vivida pela juventude negra moradora de áreas segregadas no  
Estado de Pernambuco.**

**Aluna:** Valdenice José Raimundo

**Orientadora:** Profa. Dra. Vitória Régia Fernandes Gehlen

Recife, 2010.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL**  
**VALDENICE JOSÉ RAIMUNDO**

**A Negritude da Pobreza no Espaço Urbano: Um olhar sobre a  
dinâmica vivida pela juventude negra moradora de áreas segregadas no  
Estado de Pernambuco.**

Tese apresentada por Valdenice José Raimundo como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Serviço Social junto à Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da Professora Doutora Vitória Régia Fernandes Gehlen.

**RECIFE, 2010.**

Raimundo, Valdenice José

A negritude da pobreza no espaço urbano: um olhar sobre a dinâmica vivida pela juventude negra moradora de áreas segregadas no Estado de Pernambuco / Valdenice José Raimundo. - Recife: O Autor, 2010.

158 folhas: fig., gráf., quadros, abrev. e siglas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Vitória Régia Fernandes Gehlen

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2010.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Relações sociais de raça. 2. Relações sociais de classe. 3. Cotidiano. 4. Violência. 5. Resistência. 6. Juventude. I. Gehlen, Vitória Régia Fernandes (Orientadora). II. Título.

361.2 CDD (22.ed) UFPE/CSA 2011 -120



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE DOUTORADO

Ata da Defesa de Tese do Curso de Doutorado em Serviço Social, realizada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco. Às nove horas do dia três de novembro do ano de dois mil e dez, no Anfiteatro do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a Defesa de Tese intitulada: "A NEGRITUDE DA POBREZA NO ESPAÇO URBANO: UM OLHAR SOBRE A DINÂMICA VIVIDA PELA JUVENTUDE NEGRA MORADORA DE ÁREAS SEGREGADAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO.", de autoria da Doutoranda Valdenice José Raimundo, a qual já havia preenchido todas as demais condições exigidas para obtenção do Grau de Doutor em Serviço Social. A Banca Examinadora aprovada pelo Colegiado do Curso e homologada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, processo número 23076.047828/2010-23, foi constituída pelos seguintes Professores: Vitória Régia Fernandes Gehlen, Doutora em Planejamento e Desenvolvimento de Políticas Públicas, Orientadora e Examinadora Interna; Rosa Ester Rossini, Doutora em Geografia, Examinadora Externa; Marx Prestes Barbosa, Doutor em Geociências, Examinador Externo; Mônica Rodrigues Costa, Doutora em Serviço Social, Examinadora Externa; Ana Cristina de Souza Vieira, Doutora em Serviço Social, Examinadora Interna; Ana Lúcia Fontes de Souza Vasconcelos, Doutora em Serviço Social, Suplente Externa; Anita Aline Albuquerque Costa, Doutora em Serviço Social, Suplente Interna. Na qualidade de Orientadora, a Prof.ª Dr.ª Vitória Régia Fernandes Gehlen presidiu os trabalhos e após as devidas apresentações, convidou a candidata a discorrer sobre o conteúdo da Tese. Concluída a apresentação, a candidata foi arguida pela Banca Examinadora, que após as devidas considerações finalizou os trabalhos e decidiu... *aprovada* a Tese com as seguintes menções: Dr.ª Vitória Régia Fernandes Gehlen: *aprovada*; Dr.ª Rosa Ester Rossini: *aprovada*; Dr. Marx Prestes Barbosa: *aprovada*; Dr.ª Mônica Rodrigues Costa: *aprovada*; Dr.ª Ana Cristina de Souza Vieira: *aprovada*. E para finalizar, lavrei a presente ata que será assinada por mim e por quem de direito. Recife, 03 de novembro de 2010.

BANCA:

*Vitória Régia Fernandes Gehlen*  
Prof.ª Dr.ª Vitória Régia Fernandes Gehlen

*Rosa Ester Rossini*  
Prof.ª Dr.ª Rosa Ester Rossini

*Marx Prestes Barbosa*  
Prof. Dr. Marx Prestes Barbosa

*Mônica Rodrigues Costa*  
Prof.ª Dr.ª Mônica Rodrigues Costa.

*Ana Cristina de Souza Vieira*  
Prof.ª Dr.ª Ana Cristina de Souza Vieira

DOUTOR:

*Valdenice José Raimundo*  
Valdenice José Raimundo

## DEDICO ESTE TRABALHO

*A todos (as) que acreditam que:*

*A vida pode ser melhor!*

*O mundo pode ser um lugar onde tod@s podem partilhar a alegria de ser humano, sem possibilidades de expressões desumanizadoras.*

*Há lugar para o SONHO e para a igualdade.*

*As pessoas podem ser respeitadas como são.*

*A violência é uma afronta contra o Criador.*

*A verdade se faz necessária na construção das relações sociais.*

*A solidão é uma escolha e não uma imposição.*

*A pobreza e a desigualdade social podem ser erradicadas.*

*A vida não tem que ser banalizada.*

*Nós merecemos ser felizes.*

## **NEGRITUDE**

**Negro, o açoite tá comendo.**

**A chibata tá lanhando.**

**Não desiste não.**

**Derruba as canas.**

**Planta mandioca.**

**Não desisti não.**

**Com dor no peito,**

**Com lágrimas na cara.**

**Não desisti não.**

**O açoite cai.**

**A chibata vira lembrança.**

**Não desisti não.**

**Colhe o feijão.**

**Mói o café.**

**Não desisti não.**

**Da dor no peito,**

**Das lágrimas roladas,**

**Vitória na mão.**

**Libertação.**

*(Poema extraído do livro: Ouvindo Histórias da Senzala - Joana dos Anjos, 1987:20).*

## AGRADECIMENTOS

Esta tese resultou de longos momentos de preces e orações, bem como, de longas discussões com meus amigos, colegas e orientadora a quem nomeio de co-pesquisadores. Embora envolvidos com seus afazeres cotidianos, pesquisas e trabalhos acadêmicos e seculares foram capazes de me ouvir, opinar e contribuir com esta construção, que, para mim, tem um valor de conquista e superação.

Gostaria de agradecer a Deus, que, cuidadosamente, através de diversas pessoas, apoiou-me, fortaleceu-me e fez-me acreditar que era possível chegar ao final desta pesquisa.

Gostaria de agradecer à orientadora, Professora Dra. Vitória Régia Fernandes Gehlen, por seus muitos *insights* e elaborações, por seus comentários e críticas, que me fizeram transpirar na busca de construir aproximações teóricas coerentes com o proposto para a pesquisa.

À banca por ter aceitado o convite e pelas contribuições na construção desta tese.

Gostaria de agradecer à minha família, pois não são poucos os que oraram, animaram e nunca deixaram de crer que eu seria capaz de concluir a pesquisa.

Às minhas colegas de turma: Ilke, Carol Beltrão, Fátima, Delaine e ao meu colega Ary, pelas trocas de bibliografias, compartilhamento de idéias, pela paciência na hora dos desabafos: ouvindo, opinando, encorajando, enfim fizeram parte dessa elaboração. E em especial, à Tereza Cristina com quem construí uma relação de amizade, companheirismo, uma relação de irmãs.

À Jouse Barata, uma das coordenadoras do Movimento Cores do Amanhã, à Lourdes Thomas da FUNASE – Fundação de Atendimento Sócio Educativo, à Isamar Pereira Pita Torres, diretora da Escola Professor Costa Pinto, à Mariã Lima e à Taciana Silva, líderes do grupo de jovens vinculados a um grupo religioso, por viabilizarem o acesso aos jovens sem os quais esta pesquisa não seria possível.

Agradeço ao CNPq, pela bolsa de estudos e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE, pela oportunidade de continuar minhas pesquisas acadêmicas.

Agradeço a Deane Figueiredo que atenciosamente leu e releu esta tese e deu ótimas contribuições.

Finalmente, eu quero agradecer ao grupo de estudos e pesquisas, no qual exerço a função de vice-coordenadora – GRAPP - Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas, nas pessoas de Carlos Pedrosa, Flaviane Carvalho, Amanda Souza, Jéssica de Jesus, Magaly Colares, Mariana Oliveira, Karla Silveira, Maria Pereira, Tatiane Santana, André Barros e Emmanuele Mendonça, pelo cuidado e apoio nos dias de nervosismo, de tristezas, e, sem dúvidas, pelos dias de muitas risadas. Valeu!

Àqueles (as) que passaram pela minha vida, neste período e deram sua contribuição. Hoje, se foram e, agora, só os tenho na lembrança.

A todos e a todas meu muito obrigada!

## **LISTA DE SIGLAS**

**CENIP** - Centro de Internação Provisória.

**FUNASE** - Fundação de Atendimento Sócio Educativo.

**IDH** - Índice de Desenvolvimento Humano.

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

**OMS** - Organização Mundial da Saúde.

**TEN** - Teatro Experimental do Negro

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 01:</b> Conquistas históricas do Povo Negro.....	73
<b>QUADRO 02:</b> Grupo do CENIP - PE/ Masculino.....	113
<b>QUADRO 03:</b> Grupo do CENIP - PE/ Feminino.....	114
<b>QUADRO 04:</b> Grupo com vínculo religioso. (Masculino e Feminino).....	115
<b>QUADRO 05:</b> Grupo do Movimento Cultural Cores do Amanhã. (Masculino e Feminino).....	116
<b>QUADRO 06:</b> Grupo da Escola Professor Costa Pinto. (Masculino e Feminino).....	116

## LISTA DE GRÁFICOS

**GRÁFICO 1:** Grupo do CENIP- PE/ Masculino.....117

**GRÁFICO 2:** Grupo do Movimento Cultural Cores do Amanhã (Masculino e Feminino).....118

**GRÁFICO 3:** Grupo do CENIP- PE/Feminino.....118

## LISTA DE FIGURAS

**FIGURA 01:** Atividade desenvolvida pelo grupo de jovens com vínculo religioso.....132

**FIGURA 02:** Atividade desenvolvida pelo grupo de jovens do Movimento Cultural Cores do Amanhã.....132

**FIGURA 03:** Atividade desenvolvida pelo grupo de jovens do Movimento Cultural Cores do Amanhã.....133

**FIGURA 04:** Atividade desenvolvida pelo grupo de jovens do Movimento Cultural Cores do Amanhã.....133

## RESUMO

Esta tese de doutorado em Serviço Social tem por objeto de estudo a violência e suas diversas formas de manifestações na contemporaneidade e como campo empírico a observação desse fenômeno na vivência da juventude negra moradora de áreas urbanas periféricas do Estado de Pernambuco. No tocante ao procedimento metodológico, fez uso da abordagem de pesquisa qualitativa com o emprego da técnica de coleta de dados, através do grupo focal. Os sujeitos da pesquisa foram pessoas jovens, de ambos os sexos e com idades entre 14 e 27 anos. A análise norteou-se pela aproximação à perspectiva crítica. As principais categorias analisadas foram: o espaço segregado das favelas, o racismo e sua manutenção no decorrer da história e a juventude negra. O estudo dessas categorias foi realizado considerando os processos históricos relacionados às formações socioeconômica e espacial, que influenciam e determinam o cotidiano dos sujeitos pesquisados. Este estudo é relevante para os movimentos sociais negros, para o Serviço Social, bem como para os gestores de políticas e programas voltados às pessoas jovens. O estudo considerou, também, a resistência histórica dessa população, que apesar dos limites impostos pela realidade socioeconômica e racial, persistem e resistem às determinações socioespacial e econômica.

**Palavras-chave:** relações sociais de raça, relações sociais de classe, cotidiano, violência, resistência, juventude.

## **ABSTRACT**

This doctoral thesis in Social Work has as its object of study violence and its various manifestations in contemporary forms and as an empirical field observation of this phenomenon in the experience of black youth who lives in peri-urban areas of the state of Pernambuco. The methodology is made use of qualitative research approach, and the technique of data collection, the focus group. The study subjects were young persons of both sexes and aged between 14 and 27 years. The analysis was a northern approach to the critical perspective. The main categories analyzed were segregated space of slums, racism and its maintenance in the course of history and black youth. The study of these categories was made on the historical processes related to socioeconomic and spatial formation and determines what influence the daily lives of individuals. This study is relevant to the black social movements, to social work as well as for policymakers and programs for young people. The study also considered the historical resistance of this population that despite the limits imposed by the socioeconomic and racial persist and resist socio and economic determinations

**Keys-word:** social relations of race, social class, daily violence, strength, youth.

## RESUMEN

Esta tesis de doctorado en Trabajo Social tiene como objeto de estudio de la violencia y sus diversas manifestaciones en las formas contemporáneas y como una observación sobre el terreno empírico de este fenómeno en la experiencia del joven negro que vive en áreas peri-urbanas del estado de Pernambuco. La metodología que se haga uso de la investigación cualitativa y la técnica de recolección de datos, el grupo de enfoque. Los sujetos del estudio eran personas jóvenes de ambos sexos y de edades comprendidas entre 14 y 27 años. El análisis fue un acceso norte a la perspectiva crítica. Las principales categorías analizadas fueron el espacio separado de los barrios pobres, el racismo y su mantenimiento en el curso de la historia y el joven negro. El estudio de estas categorías se hizo teniendo en cuenta los procesos históricos relacionados con la formación socioeconómica y espacial y determina lo que influyen en la vida cotidiana de las personas. Este estudio es relevante para los movimientos sociales negro, al trabajo social y para los formuladores de políticas y programas para los jóvenes. El estudio también examinó la resistencia histórica de esta población que, a pesar de los límites impuestos por el socio socioeconómicos y raciales persisten y son resistentes y las determinaciones económicas.

**Palabra clave:** las relaciones sociales de raza, clase social, la violencia cotidiana, la fuerza, la juventud.

## SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO.....18**

### **CAPÍTULO I**

Aproximações teóricas ao objeto.....24

A pobreza no espaço: a juventude e o seu espaço de vivência cotidiana.....37

### **CAPÍTULO II**

Pensando a negritude e suas origens.....47

Organização social da África.....51

Africanos no Brasil: suas contribuições.....56

Formação socioeconômica do Brasil.....59

A resistência negra no escravagismo e na contemporaneidade.....67

### **CAPÍTULO III**

As faces da violência sofrida pela juventude negra.....76

### **CAPÍTULO IV**

As políticas públicas para a juventude negra.....94

### **CAPÍTULO V**

Aproximações teóricas e metodológicas ao objeto.....105

Apresentando os grupos pesquisados.....110

Dialogando com os sujeitos da pesquisa.....121

**CONSIDERAÇÕES FINAIS.....135**

### **ANEXOS**

Anexo 1- A cronologia da história africana.....	139
Anexo 2 – Percentual e perfil de pobres por cor/raça declarada.....	141
Anexo 3 - Sonhos: Imagens produzidas pelos jovens pesquisados..	143
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>146</b>

## INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado em Serviço Social insere-se no emergente campo dos estudos sobre a juventude no Brasil. Tem por objeto de estudo a violência e suas diversas formas de manifestações na contemporaneidade. No campo empírico, utilizou-se da observação desse fenômeno na vivência da juventude negra moradora de áreas urbanas periféricas.

Esta investigação foi orientada pelos seguintes pressupostos<sup>1</sup>: Primeiro, o racismo é uma manifestação da violência, sendo assim há, na realidade brasileira, uma manutenção do racismo, que se atualiza de acordo com o momento histórico. Segundo, as relações sociais de classe não são os únicos caminhos para se entender as desigualdades, as relações sociais de raça também produzem e intensificam as desigualdades sociais.

O interesse por este estudo surgiu a partir da observação da realidade, que apontava a juventude negra como principal alvo da violência urbana, ou seja, dos homicídios, dos excessos policiais e vivendo em famílias consideradas pobres. Assim, ao se observar as condições de vida e oportunidade das pessoas jovens negras, supõe-se que não se pode deixar de enfrentar teoricamente e criticamente a questão das diversas formas de violência que as atinge.

Desta forma, através de leituras específicas, observações da realidade, e reflexões, que contribuíram para o processo de construção dessa tese, surgiram questões consideradas pertinentes ao estudo, tais como: no campo das relações sociais<sup>2</sup> e considerando as contradições no seu interior, de que forma o racismo pode ser entendido - enquanto uma manifestação da violência - em meio às mudanças do capitalismo contemporâneo? Quais as implicações destas

---

<sup>1</sup> A escolha por construir pressupostos se deu, porque na abordagem da pesquisa qualitativa não há a necessidade de construção de hipóteses. O pressuposto se desvincula do caráter formal comprobatório da hipótese. O pesquisador não se preocupa em buscar evidências definidas anteriormente, acredita-se que a dinamicidade da realidade e o rigor teórico metodológico irão conduzir os resultados da pesquisa.

<sup>2</sup> No sentido marxista relações sociais é uma oposição estrutural de duas classes com interesses antagônicos. Devreux (2005).

mudanças para a juventude e, especificamente, para a juventude negra? Quais os determinantes da violência que vitimizam, na *grande maioria*, a juventude negra?

Acredita-se que as questões acima enunciadas são expressões de processos históricos, que terão como determinação a ação da ordem capitalista vigente, como também as relações sociais de raça. Para entender como as desigualdades sociais foram geradas na realidade brasileira, este estudo lançou um olhar sobre a formação social do Brasil, procurando entender os elementos constitutivos dessa formação e sua repercussão na vivência da juventude negra em pleno século XXI.

Desta forma, este estudo é relevante para os diversos grupos comprometidos em transformar esta realidade, dentre os quais o movimento negro, os movimentos culturais e também para o Serviço Social, pois este tem *“o compromisso de, na contemporaneidade, estar de olhos abertos para o mundo, num esforço de decifrá-lo e participar da sua recriação”* (IAMAMOTO, 2000, p. 19).

Essa temática insere-se no conjunto das expressões da Questão Social. Estudá-la é aprofundar sua compreensão, visto que, segundo Cardoso (1996), esta se apresenta como o elemento que dá concretude à profissão, ou seja, é sua base de fundação histórico-social na realidade. Ao mesmo tempo, reafirma o compromisso com o projeto ético-político do Serviço Social que convoca os profissionais à uma prática livre de qualquer atitude discriminatória.

Espera-se que os resultados deste estudo venham contribuir para fomentar, no Serviço Social, uma reflexão acerca da necessidade de, nos cursos de formação, preparar profissionais negros e brancos, homens e mulheres, que discutam e reflitam – com profundidade – sobre a diversidade racial dos usuários dos seus serviços. O Serviço Social, avançando nesse debate, poderá contribuir com a desconstrução da ideologia racista, que plasma na sociedade brasileira; podendo incluir, na sua prática, uma postura anti-discriminatória e anti-racista. A questão racial se apresenta como uma demanda para a profissão, uma vez que, a luta por direito à igualdade não aniquila as diferenças étnico-raciais.

Esta reflexão poderá fornecer aos gestores públicos subsídios para o planejamento de políticas públicas e programas, que possam promover igualdade para todos (as); contemplando os elementos, que ainda se colocam como obstáculos na superação das diferentes formas de manifestação da violência.

Diante destas considerações, esta tese orienta-se pelos seguintes objetivos: analisar a violência urbana e a sua relação com a dinâmica racial na contemporaneidade; investigar as origens da violência sofrida pela juventude negra; entender o posicionamento e a resistência da juventude negra frente às situações de privação e violências. No intuito de aprofundar as questões levantadas e buscando responder aos seus objetivos, esta tese está organizada em cinco capítulos.

O primeiro capítulo aborda as principais categorias teóricas e explicativas que darão suporte à análise da realidade estudada. Estas categorias estão, enquanto recortes particulares, em interação com o objeto de estudo e o objetivo, e têm como finalidade construir uma compreensão da realidade para além das aparências.

O segundo capítulo, cujo título é: **PENSANDO A NEGRITUDE E SUAS ORIGENS**, foi desenvolvido a partir dos fundamentos sócio-históricos, que balizam a formação socioeconômica do Brasil. Este esforço visou compreender as origens da violência sofrida pela juventude negra. Para isso construiu uma reflexão da formação sócio econômica do Brasil ancorada não apenas nos acontecimentos, que ocorreram no Brasil, mas buscou subsídios, também, na organização social da África.

Isto por acreditar que os africanos que para aqui foram trazidos, num movimento de extrema violência, tiveram uma grande influência na constituição da formação social e econômica brasileira. No entanto, eles pertenciam a uma realidade distinta da vivida no Brasil, e que, mesmo apartados da vivência no seu continente, estas vivências africanas contribuíram de diversas formas para o estabelecimento das relações sociais no Brasil. Principalmente nos movimentos

de resistência ao escravagismo, cujos reflexos podem ser percebidos nos diversos movimentos de expressão negra na atualidade.

O terceiro capítulo, **AS FACES DA VIOLÊNCIA SOFRIDA PELA JUVENTUDE NEGRA**, mostrará que as pessoas jovens negras na atual conjuntura têm sido vitimadas por diversas expressões da violência, destacando-se a violência urbana, a segregação socioespacial e o racismo entendidos como violências sociais. Desta forma, se fará uma análise da violência urbana, enquanto expressão da violência social, na tentativa de estabelecer sua relação com a dinâmica racial na contemporaneidade.

No quarto capítulo, **POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE E SEUS REBATIMENTOS PARA A JUVENTUDE NEGRA**, serão apresentadas as principais políticas públicas que, na atualidade, têm como alvo o atendimento as demandas da juventude, sobretudo sobre os rebatimentos dessas políticas na vida dos jovens negros/as.

O quinto capítulo, **JUVENTUDE NEGRA ENTRE A NEGAÇÃO E A RESISTÊNCIA**, será dividido em três pontos. No primeiro, será apresentada a metodologia. Para Minayo (1994), entende-se por metodologia o caminho e o instrumental próprios de abordagem da realidade, sendo assim, incluem as concepções teóricas de abordagem e o conjunto de técnicas capazes de contribuir com a apreensão da realidade. De acordo com Gil (1999), a investigação científica depende de um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” (p.26). Desta forma, será apresentado neste ponto tanto o arcabouço teórico, quanto os procedimentos técnicos de investigação.

No segundo, será apresentado o contexto dos jovens que fazem parte da pesquisa e informações importantes para o desenvolvimento e compreensão de suas questões norteadoras. No terceiro, serão apresentados os diálogos construídos com os jovens, a partir dos quais são retomadas as questões postas

por esta pesquisa na tentativa de responder às indagações que a provocaram. Por fim, serão apresentadas as considerações finais, apontando novos elementos com potencial de dar continuidade às novas pesquisas, que aprofundem esta temática.

Os resultados alcançados significam contribuições basicamente em duas direções: a primeira é a de oferecer subsídios teóricos e empíricos, que mostrem que a violência atribuída ao jovem não pode ser entendida como um fenômeno natural. A segunda é a de contribuir para o esclarecimento sobre as potencialidades e os limites das políticas públicas voltadas para esta categoria social e, especificamente, às pessoas jovens negras.

Assim, reafirma-se a pertinência desta pesquisa para o debate contemporâneo, já que se está diante de uma temática que, na contemporaneidade, não se esgotou, mas, ao contrário, tem se reformulado. Pretende-se, também, dar visibilidade aos sujeitos da pesquisa, ou seja, visibilizar as suas experiências, por acreditar que a apreensão<sup>3</sup> da realidade vivenciada permite desenvolver ações comprometidas, buscando alternativas de superação das condições de desigualdade a que estão submetidos.

---

<sup>3</sup> Embora entendendo que a realidade não pode ser apreendida na sua totalidade, mas através de aproximações sucessivas.

# CAPÍTULO I

*“Se o real está em movimento, então que o nosso pensamento também se ponha em movimento e seja pensamento desse movimento. Se o real é contraditório, então que o pensamento seja pensamento consciente da contradição”.*

*Lefebvre, 1991.*

## Aproximação teórica ao objeto

Um estudo que se proponha a entender a questão da violência precisará fazê-lo a partir da compreensão de sua origem e formação e não apenas de como esta é percebida no cotidiano das relações sociais. Imprescindível considerar as dinâmicas que a criaram e a transformam, no esforço de apreendê-la dentro do processo histórico.

Desta forma, tornar-se-á necessário contextualizá-la, entendendo-a como um fato histórico. É importante ainda entendê-la em relação com a história da sociedade mundial, aliada à compreensão da realidade da sociedade brasileira para que, a partir disto, se possa pensar nas possibilidades e limites da sua transformação. A sociedade brasileira tem passado por diversas transformações, as quais precisam ser entendidas a partir de sua inserção no contexto das transformações mundiais. Essas transformações estão articuladas aos processos de globalização/mundialização e do neoliberalismo. As mudanças decorrentes da articulação desses dois movimentos incidem, radicalmente, na organização das relações sociais.

Entender a violência a partir dessa dinâmica implica em afirmar como disse Porto (2000): as mudanças que atravessam o conjunto da sociedade brasileira desenvolvem-se no contexto das mudanças mundiais e inserem reflexões de caráter nacional no movimento mais geral destas transformações.

A mundialização, ou ainda, em termos anglo-saxões, a globalização, nos anos 90 tem intensificado e aprofundado mudanças significativas na dinâmica do capitalismo internacional, gestadas nas duas décadas precedentes. Vários são os fatores que dão materialidade a estas mudanças:

A mundialização dos mercados, sua crescente integração, a deslocalização da produção para outros mercados, a multiplicidade e multiplicação de produtos e de serviços, a tendência à conglomeração das empresas, a mudança nas formas de concorrência e a cooperação interindustrial alicerçada em alianças estratégicas entre empresas e em amplas redes de subcontratação, a busca de estratégias de elevação da competitividade industrial, através da intensificação do uso das tecnologias informacionais e de novas formas de gestão do trabalho.

(DELUIZ, 1996: 2).

### De acordo com Chesnais (2000)

Atrás da expressão neutra da “mundialização da economia” e seu corolário já mais explícito da “vitória do mercado”, esconde-se um modo específico de funcionamento e de dominação política e social do capitalismo. Para o autor o termo “mercado” é a palavra que serve hoje para designar pudicamente a propriedade privada dos meios de produção; a posse de ativos patrimoniais que comandam a apropriação sobre uma grande escala de riquezas criadas por outrem; uma economia explicitamente orientada para os objetivos únicos de rentabilidade e de competitividade e nas quais somente as demandas monetárias solventes são reconhecidas (2000:1).

Atrelados à globalização ou mundialização da economia estão o avanço e a manutenção do capitalismo e para fortalecer essa dinâmica encontra-se o neoliberalismo. O Neoliberalismo passou a determinar os programas a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados. De acordo com Antunes (2011)

A desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, o combate cerrado ao sindicalismo classista, a propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados da qual a cultura “pós-moderna”, bem como uma clara animosidade contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital, são traços marcantes deste período recente (2011:40).

Para o autor acima mencionado essas transformações acentuam os elementos destrutivos, que presidem a lógica do capital. Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência inter-capitais, inter-empresas e inter-potências políticas do capital, mais nefastas são suas conseqüências. Neste contexto, os mais afetados são os mais pobres. E, na conjuntura brasileira, os mais pobres são de maioria negra.

Os negros em 1999 representam 45% da população brasileira, mas correspondem a 64% da população pobre e 69% da população indigente. Os brancos, por sua vez, são 54% da população total, mas somente 36% dos pobres. Assim, além do inaceitável padrão da pobreza no país, constatamos a enorme sobre-representação da pobreza entre os negros brasileiros. E esse excesso de pobreza concentrado entre a comunidade negra mantém-se estável ao longo do tempo, em particular na última década e 31% dos indigentes. Ocorre que, dos 53 milhões de brasileiros

pobres, 19 milhões são brancos, 30,1 milhões pardos e 3,6 milhões, pretos. Entre os 22 milhões de indigentes temos 6,8 milhões brancos, 13,6 milhões pardos e 1,5 milhão, pretos (HENRIQUES, 2011:9).

Os dados utilizados para referenciar a década de 90 são reforçados pelos apresentados pelo IPEA (2008), mostrando a continuidade desta condição de pobreza dos negros. Deste modo, tomando as informações de 2006, tem-se: 14,5% da população branca situava-se abaixo da linha de pobreza, enquanto mais do dobro, ou 33,2%, da população negra encontrava-se na mesma situação de vulnerabilidade. No caso de indigência, a situação é tão ou mais grave: enquanto 4,5% dos brancos recebe menos de  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo per capita por mês, este percentual salta para 11,8% da população negra, quase três vezes mais na comparação com o grupo dos brancos.

Neste contexto de transformação da economia e pobreza dos negros concorda-se com Arendt (2009), que diz para se entender a realidade atual, é preciso lançar o olhar sobre as “brechas” deixadas pelo passado sobre as quais é possível compreender o futuro. As brechas do passado são históricas, sendo assim é preciso entender as particularidades da constituição da violência e suas manifestações na realidade brasileira, considerando as mudanças do desenvolvimento histórico.

A violência é uma temática muito abrangente e que tem sido discutida a partir de diferentes posicionamentos políticos e ideológicos. Isto ocorre porque, na atualidade, esta tomou proporções que têm ferido os princípios básicos de convivência humana. Para autores como Odalia (2004), o que está atrelado a esta questão são as desigualdades sociais, que se encontram na sociedade.

Para o autor, as desigualdades sociais geram expectativas, demandas que não podem ser respondidas pelos sujeitos. Isso é um fator que gera a violência arraigada na vida do homem moderno, que o leva a questionar se a violência é um elemento estrutural, ou se a violência é, na atualidade, um modo de ser do homem contemporâneo.

Minayo (1994) entende como violência estrutural como aquela que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos, que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte. Conforme assinala Boulding (1981), essas estruturas influenciam, profundamente, as práticas de socialização, levando os indivíduos a aceitar ou a infligir sofrimentos, segundo o papel que lhes corresponda, de forma “naturalizada”.

Neste estudo, a violência não será considerada como o modo de ser do homem contemporâneo, ela se apresenta segundo Fraga (2000), como um processo profundo de alienação e estranhamento capaz de manipular, padronizar e silenciar os seres humanos.

Odalía (2004) diz que a violência pode ser vista ainda sob a forma de privação. Sendo assim se configura enquanto violência social e estrutural, pois é gerada pelo modo como a sociedade está organizada dentro do modo de produção capitalista, contribuindo para o processo de alienação. Com efeito, a violência, enquanto privação, implica em tirar, destituir, despojar, desapossar alguém de alguma coisa. Todo ato de violência despoja o indivíduo de algo, de alguma vida, dos direitos como pessoas e como cidadãos, porque ela impede o indivíduo de se realizar como ser humano.

Para Chauí (1985), a violência tem dois pontos que a originam. Primeiro, o da dominação e segundo, o da ação de tornar o outro em coisa. Segundo as palavras da autora:

Em primeiro lugar, como conversão e diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa (CHAUÍ, 1985: 35).

Acompanhando este raciocínio entende-se que o racismo, a pobreza e a segregação sócio-espacial serão entendidos como expressões da violência, a partir dos quais serão construídas as reflexões desenvolvidas neste trabalho.

Desde o seu surgimento, o racismo vem ganhando formatos e rostos diferentes considerando cada momento histórico. Da colonização aos dias atuais o racismo tem-se metamorfoseado de acordo com o contexto das transformações socioeconômicas brasileiras.

Na história da humanidade o racismo contra outros povos e outras culturas é tão antigo quanto a própria humanidade. Segundo os historiadores os gregos consideravam bárbaros, ou seja, inferiores, todos aqueles que não pertenciam a sua cultura e não falavam sua língua. Os romanos consideravam bárbaros todos aqueles que se achavam para além dos termos do seu domínio.

Para Guimarães (2008), o primeiro registro conhecido da palavra raça para designar a divisão dos seres humanos em espécies foi feita por François Bernier num artigo publicado em Paris, no *Journal des Sçavants*, em 24/4/1684.

O termo foi introduzido, formalmente, segundo Chauí (2007), na obra do francês Joseph-Arthur de Gobineau (1816- 1855), em seu *Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas* (1853-1855), esprou o que se entende hoje por racismo. Ele baseava-se na falsa crença da existência de várias raças humanas, no entendimento de diferenças entre tais raças e na idéia de que entre estas raças algumas eram superiores às outras.

Quando essas idéias surgem, no Brasil, a abolição ainda não tinha sido legalmente instituída. Autores como Guimarães (2008) vão dizer que desde o Brasil colônia já se utilizava a cor e a raça para classificar a população e esta, desde já, era utilizada com o sentido de apontar a diferença do e no outro. Mas isto se intensifica tomando um caráter científico com a difusão dessas idéias por brasileiros como Nina Rodrigues (1862-1906), um arauto do racismo científico, no seu livro *Africanos no Brasil*. O crítico Silvio Romero (1851-1914), ao prefaciar o livro mencionado, diz: “O negro não é senão uma máquina econômica; ele é antes de tudo, e malgrado a sua ignorância, um objeto da ciência”.

Rosa (2004) reafirma o que foi dito anteriormente quando menciona que as teorias raciais<sup>4</sup> chegam ao Brasil através do “discurso estrangeiro” que constantemente fazia alusão à composição brasileira, como algo negativo por conta da grande mistura ocorrida, principalmente, com o elemento negro.

Tais idéias ganham no meio intelectual nacional grande repercussão e muitos a elas se filiam. As teorias foram ajustadas à realidade brasileira e tinham como alvo a mestiçagem, especificamente de negros e brancos, compreendendo-a como degenerativa. Por outro lado, exaltavam os tipos puros.

Essas teorias tinham como objetivo manter o negro sob controle, só que agora com o aval da “ciência”: “... *este tipo de teoria trazia consigo a possibilidade de neutralizar, com o aval da ciência, diferenças que não eram da natureza, mas eram políticas e sociais*”. (SCHWARCZ e REIS, 1995, p.162).

Segundo Munanga (1988), foi com um embasamento forjado cientificamente, que as teorias raciais tomaram diversas direções, nas quais a superioridade do branco era dogmaticamente confirmada; quanto ao negro, a sua inferioridade era tida como congênita. Assim, acredita-se que o papel das teorias raciais sempre foi o de disseminar e reproduzir preconceitos banais, buscando explicações pseudocientíficas para impor a dominação política e a exploração econômica.

Neste sentido, mister esclarecer as visões adotadas de raça<sup>5</sup> e racismo nesta pesquisa, uma vez que se tratará da temática das relações sociais de raça. A compreensão desta categoria contribuirá para desvendar a situação do negro, especificamente o jovem, frente à dinâmica social brasileira na contemporaneidade. Isto, sem perder de vista as conexões com o passado.

Sendo assim, raça será utilizada, primeiro, como uma categoria analítica - que tem a capacidade de agregar sujeitos e grupos, que compartilham aspectos físicos observáveis, como cor da pele, textura do cabelo e compleição corporal –

---

<sup>4</sup> Sobre teorias raciais ver: BARBUJANI, 2007. E, HOFBAUER, 2006.

<sup>5</sup> A humanidade experimenta um momento de superação da raça, no que concerne ao seu significado biológico, uma vez, que as diferenças raciais humanas se limitam no máximo 0,001% do genoma do Homo sapiens. Assim, no sentido biológico, só existe uma raça.

e, segundo, como o resultado da discriminação e produção ideológica. Neste sentido, a categoria raça será utilizada enquanto uma direção política, cultural e social, que evidentemente não deve ser tomado no sentido biológico

De acordo com Bokany e Venturi (2005), hoje se sabe que a espécie humana se constitui em uma única raça e a noção de subespécie perdeu seu valor científico. Contudo, por mais de um século foi sustentado o racismo doutrinário que estabelecia diferenças não só fenotípicas, mas também, intelectuais, morais e comportamentais. Sendo assim, ainda se mantêm nas relações sociais diversas expressões de tais doutrinas.

Isto é claramente apresentado por Santos (2002) para quem ser negro no Brasil é ser objeto frequente de um olhar ambíguo e vesgo. A discussão desta problemática parte, para este autor, de três bases: a corporeidade, a individualidade e a cidadania.

Acerca da corporeidade, Santos (2002) afirmará que, no Brasil, o corpo da pessoa se impõe como marca visível e é freqüente privilegiar a aparência como condição primeira de objetivação e de julgamento, criando uma linha demarcatória que identifica e separa, a despeito das pretensões de individualidade e de cidadania do outro. Então, a própria subjetividade e a dos demais esbarram no dado ostensivo da corporeidade cuja avaliação, no entanto, é preconceituosa. O corpo acaba por ter o maior peso do que o espírito na formação da socialidade e da sociabilidade.

No que diz respeito à individualidade, esta se constitui enquanto um patrimônio, pois é fruto de uma conquista demorada e sofrida, formada por heranças e aquisições culturais, de atitudes aprendidas e inventadas e de formas de pensar e agir. É uma construção que ao mesmo tempo em que é social é também emocional e intelectual. Enquanto patrimônio, seu valor intrínseco não muda a avaliação extrínseca, nem a valoração objetiva da pessoa diante de outro olhar.

De acordo com Santos (2002), a correspondência entre a corporeidade, a individualidade e a cidadania ocorre num processo contraditório, pois se

compreende que o homem é seu corpo, a sua consciência, mas, a conquista, por cada um, da sua individualidade, não suprime a realidade social de seu corpo nem lhe amplia a efetividade da cidadania.

Desta forma, nesta pesquisa, entende-se que as diferenças entre as raças são produzidas e reproduzidas socialmente e estruturalmente. Sua reprodução se dará a partir das relações estabelecidas com as instituições sociais, que estão em relação com o sistema econômico e político. As diferenças terão como base a cor da pele<sup>6</sup> que se expressa no corpo, ou seja, no aparente, na corporeidade. Essas diferenças não acontecem no abstrato, mas a partir de relações sociais concretas, que são reforçadas pelo sistema capitalista.

Entende-se que a cor da pessoa não existe independentemente do modo como ela percebe e organiza suas experiências de vida condicionadas pelas relações sociais de que participa, e é neste movimento que surgem as manifestações do racismo.

Diante disto reafirma-se, neste estudo, a adoção da categoria de raça por entender que as relações sociais no Brasil têm como um dos seus pilares o racismo. Neste sentido concorda-se com Devreux (2005), que utiliza as relações sociais de raça por acreditar que esta expressa melhor as relações que hierarquizam os indivíduos com base na cor da pele – sendo a cor da pele um marcador<sup>7</sup> - mais do que falar em relações interétnicas, as quais, na verdade, mascaram a brutalidade presente na idéia de superioridade que o branco faz de si mesmo em relação ao não branco.

De acordo com Domingues (2005), os pensadores marxistas criticam a perspectiva acima adotada, porque acreditam que a compreensão das relações sociais deve ter como fundamento a classe. Para eles, a raça é uma categoria particular que contempla exclusivamente um grupo específico, ao passo que classe é uma categoria universal, portanto mais abrangente e com maior potencial aglutinador. Entendem que ao privilegiar o discurso de afirmação racial, divide a

---

<sup>6</sup> Uma especificidade da realidade brasileira.

<sup>7</sup> A idéia de marcador pode ser encontrada na produção da socióloga francesa Christine Delphy- 2001.

luta dos oprimidos, quer desviando ou escamoteando o real problema do negro: sua situação de explorado do sistema capitalista. Impedindo, Dessa maneira, a solidariedade entre todos os oprimidos, independente da cor da pele.

Segundo Munanga (1988), pode-se entender a visão marxista como uma tentativa de mascarar ideologicamente um mecanismo específico de opressão. Não se pode desconhecer que o negro no seu conjunto vive uma situação específica, sofrendo discriminação baseada na cor. Aos problemas específicos devem corresponder dispositivos particulares. O negro sofre e é discriminado devido à cor de sua pele que os outros vêem, e não por causa da sua condição de classe.

Neste sentido, faz se necessário entender que as relações sociais de raça estão inseridas nas relações sociais. Para Kergoat (2010), as relações sociais expressam uma relação antagônica entre dois grupos sociais, instaurada em torno de uma disputa. É uma produção material, ideal e conflituosa. A partir das categorias da consubstancialidade<sup>8</sup> e da coextensividade, a autora vai dizer que, no primeiro caso, as relações sociais (de gênero, raça, classe) formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais. No que se refere à coextensividade, compreende-se que as relações sociais se reproduzem e co-produzem mutuamente.

Embasados nessa construção entende-se que, no estudo da juventude negra, têm que ser consideradas as relações de gênero, de raça e de classe, uma vez que não é possível dicotomizar os sujeitos. Não se pode negar a classe, no entanto, deve-se considerar o gênero e a raça como elementos constituintes das relações sociais.

As relações sociais de raça e classe se materializam através dos homens e das mulheres, os quais são entendidos como seres sociais que, ao conviverem, estabelecem entre si formas de relacionamento. Segundo Vila Nova (1985);

---

<sup>8</sup> Kergoat (2006) pega emprestado o termo da teologia salientando que não deve gerar confusão: ele é utilizado aqui em sua acepção mais trivial, de “unidade de substância”. Falar em consubstancialidade sugere que a diferenciação dos tipos de relações sociais é uma operação por vezes necessária à sociologia, mas que é analítica e não pode ser aplicada inadvertidamente à análise das práticas sociais concretas.

Whitehead (1984), essas relações sociais, são historicamente construídas e acontecem em contextos específicos, incidindo na maneira como uma determinada sociedade se organiza para produzir social, material e politicamente, influenciando nas normas, valores, sentimentos, modo de agir e pensar das pessoas. De acordo com Molyneux (1987), a abordagem de gênero examina os papéis de homens e de mulheres e as relações entre eles.

Desta forma, não se pode compreender a realidade social apenas a partir da classe, da raça ou do gênero separadamente, mesmo considerando que as relações sociais continuam a operar e a se manifestar de acordo com Kergoat (2010), sob suas três formas canônicas: exploração, dominação e opressão. Contudo nenhuma relação social é primordial ou tem prioridade sobre outra.

Desta forma, torna-se indispensável compreender tais relações e o entrecruzamento dinâmico e complexo desta com o conjunto das relações sociais, por entender que uma imprime sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca.

É importante esclarecer que, na tentativa de superar uma visão racista atribuída ao negro, foi introduzido, no cenário dos estudos acerca das relações raciais, o conceito de etnia, o qual não será aprofundado neste estudo, no entanto será construída uma breve aproximação para, em seguida, reafirmar a escolha pela categoria raça.

O termo etnia é absorvido em boa parte da comunidade científica em detrimento à raça, devido a toda historicidade negativa e de dominação que recaía sobre os povos negros e o esvaziamento da sua base biológica. Como também às dificuldades de ligar relações históricas com as culturais (CUNHA JUNIOR, 1998, p.15).

A etnia pode se definida como todas as características que vão formar a identidade cultural, origem, aparência física, língua, estrutura familiar, crença religiosa, política, alimentação, arte, música, literatura, atitudes em relação ao corpo, papéis de gênero, vestuário e educação.

Para Cunha (1998), as definições de etnia são variadas. Em suas pesquisas e estudos sobre o negro brasileiro, o autor argumenta que etnia tem um

caráter político e depende da história construída com o grupo social, não necessitando de uma língua ou território para sua existência.

Como toda categoria no campo do conhecimento, tanto raça como etnia vão sofrer diversas críticas. Para Cunha Júnior (2000) tanto as propostas de etnia quanto as de raça apresentam problemas de interpretação, sendo, para o autor, o conceito de etnia menos problemático do que o de raça, pois permite escapar dos critérios essencialmente biologizantes e ideologicamente construídos do conceito de raça, posto como subdivisão da espécie humana.

Entende-se a idéia que o referido autor defende. No entanto, a opção pela raça se dá por compreender que a discriminação no Brasil, como já foi dito anteriormente, se expressa não apenas a partir dos aspectos culturais, mas sim pela relação que se faz entre estes aspectos e os atributos sócio-historicamente construídos. São eles, supracitados: cor da pele, cabelo e etc.

Diante disto, concorda-se com Gomes (1995) - para quem raça ainda é o termo que consegue dar a verdadeira dimensão do racismo existente no Brasil, pois, mesmo esvaziada do seu conteúdo biológico, socialmente, é pelos atributos imputados à raça que os negros são discriminados e sofrem preconceitos. Contudo, não nega a importância das abordagens que, a partir de uma perspectiva étnica, tratam a questão racial, na medida em que pode se resgatar a dimensão cultural e histórica dos povos estudados.

O racismo existente na sociedade brasileira tem sido ao longo da história motivo de diversos estudos. Estes estudos tomaram basicamente duas direções.

A primeira, tenta mostrar que o racismo existe disfarçadamente comprometendo, socialmente e psicologicamente (auto-estima), a vida da população negra.

A segunda, nega a existência do racismo - a partir de construções, que se esforçam para provar que a sociedade brasileira convive harmonicamente - e expõe a questão da pobreza do negro como vinculada apenas à sua condição de classe e não à sua origem racial. Estas duas bases sobre as quais se fundamentam a problemática negra têm trazido, para a realidade social vivida

pelas pessoas negras, diversas questões que, ora as fortalecem e ora as despotencializam. Neste sentido, este estudo se posiciona ao lado da corrente que mostra que o racismo<sup>9</sup> existe e é reforçado e mantido pela ideologia dominante. Isto considerando que as desigualdades raciais se articulam com as desigualdades de gênero e de classe.

O negro, no Brasil, depara-se, cotidianamente, com o racismo, que mesmo sendo produzido na ilegalidade, tem sua legitimação expressa em diversas situações cotidianas.

O racismo tem sido um dos temas mais discutidos nos últimos tempos. Acredita-se que isto ocorre frente à sua persistência, ainda alimentada pelo mito da democracia racial, que conduz as pessoas a pensarem que as relações entre brancos e negros são marcadas pela igualdade, harmonia e solidariedade.

A expressão “democracia racial”, segundo Guimarães (2002), estudioso do assunto, teria surgido em discursos intelectuais da década de 1930. O termo foi oficialmente empregado pela primeira vez por Arthur Ramos, em 1941, durante um seminário de discussão sobre a democracia no mundo pós-fascista, mas é apenas nos anos 1950 que a crença na democracia racial tornou-se consenso.

Para Ianni (2004), o mito da democracia racial está carregado da ideologia<sup>10</sup> dominante. Possibilitando assim que o racismo seja ocultado nas relações sociais. O fato é que, essa idéia, levou as pessoas a mitificar o Brasil como sendo um paraíso racial. Para Florestan Fernandes (2003), os mitos nascem para tentar mascarar uma realidade e acabam por revelar a realidade íntima de uma dada sociedade. Acredita-se que a sociedade não pode negar aquilo que a grande maioria expressa e a outra parte vivencia.

Para Munanga e Gomes (2006), as tensões que permeiam as relações entre brancos e negros e as práticas sociais mostram que a questão do racismo existe e

---

<sup>9</sup> Como pensar num país no qual muitos negam o racismo, mas que existem diversas legislações<sup>9</sup> que evidenciam e punem a existência do racismo, legitimando-o?

<sup>10</sup> De acordo com Chauí (1984) A ideologia é um fato social justamente porque é produzida nas relações sociais, possui razões muito determinadas para surgir e se conservar, não sendo um amontoado de idéias falsas... Mas, certa maneira de produção de idéias pela sociedade, ou melhor, por formas históricas determinadas pelas relações sociais. A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados.

se manifesta de modo extremamente complexo, demandando um olhar cuidadoso e atento ao se aproximar das questões raciais.

Para os autores acima citados, o racismo é resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos valorados como sendo superiores ou inferiores. Ainda para estes estudiosos, o exemplo disso são as teorias raciais que serviram para justificar a escravidão e tudo que dela resultou.

Segundo Guimarães (2006), racismo é a disseminação no cotidiano de práticas de discriminação e de atitudes preconceituosas que atingem, prioritariamente, os negros e os pardos<sup>11</sup>. Práticas que diminuem as oportunidades destes de competirem em condições de igualdade em quase todos os âmbitos da vida social. Isto gera as desigualdades raciais, que se expressam na diferença de renda, acesso a emprego e educação.

Para Munanga e Gomes (2006), na forma individual, o racismo se manifesta por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos. Na forma institucional, implica em práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com seu apoio direto. Tais práticas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos etc. Neste sentido as desigualdades raciais estão atreladas às desigualdades sociais.

O Racismo existe. No Brasil, atos de discriminação são punidos por lei. Como pensar num país sem racismo, mas que existem instrumentos legais para coibi-la? A sociedade brasileira deve ambicionar tratar seu povo de maneira mais igualitária, no sentido tanto formal quanto material. Todos os brasileiros precisam ser vistos como iguais em todas as esferas institucionais, principalmente naquelas que afetam suas oportunidades de vida: na educação, no trabalho, nas oportunidades de consumo e no acesso aos serviços sociais.

---

<sup>11</sup> Nesta pesquisa, negros serão considerados a partir da soma de negros e pardos.

## **A pobreza no espaço: a juventude e o seu espaço de vivência cotidiana**

Para Santos (1979), a pobreza é um tema atual por duas razões: pela generalidade do fenômeno, que atinge todos os países, mesmo considerando que os mais atingidos são os países subdesenvolvidos; e pela urbanização, que tem expandido a pobreza em um ritmo desigual. Em se tratando da abordagem da pobreza nos países subdesenvolvidos, esta, na compreensão do autor, é cheia de ciladas e dificuldades, dado os deficientes instrumentos de pesquisa e também o uso de estatísticas. No entanto, o autor esclarece: para que se supere esta lacuna a elaboração teórica assume papel primordial.

Outros obstáculos se colocam ao estudo da pobreza urbana. Um deles é a definição dos limites urbanos<sup>12</sup>. Os critérios definidores do urbano são quase todos tão numerosos quanto os países aos quais se referem, são tão diversos ao ponto de não permitirem nenhum tipo de generalização. Além disso, dá-se mais atenção ao fenômeno favela do que a situação de pobreza. Diante disto, Santos (1979) sugere definir o que é pobreza.

Para Santos (1979), a pobreza existe em toda parte, mas sua definição é relativa a uma determinada sociedade e é uma noção historicamente determinada. Desta forma, deve-se ir além da pesquisa estatística e situar o homem na sociedade global, entendendo que a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas, acima de tudo, uma categoria política e um problema social.

Nesta direção, entende-se que há vários tipos de pobreza, tanto no nível internacional quanto dentro de cada país. Por isso, não pode ser entendida de forma estática. O assunto exige um tratamento dinâmico, no qual deverão ser levadas em conta as instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, pois, do contrário, haverá ênfase em soluções parciais, que são mutuamente contraditórias. Desta forma, a pobreza urbana estaria vinculada aos aspectos da

---

<sup>12</sup> Segundo Gehlen (2010) o espaço urbano é dinâmico e complexo, não sendo tarefa fácil identificar seus limites. O espaço pode ser visto como: urbano, suburbano e peri urbano. Não podem ser separados porque ocorrem simultaneamente em uma mesma realidade.

pobreza ligados à urbanização, à divisão da sociedade em classes, às influências externas ao país, dentre outros.

Particularizando a pobreza urbana brasileira, esta pode ser vista como a síntese dos problemas nacionais (desemprego, a urbanização desenfreada, acordos políticos que não contemplam a maioria etc.) e não apenas como na maioria das vezes é compreendida, limitada apenas à desigualdade na distribuição da renda.

Para Martins (1996), a pobreza no entendimento de Lefebvre ganha um significado bem diverso da concepção de pobreza material. A pobreza é pobreza da realização das possibilidades criadas pelo homem para sua libertação das carências que o colocam aquém do possível.

Neste processo, a pobreza urbana brasileira que tem, em sua maioria, a negritude como a cor da pele<sup>13</sup> e as favelas como lugar privilegiado de localização, será entendida como uma expressão estrutural das desigualdades sociais que degrada o ser humano em todos os níveis econômico, social, cultural e político (ROTONDI, 2000, p.45).

Aos estudos da pobreza está atrelada a questão da violência. As diversas formas de violência (racismo, segregação sócio-espacial e pobreza) que marcam a vivência dos jovens negros, em estudo, se materializam no espaço urbano. A literatura sobre o desenvolvimento urbano é vasta e tem crescido, volumosamente, considerando que a urbanização acompanha as mudanças da sociedade.

O ponto de partida para a reflexão sobre o espaço é o território. Vários autores, Raffestin (1993) Andrade (1995) Santos (1996), refletem acerca do território e do espaço, dada a sua importância no processo de produção da sociedade capitalista. No entanto, faz-se necessário distinguir, para fins do estudo sociológico, o território do espaço, mesmo entendendo que existe uma unidade entre eles. Santos (1996), no seu livro *Metamorfose do Espaço Habitado*, alerta os leitores para não confundirem o espaço com o território.

---

<sup>13</sup> Ver anexo 2

De acordo com Andrade (1995), o conceito de território está muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à idéia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas, que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. Desta forma, o território pode ser entendido como o controle administrativo, fiscal, jurídico, político, econômico, do espaço ou de uma região.

Na análise de Raffestin (1993), a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Existe diferença entre o território e o espaço, as distinções são úteis e necessárias. O espaço é anterior ao território.

Para Santos (1996), o espaço deve ser entendido como conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações, que formam o espaço de modo, indissociável, solidário e contraditório. O espaço seria o território habitado, neste sentido deve-se considerar as dimensões: econômica, social, política e cultural. O autor enfatiza que o território é um dado essencial da condição da vida cotidiana.

Segundo Ratts (2004), o espaço é elemento constitutivo e produto de encontros/confrontos étnicos e raciais e a unidade de análise pode variar do território nacional à habitação familiar. Contribuições de Lefebvre (1974) apontam para o fato de que o espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção ou, em outras palavras, da sociedade.

A assertiva de que o espaço é social pode ser encontrada em Santos (1982), quando se refere à formação socioespacial, sendo esta um ponto para explicar que “uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade” (SANTOS, 1982, p. 26).

Neste estudo, o território será entendido enquanto *espaço de vivência*. Lefebvre (1974) define três momentos na produção social do espaço: o espaço percebido, concebido e vivido.

Mesmo entendendo que o *espaço de vivência* adotado neste estudo tem uma vinculação com o que o autor designa de espaço vivido, acredita-se que os três momentos realizam-se simultaneamente, confundindo-se, sobrepondo-se.

O *espaço percebido* aparece como uma intermediação da ordem distante e a ordem próxima referentes aos desdobramentos de práticas espaciais oriundas de atos, valores e relações específicas de cada formação social. Deste modo, atribui às representações mentais materializadas funcionalidades e usos diversos, que correspondem a uma lógica de percepção da produção e da reprodução social.

O *espaço concebido* é notadamente o da representação abstrata traduzido no capitalismo pelo pensamento hierarquizado, imóvel, distante do real. Advindas de um saber técnico e, ao mesmo tempo, ideológico, as representações do espaço privilegiam a idéia de produto devido à supremacia do valor de troca na racionalidade geral.

O *espaço vivido* denota as diferenças em relação ao modo de vida programado. Enquanto experiência cotidiana está vinculada ao espaço das representações através da insurreição de usos contextuais, tornando-se um resíduo de clandestinidade da obra e do irracional.

Neste sentido, Martins (1996) entende que as condições e as possibilidades do vivido são definidas e mediadas pelo percebido e pelo concebido, sendo possível descobrir que as contradições sociais são históricas. Neste espaço vão ocorrer desencontros, que, numa perspectiva Lefebvrina de contradição, são entendidos como desencontros de tempos e de possibilidades. Essa dupla complexidade não é exterior ao homem e a cada ser humano. Falas, gestos, entonações, modos de relacionamento, desencontros entre o falado, o percebido e o feito, tudo enfim tem que ser concretamente vivido, ainda que no limiar do percebido. Esses desencontros dão sentido à práxis, fazendo-a repetitiva, mimética ou inovadora.

O espaço vivido é o lugar onde se configura pelas relações de proximidade, pela co-presença, por um cotidiano compartilhado, enfim, por um leque de

relações. Corresponderia ao lugar onde se mora e se constroem as experiências de amizade, de formação de grupo. De acordo com Gehlen (2006), é o lugar onde o homem está cada dia e permanentemente, escrevendo sua história. É o espaço do cotidiano.

Heller (2008) entende que a vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção. O homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias. O homem da cotidianidade é atuante e fruidor ativo e receptivo, mas não tem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso não pode aguçar-los em toda sua intensidade.

Para Lefebvre (1968), o cotidiano é um fenômeno das sociedades modernas. Traz em seu bojo a contradição, pois, ao mesmo tempo, que possui riquezas é também espaço de misérias. Sua apreensão é complexa, devido sua finitude e infinite. Diante disto, precisa ser entendido dentro de uma perspectiva crítica, pois é um espaço dinâmico. O autor acrescenta que o cotidiano é também o espaço de repetição. A organização política do cotidiano obedece à ideologia da classe dominante é, portanto uma estratégia de dominação e hegemonia, tendência que ocorre principalmente nos países capitalistas.

É no espaço de vivência urbana – no cotidiano/espço vivido- que os jovens se relacionam, se constroem, têm a base material sobre a qual podem escrever sua história e é por essa razão que se torna importante uma aproximação às dinâmicas e às lógicas, que subsidiam a formação, expansão e consolidação das cidades.

Para Guerra (1999), as cidades são *locus* de poder, centros de decisão e comando, trazem em si algumas características semelhantes, fruto do crescimento acelerado, se expressam nas paisagens das cidades, em graus diferenciados, com as profundas desigualdades, opondo à *cidade legal* e moderna, a cidade dos

pobres, a *cidade ilegal*, fruto de formas de produção do espaço onde não são obedecidas às normas do urbanismo oficial.

Neste universo, é importante destacar que a urbanização brasileira apresenta uma forma específica na sua organização, e isso corresponde à sua própria trajetória histórica. Ou seja, é o resultado direto do tipo de colonização expressa na sua paisagem de forte desigualdade social. Foi da colônia de exploração - destacando aqui o trabalho escravo dos índios e negros - a uma nação submissa ao capital externo.

Dentro da lógica capitalista, o espaço é organizado de forma desigual fazendo surgir espaços segregados, que Para Maricato (2000), são fruto da exclusão urbanística, representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano e ignorada na representação da cidade oficial. Esta segregação vem se impondo na constituição de territórios, separados para cada grupo social sendo, também, sob seu império, que se reorganiza o espaço de moradia. Neste contexto, as moradias estão situadas em áreas desvalorizadas, nas beiras dos córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes e, muitas vezes, em áreas de proteção ambiental.

Neste trabalho os espaços segregados serão caracterizados como *favelas*.

*Favelas e cortiços constituem nos países subdesenvolvidos uma realidade multiforme e mutável de acordo com cada país e cada cidade. No interior de uma mesma cidade podem-se encontrar tipos de cortiços/favelas, em função da sua localização, aparência, a proveniência e a atividade de sua população, a distribuição das rendas individuais e familiares. Com efeito, a favela não reúne todos os pobres de uma cidade, e nem todos os que nela vivem podem ser definidos segundo os mesmos critérios de pobreza. Uma favela pode compreender tanto biscateiros, que vivem de rendas-ocasionais, como assalariados dos serviços e das indústrias e mesmo pequenos empresários (SANTOS 1979, p. 59).*

Orientados por Santos (1979), entende-se que as favelas são diferenciadas, não só em relação à população moradora, mas também em relação ao espaço apropriado. Desta forma, pode se entender que existem favelas, onde moram os pobres – são os espaços com uma infra-estrutura limitada e os moradores têm como prover suas necessidades básicas- e favelas onde moram os miseráveis –

são espaços sem nenhuma infra-estrutura e os moradores não têm como prover suas necessidades básicas.

Independente de como estão organizadas, ambas, são fruto da produção capitalista e podem ser entendidas como espaços segregados sócio-espacialmente, pois apesar das condições melhoradas da favela onde moram os pobres, estas ainda são localizadas em lugares de difícil acesso e os equipamentos sociais são insuficientes.

O que motiva este estudo a acreditar que o espaço de moradia – de vivência cotidiana - torna-se muitas vezes uma das facetas da violência, ou seja, uma das expressões da violência, uma vez, que rouba do sujeito a dignidade.

Para Santos,

*Os componentes do espaço são os mesmos em todo mundo e formam um continuum no tempo, mas variam quantitativa e qualitativamente segundo o lugar, do mesmo modo que variam as combinações entre eles e seu processo de fusão. Daí vem a diferença entre espaços (1979, p.15).*

Para Lefebvre (2002), esses espaços são produto de uma forma de organização social, que tem como base o modo de produção capitalista. Diante disto, entende-se que esses não podem ser compreendidos apenas nas suas singularidades, faz-se necessário que se estabeleçam as múltiplas relações que mantêm com a sociedade como todo, inclusive com as determinações políticas e econômicas do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Esta compreensão atrela-se ao processo da produção industrial que dominou e absorveu a produção agrícola imputando necessidades diversas às demandas urbanas. A cidade industrial experimenta o crescimento que se configura a partir da concentração de pessoas, de atividades, de instrumentos, de idéias, apontando para sua futura explosão - estendendo a urbanização à sociedade como um todo. Isto implicou numa revolução urbana que desenvolveu mudanças nas relações sociais, econômicas, políticas e ambientais.

Para Lefebvre (2002), o urbano surge com a industrialização, que não somente revolucionou o modo de produção econômica, mas também a produção do espaço e apropriação cultural de seus habitantes. O fenômeno urbano não se restringe à dimensão física da cidade, mas articula fatores econômicos, culturais, sociais que se manifestam na forma da cidade. É neste movimento que se situa a juventude.

Lefebvre (1962) ao refletir sobre a juventude na modernidade, afirma que a juventude situa-se enquanto classe. “*Se a juventude não pode aspirar ao papel de classe social, seu caráter de “categoria” ou de “grupo” se confirma e generaliza-se* (LEFEBVRE, 1962 p.186). O autor pretende com esta reflexão destruir os mitos da juventude mostrando seu lugar na sociedade moderna, mas deixa claro que é uma tarefa complexa, pois esta se dá no movimento de renovação e repetição.

O mito consiste numa série de afirmações filosóficas e de superfetções de ordem ontológica, isto é, a um ser que se pretende definir, ou seja, a juventude teria seu ser próprio e definir-se-ia por ela mesma e para ela mesma.

A juventude compreendida a partir do mito não traria grandes contribuições para os jovens, uma vez que, ampliaria as auto-mistificações do individualismo. Esses mitos não são criações apenas dos jovens, Lefebvre atribui sua criação também aos velhos, o que leva o autor afirmar que a desconfiança dos jovens à opinião dos velhos, na modernidade, explica-se muito bem. Desta forma, os jovens têm de enfrentar a experiência cumulativa e de se confrontar com ela sem renunciar a si, sem estabelecer um corte absoluto entre o possível e o efetuado. Pois o maior engano que pode resultar para a juventude é que ela se esqueça de si acreditando afirmar-se. O lugar do jovem é na construção da história, vivendo-a, experimentando, renovando-a e tendo cuidado com as repetições.

Na direção de valorização da juventude no processo de construção da história no livro *a Irrupção: a revolta dos jovens na sociedade industrial* Lefebvre, Goldmann, Jonas (1968) e outros, refletem acerca da juventude e o envolvimento deste no movimento estudantil, pois estes tentavam entender a convergência do movimento estudantil liderado pelos jovens e o movimento operário.

A convergência se dará, pois ambos os movimentos vão se encontrar no mesmo terreno histórico. A situação demandava diversas iniciativas e os estudantes sem nenhum contato com o movimento operário desencadearam um grande movimento. O que se apresenta como um fenômeno social profundo que favoreceria e estabeleceria contatos diretos entre a luta dos estudantes e dos jovens operários que tinham como nascedouro a sociedade capitalista. Nesse processo os jovens estariam instituindo uma ideologia de contestação que contribui para o estabelecimento de novas formas de expressão social.

Ao se referir ao movimento estudantil no terceiro mundo os autores apontam que este representou um papel de vanguarda-revolucionária, indicando que a revolução vem de onde menos se espera. O movimento dos jovens foi tão forte que se chegou a refletir acerca do papel revolucionário do movimento operário.

A juventude cumpre um papel importante no processo histórico, no entanto, se percebe que a forma como a sociedade capitalista está organizada enfraquece, fragmenta e impõe vários limites impossibilitando que a juventude se expresse. São vários os limites e, ao grupo aqui estudado, isto é claramente evidenciado. Compreende-se a importância histórica da juventude e que, na realidade brasileira, esta não se identifica como um grupo homogêneo.

Nesta pesquisa, juventude será entendida como uma categoria social, perpassada pela questão da faixa etária que se metamorfoseia, segundo Groppo (2000), de acordo com a classe social, o grupo étnico racial, a nacionalidade, o gênero, o contexto histórico nacional e regional dentre outros aspectos. Acrescentando, a este, a capacidade revolucionária atribuída à juventude por Lefebvre (1968).

Este estudo debruçar-se-á, especificamente, sobre a juventude negra, sem negar as especificidades deste grupo, que sendo majoritariamente pobres, estão sujeitos a diversas expressões da violência.

# CAPÍTULO II

*“A história não se deixa contestar e negar. Ela não é indiferente as interpretações que se fazem dela, mas transborda-as. Ela continua. Continua tal qual foi. Há uma objetividade não somente no conhecimento histórico, mas da história como tal. Negada, negligenciada, a história age. Não se a suspende, pondo-a entre parênteses e ela não zomba das filosofias. Ignorada, ela pesa muito mais sobre os que a ignoram”.*

Lefebvre 1991.

## PENSANDO A NEGRITUDE E SUAS ORIGENS

*“Minha negritude não é nem torre nem catedral  
Ela mergulha na carne rubra do solo  
Ela mergulha na ardente carne do céu  
Ela rompe a prostração opaca de sua justa paciência”  
(Aimé Césaire, 1939)*

A palavra negritude na língua francesa teve origem no termo *nègre*, que no início do século XX era utilizado de maneira pejorativa, normalmente, para insultar o negro. A intenção do movimento denominado de negritude era positivar a palavra *nègre*, impingindo-lhe um significado novo de afirmação e orgulho racial.

O movimento da negritude tomou proporções internacionais e cumpriu um papel revolucionário ao romper com os valores eurocêntricos. De acordo com Domingues (2005), no terreno político, negritude serve de subsídio para a ação do movimento negro organizado. No campo ideológico, negritude pode ser entendida como processo de aquisição de uma consciência racial. Já na esfera cultural, negritude é a tendência de valorização de toda manifestação cultural de matriz africana.

Segundo o autor, as idéias do movimento francês da negritude somente chegaram ao Brasil na década de 1940, por meio, sobretudo do Teatro Experimental do Negro (TEN), entidade fundada em 1944, no Rio de Janeiro, e voltada, inicialmente, para desenvolver uma dramaturgia negra no país. Na medida em que foi adquirindo projeção, o TEN adquiriu um caráter mais amplo e passou a atuar em diversas áreas, sempre tendo em vista a afirmação dos valores negros.

No entanto, é interessante salientar que o movimento de negritude surge com Aimé Césaire e Leopoldo Sedar Senghor, na sua fase moderna, mas para que este se tornasse concreto, houve muitos homens e mulheres que os antecederam.

A negritude, em sua fase moderna mais conhecida, é liderada por Aimé Césaire e Leopoldo Sedar Senghor, mas tem seus antecedentes

seculares como Chico-Rei, Toussaint L`Ouverture, Luís Gama, José do Patrocínio, Cruz e Souza, Lima Barreto, Yomo Deniata, Lumumba, Sekou Touré, Nkrumah e muitos outros (NASCIMENTO, 1968 apud DOMINGUES, 2005).

No passado ou na modernidade a luta sempre trazia em seu bojo o desejo de reencontro com uma história negada. A libertação do negro em qualquer época ou contexto histórico, passa pela reconquista de si. Neste sentido, entende-se que para que haja a construção de um discurso de um orgulho racial negro brasileiro faz-se necessário o retorno às origens, as raízes negras.

No caso do negro brasileiro, o retorno a África é inevitável, porque o negro que fora trazido para o Brasil e que participou, involuntariamente, do processo de formação social e econômica vivia num país, cuja organização era diferente do que vivera aqui; e este, sofreu todo um processo violento de negação de suas raízes. Desta forma, compreende-se que para entender a história do negro brasileiro é preciso entender um pouco da história dos espaços ocupados por eles, antes de sua chegada ao Brasil.

Voltar às origens demanda que se conheçam os processos históricos que determinaram os espaços por cada grupo ocupou. De acordo com Borges (1993), dentro do quadro da chamada civilização européia ocidental, o Brasil é um país “novo” e os seus séculos de existência parece não ser suficientes para criar uma consciência do passado. Diante de tal posicionamento podemos deduzir que não é tarefa fácil debruçar-se sobre a história de um país marcado por tais características.

Apropria-se dessa história é um exercício por vezes difícil, pois é um espaço onde contracenam o real e o imaginário. Para Cunha Júnior (2003), nesse palco a imaginação é basilar, desde que a mesma eleve-se acima dos fatos e reproduza a complexidade das atividades humanas como um filme explicativo, questionador, repleto de conceitos, propósitos e dúvidas. Sobretudo, a dúvida, pois ela se apresenta como elemento principal para a composição do filme da história.

Neste sentido é importante considerar que apesar de todas as dificuldades em se pensar a história do Brasil, isto ainda se complexifica ao entender que essa história não pode ser entendida desconectada da história mundial, pois foi assim que ela se constituiu desde a colonização.

O etnocentrismo foi a base para definir os fundamentos do relacionamento entre os dominantes e os dominados. Foi com uma postura de superioridade que os europeus entraram e intensificaram seus contatos com outros povos nas terras descobertas, no período compreendido entre os séculos XVI e XVIII.

A exploração econômica foi um importante instrumento nas relações estabelecidas entre os europeus e os outros povos. O capital emerge de fora das sociedades para explorar suas potencialidades econômicas, guiado por interesses externos aos dessas sociedades e dos povos que as constituíam, modificando as relações sociais e lhes impondo um novo modelo de racionalidade.

É neste contexto que deve ser entendida a organização social da África, entendendo-a como berço de diversas civilizações. Esta compreensão fornecerá subsídios históricos para compreender quão perversa<sup>14</sup> e violenta foi a saída de diversos povos da África e sua incorporação ao processo de formação socioeconômica do Brasil. A experiência da escravidão provocou nos povos da África fraturas incomensuráveis no plano físico-corpóreo, simbólico, patrimonial dentre outras.

O esforço de pensar a organização social da África se dá por se entender que se torna impossível refletir sobre a formação socioeconômica do Brasil sem se entender como viviam os povos que lá habitavam, como era sua organização, seus conhecimentos e como suas riquezas foram usurpadas de forma violenta pelos europeus no seu processo colonizador. Até porque, foi para organizar a economia do Brasil que o negro foi trazido da África.

Este trabalho aponta que o desconhecimento histórico do continente africano, sobretudo, nos séculos que antecederam a colonização do Brasil, compromete a compreensão de que as relações sociais capitalistas contribuíram

---

<sup>14</sup> Perversidade, enquanto, uma ação proposital que persiste mesmo sendo contrárias ao bom senso.

para tornar inferiores os povos, que não estavam organizados socialmente dentro de sua lógica. Pois o que estava como pano de fundo dessa realidade era a ideologia de dominação.

Esta criava dificuldades para expor a realidade histórica da África, tida como atrasada, por não combinar as relações sociais capitalistas em desenvolvimento com relações sociais e instituições, que ainda não haviam sido profundamente alcançadas pela disseminação e desenvolvimento do capital.

Por fim, concorda-se com Cunha Jr (2010) que aponta a impossibilidade de uma boa compreensão da história brasileira sem o conhecimento das histórias dos atores africanos, indígenas e europeus. Para o autor, a partir de 1500, o entendimento da história econômica, política e cultural do Brasil, só serão possíveis através do conhecimento da história e da cultura africana. Sem estes elementos se constrói uma história parcial, distorcida e promotora de racismos.

## Organização social da África

"A África é do outro lado da rua e  
nos falta coragem para atravessá-la"

(Cunha Jr, 1992)

Munanga (1988) ao discutir a negritude e o seu movimento o faz conectado à história do continente africano do século XV, aponta o seu alto nível de desenvolvimento econômico, ressalva a sua vulnerabilidade bélica em relação aos europeus com suas histórias de guerras, além do mais, diante da descoberta das Américas, demandando mão de obra barata.

Para Munanga (1988), o europeu via o negro como inferior, primitivo e, por conseguinte passivo de dominação. A dominação obedecia à uma lógica econômica, por meio do *imperialismo de mercado*, que visava à apropriação da terra, dos recursos e dos homens, e do *imperialismo da história*, apossando-se de um espaço conceitual novo: o homem não-histórico, sem referências, nos documentos escritos. Estes resultaram numa série de idéias cheias de preconceitos em relação à cor, embasando uma nova moral racista e europocentrista.

Refletir sobre a África é deparar-se com a história da humanidade, uma vez que, foi no continente africano, que surgiu o homo sapiens, cerca de 160 mil atrás. Pensar sobre sua organização social inclui um esforço de entender o modo como as pessoas interagem, seus sistemas de parentesco, a divisão de tarefas, as bases da economia, da educação, da religião etc.

África é um continente que sempre foi mal interpretado. Para muitos, a África é um continente cheio de pobreza, fome, doenças e subdesenvolvimento. Joseph Ki-zerbo (2007), renomado historiador africano, disse que, apesar da grande quantidade de reuniões, pesquisas e obras, ainda não há uma verdadeira compreensão da África. O autor, em seus estudos, sempre põe em relevo as riquezas naturais, os monumentos e tesouros do patrimônio histórico, os produtos e as receitas da farmacopéia e da medicina das sociedades ancestrais, os saberes tecnológicos, as formas de organização, as línguas africanas, os valores

e “mitos”, as artes e o artesanato. Para o autor, a África de ontem, inspira a África de hoje.

Anterior à colonização europeia, a África era um continente próspero com culturas riquíssimas. Nesse período eram comuns imagens positivas sobre a África. A natureza, as paisagens eram descritas com simpatia e lirismo; as mulheres vistas como bonitas e respondiam aos cânones de beleza da época.

Segundo Munanga e Lino (2006), no alvorecer da era das navegações no século XV, muitos portugueses começaram se aventurar mais ao sul deste continente de forma sistemática. Estes descreveram, nos seus relatos, uma África completamente interessante. Falaram com admiração das formas políticas africanas altamente elaboradas e socialmente aperfeiçoadas, entre as quais se alternavam reinos, impérios, cidades-estados e outras baseadas no parentesco, como chefias, clãs, linhagens.

Segundo os autores, em visita à África ocidental, às vésperas da era colonial, o alemão Barth assim descreve a cidade de Taiwa:

*Taiwa foi a primeira grande cidade que eu vi num país propriamente negro. Ela me deixou uma boa impressão, pois em toda parte apareciam signos evidentes de vida confortável agradável em que viviam os nativos: a corte era cercada de grandes caniços que a protegiam dos olhares dos passantes; perto da entrada, havia uma grande árvore sombreada e refrescante embaixo da qual se recebiam os visitantes e tratava-se dos negócios correntes; toda residência era protegida pela folhagem das árvores e animada pelas tropas de crianças, cabritos, galinhas (...) o caráter próprio dos habitantes estava em completa harmonia com suas residências, tendo como traço essencial uma felicidade natural, uma preocupação para gozar da vida, amar as mulheres, a dança e os cantos, mas sem excesso... beber álcool não passava por pecado (...) mesmo assim, era raro encontrar pessoas bêbadas: os não muçulmanos contentavam-se em beber um pouco de giya, espécie de cerveja de sorgo, para manter o coração feliz e gozar da vida (MUNANGA E LINO, 2006 p.13).*

Após a conferência realizada em Berlim<sup>15</sup>, no ano de 1885, que definiu a partilha colonial da África entre os países europeus interessados em explorar

---

<sup>15</sup> De acordo com Magnoli (2008) o Congresso de Berlim realizado entre 19 de Novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885 teve como objetivo organizar, na forma de regras, a ocupação de África pelas potências

política e economicamente esse continente, as imagens simpáticas e tranquilizadoras começaram a sombreadar. As imagens de beleza foram substituídas pela imagem de subumanos para justificar a invasão, a manutenção dos processos de colonização e a exploração econômica no continente. Para justificar a missão civilizadora, os povos africanos se tornaram sem cultura, sem história, sem identidade. Aqui, mais uma vez, fica explícito que a história da humanidade não pode ser entendida de forma isolada, nem tão pouco apenas por uma ótica. Faz-se necessário desvelar os acontecimentos que fizeram subjugar outros povos.

Diante de tudo o que já foi exposto, é impossível apreender, na sua totalidade, a riqueza da história desses reinos e impérios, no entanto, será realizado um esforço nesta direção por três razões: primeira, para que se visibilize de forma positiva a história dos africanos anterior à colonização. Segunda, para demonstrar que guiados pelo desejo de dominação os europeus foram incapazes de respeitar a história desses povos. Terceira, para encontrarmos o fio que ligará os processos históricos entre a África e o Brasil e, por conseguinte, a origem da violência contra os negros e especificamente os jovens negros.

Entre as civilizações mais antigas, algumas se desenvolveram no continente africano como a egípcia, a cuxita, a axumita e a etíope. Dentre estas civilizações, a mais conhecida foi o Egito faraônico, porém todas as outras desenvolveram tecnologias, inúmeras formas de organização de suas sociedades e um enorme legado cultural para a humanidade, a exemplo das construções das pirâmides e, na civilização *cuxita*, o reinado feminino, o qual contou com várias linhagens das rainhas mães, as *candaces*<sup>16</sup>.

É inegável a importância do continente no mundo antigo, sobretudo a partir da ascendência civilizatória milenar do Egito faraônico, sobre as civilizações que beiravam o mediterrâneo: persa, assíria, hitita, cretense, helênica, hebraica e outras. Assim como influenciou interiormente a África, desde o alto Nilo e abaixo, entre os núbios e cuxitas, na época do Império Kush (aproximadamente 1000 a.c).

---

coloniais e resultou numa divisão que não respeitou, nem a história, nem as relações étnicas e mesmo familiares dos povos do Continente.

<sup>16</sup> Candace era um nome, uma espécie de título dado às rainhas da África Oriental que dominaram a região antes da era cristã. As *candaces* negras exerceram grande poder civil e militar do império Merve, ao sul do Egito (ver site: [jornalevangelista.blogspot.com/2006](http://jornalevangelista.blogspot.com/2006) acesso em 05/02/2010).

O *império de Gana* era conhecido como o País de Ouro, composto de duas cidades: uma muçulmana, com doze mesquitas, onde viviam os mercadores, letrados e juristas e outra onde se encontravam o palácio e suas dependências, assim como os túmulos dos príncipes e o bosque sagrado ligado aos cultos religiosos tradicionais. Para governar, o rei, que possuía um exército numeroso, era assistido pelos altos dignitários com os quais se reunia cada manhã para escutar queixas de seus súditos e logo exercer a justiça.

O *império de Mali* tinha como capital Niani e situava-se na fronteira entre o atual Mali e Guiné. Durante dois séculos, Mali foi o mais rico Estado da África Ocidental, possuía minas de ouro e tinha controle das vias transaarianas.

O *império de Songai* foi fundado por uma população de camponeses, caçadores e pescadores. O reino se apoiava na religião Islâmica. O império era organizado em torno dos Caídes (juízes) e dos Alumás (doutores da lei), uma burocracia de letrados, com um exército permanente e uma administração firme.

A *civilização lorubá* desenvolveu-se a partir do século XI, no sudoeste da atual Nigéria. Era uma civilização caracterizada por dezenas de cidades, das quais muitas ultrapassavam os 20 mil habitantes. Eram compostas por grandes centros de artesanato com oleiros, tecelões, marceneiros, ferreiros etc. Praticavam-se, ainda, atividades agrícolas baseadas no plantio de inhame, da palmeira e outros produtos alimentares. As cidades lorubás eram: Ifé (cidade sagrada), Benin, Abone, Achanti (MUNANGA, 2006).

Esses impérios e reinos desenvolveram comércio, viviam da pesca, da agricultura, da produção artística – eram hábeis artesões e tintureiros. Possuíam culturas próprias e estruturas distintas com posturas religiosas diferenciadas. O Congo, por exemplo, tinha uma estrutura política descentralizada, tendo por base as chefias das aldeias e o soberano.

Posições contrárias e que negavam que a África tinha essa organização eram comuns, como nos mostra Fage (1982). Segundo o autor, Hegel definiu explicitamente, na sua *Filosofia da História*, que a África não era um continente histórico, que ela não demonstrava nem mudança, nem desenvolvimento. Os povos negros sequer eram capazes de se desenvolver e receber uma educação.

Nesta linha de pensamento, Oliva (2004) complementa que, apesar de Hegel não ter influência tão significativa assim nos historiadores do período seguinte, essa idéia não ficou limitada a ele e, de certa forma, influenciou trabalhos posteriores, como os de H. Dchurtz. Este comparou à história das raças européias a vitalidade de um belo dia de sol. E à das raças da África a um pesadelo que logo se esquece ao acordar.

Essa idéia de que a África foi incapaz de construir uma história se contrapõe ao que anteriormente foi apresentado neste estudo<sup>17</sup>. Acredita-se que se faz necessária a desconstrução dessa imagem da África e que seja trazida para as relações sociais a importância que a África teve e tem para o desenvolvimento da humanidade e, mais especificamente, para o Brasil<sup>18</sup>.

Como foi dito no início deste capítulo, o esforço de apresentar a formação social da África se deu por entender que estes conteúdos possibilitariam uma melhor compreensão da realidade posta nos dias atuais, pela maneira negativa de olhar para os africanos e, conseqüentemente, para os negros brasileiros se originou a partir de um interesse específico, cuja finalidade era a dominação.

---

<sup>17</sup> Ver anexo 1

<sup>18</sup> Para estudiosos desta temática isto será possível a partir de ações formativas que possam refletir compromissos políticos com a história dos negros brasileiros. Em 2003 surge no Brasil a Lei 10.639 que versa sobre o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana, com conteúdos a serem inseridos em todas as disciplinas do currículo escolar, bem como, discussões pertinentes à educação das relações étnico raciais. Essa iniciativa, fruto da luta dos movimentos negros e de seus ativistas vem contribuir com um novo momento na percepção da história dos africanos e de seus descendentes.

## **Africanos no Brasil: suas contribuições**

Diante dessas duas versões da história, talvez fosse normal perguntar: esses povos deixaram algum legado? Vários autores<sup>19</sup> demonstram que a África foi um continente que não deixou contribuições apenas para o Brasil, mas para toda a humanidade, independente do quadro negativo baseado em ações políticas de dominação.

Segundo Cunha (2010), as grandes distorções históricas a respeito do legado cultural e científico dos povos africanos e afro-descendentes resultam principalmente da predominância do eurocentrismo, entendido pelo autor como um fenômeno universal, que expressa a tendência de um indivíduo ou grupo humano em pautar a compreensão do mundo a partir do seu ponto de vista, centro ou referência.

A negação do passado científico e tecnológico dos povos africanos e a exacerbação do seu “caráter lúdico” foi uma das principais façanhas do eurocentrismo e que, ainda hoje, abala fortemente a auto-estima da população africana e da diáspora, pois os “métodos”, “conceitos” e muitos cientistas europeus deram a impressão, ao restante do mundo, de que as populações africanas não tiveram uma contribuição relevante para a construção do conhecimento universal.

O desenvolvimento das nações deve-se, principalmente, às particularidades dos seus processos históricos e culturais. Isso não está relacionado com maior ou menor grau de inteligência ou aptidão de certos agrupamentos humanos. É interessante enfatizar essa questão para dissiparmos teorias racistas a respeito da suposta inferioridade de determinados grupos humanos em relação a outros no que se refere à capacidade dos diferentes povos para empreender o desenvolvimento em suas sociedades.

Mediante o exposto, pontua-se que as contribuições ocorreram, segundo Munanga e Santos (2006), nas áreas econômica, demográfica e cultural.

---

<sup>19</sup> Ver: AFRAY, 1983. DAVIDSON, 1978. RODRIGUES, 1990.

No plano econômico, os negros através do trabalho escravo produziram riquezas que foram importantíssimas para a construção do Brasil, no período colonial e na construção da base econômica do país. É válido salientar que foi uma riqueza produzida a partir de uma expropriação. O trabalho escravo não garantiu ao negro acesso à riqueza por ele produzida.

O povoamento do Brasil deveu-se, em muito, à grande quantidade de negros que foram traficados do continente africano. A título de exemplo, a evolução demográfica, segundo alguns historiadores, mostra que até 1830, os negros constituíam 63% da população total, os brancos 16% e os mestiços 21%.

No que se refere à cultura, as contribuições foram notáveis em relação à língua, pois os africanos introduziram um vocabulário original<sup>20</sup> e que se mantém até hoje. Na religiosidade, legaram ao Brasil algumas de suas religiões populares, tais como candomblé, umbanda e macumba. Na arte, na construção de instrumentos musicais como os tambores, cuícas e o berimbau dentre outros. E ainda, na música e na dança, como os congados, coco, jongo e outros gêneros musicais, que se tornaram parte da identidade cultural brasileira.

O povo africano, aqui representado pelos negros escravos, legou uma grande parte da sua história ao Brasil de hoje e isto desconstrói a idéia de contribuição apenas na culinária, no samba e no futebol. Os negros contribuíram de forma significativa em todas as áreas da vida nacional.

O africano foi escravizado e como escravo tinha que garantir produtividade e lucro para o escravizador, sendo propriedade privada e tendo sua força de trabalho explorada. A partir do seu trabalho enriqueciam os traficantes, os senhores de engenho, do café e das minas. No caso dos escravos urbanos garantiam a renda aos que os alugavam. Neste contexto, é imputado ao negro um “lugar” na sociedade colonial.

Como vem sendo explanado nesta investigação, os negros entram na organização social brasileira com sua cultura dominada, esmagada. E por se tratar de um processo, não se pode pensar na história do Brasil sem se considerar todo o percurso histórico que houve antes de serem trazidos para o Brasil e que se

---

<sup>20</sup> Fazem parte deste vocabulário palavras como: acarajé, afoxé, bagunça, ginga, sacana, capanga etc.

desenrolou depois que chegaram ao país. O regime escravocrata converteu o africano em uma mercadoria que podia ser comercializada, trocada, empenhada, comprada, era apenas um instrumento de trabalho, reduzido à condição de "coisa".

Neste contexto, apesar de transformados em “coisas”, os povos africanos escravizados no Brasil foram capazes de criar diversas formas de resistências.

## **Formação Socioeconômica do Brasil**

O processo de construção espacial não vem, ao longo da história, contemplando os grupos denominados “minorias”. A produção do espaço urbano pertence à classe dominante, que participa do processo como sujeitos históricos, enquanto aos demais resta acompanhá-los, sem nenhuma determinação, seja qual for a instância analisada: política, econômica ou social (CAMPOS, 2007: 19).

O estudo da formação econômica e social do Brasil está no esforço de tentar conhecer a sociedade brasileira na sua totalidade, compreendendo a especificidade de sua formação, entendendo o que a distingue das outras. Considerando, ainda, que ela se origina a partir do encontro de povos diferentes com culturas diferentes, expectativas diferentes. E que no processo de formação há uma negação das diferenças que existiam entre elas.

Santos (1982), afirma que nenhuma sociedade tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixo, nenhuma é marcada por formas definitivas de propriedade, de relações sociais. Logo, esse olhar voltado para a formação social e econômica precisa entender a sociedade em movimento.

Para Martins (1996), a compreensão Lefebvrina de formação social e econômica tem uma significação profunda, permitindo alargar a concepção do capitalismo, além dos limites da noção de modo de produção, abrangendo as relações apoiadas em outras formas de sociabilidade. A partir dessa compreensão entende-se que as forças produtivas, as relações sociais não avançam igualmente, no mesmo ritmo histórico.

Neste sentido, compreender as relações estabelecidas no interior da sociedade brasileira é importante para que se possam entender as desigualdades sociais e porque estas atingem majoritariamente a população negra.

A noção de formação social e econômica é indissociável do concreto representado por uma sociedade historicamente determinada. Defini-la é produzir uma conceituação sintética da natureza exata da diversidade e da natureza específica das relações econômicas e sociais que caracterizam uma sociedade numa época determinada.

O Brasil se constitui a partir de um processo colonizador. Para Prado Júnior (1945), a colonização dos trópicos toma, a partir do século XVI, o aspecto de uma vasta empresa comercial, mercantil, destinada a explorar os recursos naturais em proveito do comércio europeu.

Durante o Brasil colônia, segundo Fernandes (1964), a sociedade encontrava-se consolidada sobre uma estrutura produtiva escravocrata, onde o latifúndio, a figura do senhor de engenho e a do escravo constituíam os fundamentos da organização social. O colonialismo português instaurou no Brasil uma organização onde o Pacto Colonial exerceu uma grande importância, determinando e delimitando as atividades econômicas a serem praticadas, bem como os principais alvos de escoamento de produção.

Para Oliveira e Racy (2010), a produção de matéria-prima visava o atendimento ao mercado exterior. A colônia importaria bens manufaturados, de maior valor agregado, da metrópole. Este modo de produção sistematizado sobre a escravidão da mão-de-obra do negro africano levava em conta fatores econômicos tais como: o conhecimento de Portugal neste modelo de produção, os ganhos lucrativos advindos do tráfico negreiro e também a diminuição de custos de produção (fato que garantia aumento do excedente produtivo apropriado pela classe dominante da sociedade brasileira).

Oliveira e Racy (2010), também destacam que, no período colonial brasileiro, foi instaurado o regime *plantation* de produção, uma vez consideradas as circunstâncias econômicas e físicas da terra. Este regime de organização agrária fundava-se sobre a propriedade privada (latifúndios), na monocultura e na utilização de escravos no processo de produção.

A base econômica da sociedade colonial brasileira vai ter na indústria açucareira seu principal produto. A importância econômica do açúcar como principal riqueza colonial evidenciava-se por gerar elevados lucros. “A *grande propriedade açucareira é um verdadeiro mundo em miniatura, em que se concentra e resume a vida toda de uma pequena parcela da humanidade*” (Prado Jr., 1945: 38).

O escravo negro foi imprescindível à expansão da atividade açucareira, a cultura da cana de açúcar só se tornou possível devido à utilização da mão-de-obra africana. A tentativa de escravizar o índio para este fim não deu certo. O colonizador, no afã de obter lucro imediato, procurou de forma brusca, ceifar sua liberdade e fixá-lo à terra na condição de escravo. A solução foi a utilização da mão-de-obra escrava, que através do tráfico proporcionou elevados ganhos a Portugal.

De acordo com Prado Jr. (1978):

*Analisando-se, portanto, a organização da economia açucareira, a sua estrutura e forma como se dispõe, tanto internamente nas suas relações de produção, como externamente no sistema sócio econômico a que dá origem e no qual se enquadra, analisando-se essas circunstâncias ter-se-á perspectiva, em profundidade, das instituições fundamentais e do caráter essencial da sociedade brasileira no seu ponto de partida. E ter-se-á sobretudo a visão geral do fato, de fundamental importância para a compreensão do Brasil, da intimidade e integridade com que se marcou na formação do país, o caráter que lhe foi impresso pela finalidade de negócio que presidiu à sua constituição (Prado Júnior, 1978:37).*

É interessante destacar que a primeira solução encontrada na indústria açucareira foi o emprego dos indígenas, por estes estarem mais próximos dos colonos e já serem empregados na extração do pau brasil. Mas o indígena se dava bem com o trabalho livre e esporádico e livre da extração do pau-brasil, e já não se adaptara à disciplina, método e rigor de uma atividade rigidamente organizada e sedentária, como da lavoura da cana e fabricação do açúcar. Diante disto, os povos indígenas não se sujeitaram com facilidade e assim, além de determinar o encarecimento da produção, mostrava-se pouco eficiente. Aos poucos, foram forçados ao trabalho sob estreita vigilância para controlar as fugas e abandono da tarefa.

Sobre esta questão também discorre Furtado (1989), para quem o desenvolvimento da indústria açucareira se defrontou com algumas dificuldades, sendo a maior delas a escassez de mão de obra. O aproveitamento do escravo

indígena tornou-se inviável. No entanto, para que o europeu se mantivesse na nova terra a escravidão era sua condição de sobrevivência.

A base do sistema econômico se modifica com a expansão cafeeira e com a proibição do tráfico negreiro, exigindo a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre.

Para Oliveira e Racy (2010), o advento do capitalismo, para o qual a economia de mercado é pressuposto básico, trouxe uma nova necessidade às potências do período. Após experimentarem uma forte mudança de paradigma no que tange à ocorrência da Revolução Industrial, as potências do século XVIII necessitavam escoar o excedente de produção, possibilitado pelos avanços tecnológicos então vivenciados. É nesse contexto de mudanças que a libertação dos escravos, bem como os movimentos de independência das colônias passa a ganhar o “apoio” de potências industriais, como por exemplo, a Inglaterra.

A proibição do tráfico negreiro demandada pela Inglaterra e ainda pelas pressões internas dos movimentos abolicionistas não pôs fim à escravidão, pois os portugueses mantiveram o tráfico interno. As nações industrializadas buscavam matérias primas, fonte de energia para suas indústrias e mercado consumidor para seus produtos. Por esta razão, a Inglaterra pressionou o Brasil para o fim do tráfico, o qual, por sua vez, trouxe um grande problema para a indústria cafeeira que foi a escassez da mão de obra.

Naquele contexto, a vida do escravo africano e os negros nascidos no Brasil passavam por diversos movimentos com a criação de leis como a Lei do Ventre<sup>21</sup> Livre, Lei do Sexagenário<sup>22</sup>, que, de fato, não contribuíram,

---

<sup>21</sup> Em 28 de setembro de 1871, entrou em vigor no Brasil a "Lei do Ventre Livre" também conhecida como lei dos ingênuos. Dizia o seguinte em seu primeiro artigo: "Os filhos da mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre. §1º Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso o governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indenização pecuniária acima fixada será paga em títulos de renda com o juro anual de 6%, os quais se considerarão extintos no fim de trinta anos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de trinta dias, a contar daquele em que o menor chegar à idade de oito anos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbítrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor."

efetivamente, com mudanças na vida dos mesmos. As leis serviam para que continuassem sendo explorados durante boa parte da sua vida produtiva, como é o caso da lei do ventre livre. Estas medidas visavam, aparentemente, que fosse se extinguindo a escravidão no Brasil, mas acima de tudo que garantisse a manutenção da ordem social e da propriedade na mão dos grandes proprietários.

Para Oliveira e Racy (2010), o declínio do sistema escravista de produção foi resultado da ocorrência de contrapontos econômicos, fortemente relacionados ao advento do capitalismo e à disseminação da economia de mercado.

Desta forma, fazia-se necessário substituir a mão de obra escrava, até então fundamental. Recorrer à imigração era a saída, porém, receber imigrantes sem garantias que eles se tornariam a massa trabalhadora era impensável. O primeiro conjunto de leis que indicava o fim da escravidão não dizia respeito aos escravos, mas à posse da terra. As leis visavam à garantia dos senhores na terra.

Com esse cenário foi aprovada, em 1850, a chamada Lei de Terras, que através de inúmeros instrumentos, garantia a permanência da propriedade nas mãos dos grandes proprietários. Quanto aos pequenos proprietários não teriam como manter seus pequenos sítios e fazendas engrossando assim a massa de trabalhadores livres que vendia seu trabalho. Os imigrantes e os ex-escravos teriam poucas possibilidades reais de se tornarem pequenos proprietários.

Decisões do Estado, a partir de regulações e implementações de leis, tal qual a Lei das Terras – decretada catorze dias após a extinção do tráfico de escravos que restringia o acesso ao fator terra por intermédio de seu encarecimento - também figuraram como condicionantes da desigualdade vivenciada pelo negro liberto pós Abolição, uma vez que a terra passou a ser, mais do que nunca, fator de manutenção e concentração de renda.

---

<sup>22</sup> A Lei do Sexagenário, por sua vez, liberava os escravos com mais de 60 anos de idade, o que – pode-se concluir com muita facilidade que aparentemente não era vantagem para o escravo, pois (o que fazer com liberdade depois dos 60 anos, quando não se é mais produtivo e nem tem meios para sobreviver?), nem havia tantos escravos assim que conseguissem chegar a idade tão avançada para a época. Mesmo reconhecendo que ser livre era o anseio de uma vida toda, não era possível desfrutar da liberdade ainda no regime escravista e idoso.

Nesse contexto, entre as reais possibilidades de acesso à terra, ora como proprietário, ora como trabalhador, ao negro, não foi dada nenhuma chance. Desta forma, sua mão de obra foi descartada, ficando sem condições de inserção social e de sobrevivência. O trabalho foi para o imigrante, pois era mais vantajoso ao capital.

Os escravos “libertos” saíram do período escravocrata sem nenhuma acumulação material. Sem terra, pois a Lei da Terra não os incorporava, sem trabalho, pois eram considerados sem qualificação para o trabalho livre nas fazendas de café.

Para Ianni (1979), o contingente brasileiro de trabalhadores livres era, nessa época, constituída, principalmente, de imigrantes estrangeiros, particularmente italianos, espanhóis, portugueses e alemães. De fato, a origem desse contingente de trabalhadores está relacionada com a substituição dos escravos e à preservação da economia colonial contra qualquer tipo de transformação. Pois no projeto colonial não havia espaço para incorporação do negro.

Para Hasenbalg (2005), os negros brasileiros tiveram tão pouca mobilidade social após a abolição da escravidão em 1888 que as desigualdades raciais têm sido perpetuadas até os dias atuais. O racismo e a discriminação são, para o autor, as principais causas da posição econômica e social dos negros no Brasil.

Acrescente-se a isto o projeto de branqueamento, que estava por trás da chegada dos imigrantes. "A tese do branqueamento" baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos raciais 'mais adiantadas' e 'menos adiantadas' e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata.

O estabelecimento do sistema escravocrata no Brasil, durante o período colonial, foi certamente o alicerce sobre o qual se perpetuam nos dias atuais as desigualdades socioeconômicas, apoiadas sobre a discriminação de raça.

O trabalho escravo modelou a sociedade brasileira durante esse período, deu-lhe o ethos dominante, estabeleceu as relações de produção fundamentais na estrutura dessa sociedade e direcionou o tipo de desenvolvimento subsequente de instituições, de grupos e de classes, após a abolição”, assinala Clóvis Moura (MOURA, 1987: 7 e 8).

Diante disto, algo precisa ficar explícito neste estudo é que o racismo é um dado fundamental das relações sociais e que, como disse Ianni (2004), em entrevista concedida à revista *Estudos Avançados*, o preconceito racial caminha de par em par com o preconceito de classe e, na sociedade brasileira, o preconceito racial é constitutivo da sociabilidade.

Este estudo considera a importância dos determinantes da classe nas relações sociais. No entanto, não construirá sua compreensão tendo na classe a centralidade, nem na raça, se esforçará para construir um diálogo onde uma não precise ser excluída ou eliminada em relação à outra. A reprodução das desigualdades e formas de opressão se concretiza na vida dos sujeitos e estão interconectadas a classe e a condição de raça, pois o racismo, a intolerância, a pobreza e as diversas formas de expressão da violência estão presentes na dinâmica das relações sociais.

Segundo Fernandes (1964), aqui se colocam duas polaridades que não se contrapõem, mas se interpenetram. Se classe tem de ser forçosamente o componente hegemônico, nem por isso raça atua como um dinamismo secundário. A lógica política que resulta de tal solo histórico é complexa.

Na sociedade brasileira encontra-se o racismo, e este é estrutural, pois está presente e é mantido pela organização social, quando favorece uns em detrimento de outros, produzindo desigualdade. O racismo estrutural brasileiro é bastante complexo. Porém, a abordagem aqui defendida leva em conta um racismo que estaria na *estrutura* da sociedade, e não apenas no “mundo das idéias”.

Um componente importante nesta discussão é que ainda, em pleno século XXI, muitos autores estão retomando a antiga e já superada idéia de que existe uma democracia racial no Brasil. Uma leitura mais apurada das obras *A persistência da raça* (2005), do antropólogo Peter Fry, e *Não somos racistas* (2006), do jornalista das organizações *Globo*, Ali Kamel, são marcos corroboradores dessa linha de pensamento. Autores importantes como Yvonne

Maggie, antropóloga do IFCS-UFRJ, foram ratificados pelas teses de Fry e também de Kamel, que, apesar de ter enveredado pelo jornalismo, também teve uma formação em Ciências Sociais na UFRJ.

Neste ponto concorda-se com Ianni (2004), quando diz que não é ironia e nem é injusto dizer que alguns autores brasileiros vêem a questão racial da janela desde longe ou desde o alpendre da casa grande.

Ao tentar construir uma compreensão das estruturas sociais que teimavam permanecer desde a realidade colonial brasileira, este trabalho o faz no sentido de procurar apontar a sua superação recuperando, portanto, a especificidade do caso nacional.

Acredita-se que uma das principais causas que desencadeou essa realidade foi sem dúvida como se deu o desenvolvimento do Brasil na sua origem. Sendo assim, é salutar tentar apreender esse processo com o objetivo de entender como o negro foi inserido nele, sem a pretensão de recontar a história do Brasil. O propósito é reler um importante período da história na perspectiva de melhor entender o presente a partir do resgate da especificidade da formação histórica brasileira.

## **A resistência negra no escravagismo e na contemporaneidade**

Os movimentos sociais negros são fundamentais na luta contra as desigualdades raciais, no Brasil contemporâneo. Muitas deles têm uma longa história, que remonta ao século XIX. Outros foram organizados em resposta à discriminação e às péssimas condições de vida do negro no século XX.

Os movimentos negros estão inseridos nos movimentos sociais. De acordo com Ammann (1991), os movimentos sociais podem ser entendidos como: “Uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade” (AMMANN,1991:22).

Scherer-Warren (1993), ao analisar os movimentos sociais, concluiu que não existe entre os estudiosos uma concordância acerca do seu conceito, sendo toda ação coletiva de caráter reivindicatório ou de protesto tida como movimento social, independente do alcance ou do significado político ou cultural de luta.

É notória a compreensão de que os movimentos sociais lidam com as relações antagônicas entre as classes, cuja base é estabelecida pela relação capital-trabalho. De acordo com Sousa (1997) e Silva (2000), os movimentos negros extrapolam os limites de classe e lutam contra uma postura que inclui valores que foram pré-estabelecidos, em que o homem e a mulher são vistos com diferenças e, brancos e negros, da mesma forma. Para as autoras, uma análise que se centra apenas nos aspectos estruturais não consegue abranger o sentido pessoal de engajamento nos movimentos sociais.

Os movimentos sociais são agentes que expressam, em cada momento, as formas históricas de opressão, de miséria e da injustiça. Expressam o devir, através de sua crítica, de suas formas de contestação, de suas lutas na busca de novas alternativas, para o comando de uma nova historicidade (TOURAINÉ apud ARAÚJO, 1999:32)

Neste cenário, o movimento negro pode ser entendido como uma organização política que cumpre o papel de explicitar a contradição no cenário social, político e econômico (CUNHA: 1992 Apud SOUSA: 1997).

Outra compreensão de movimento negro é aquela conferida por Santos, compreendendo

(...) todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros (...). Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro (1994:157)

Historicamente, a população negra no Brasil foi colocada à margem da sociedade. Esta marginalidade foi sustentada por teorias racistas elaboradas no século XIX. Tal discurso perpassa a história do Brasil imprimindo relações desiguais entre as condições de direitos.

O fim da escravidão não significou a integração da população negra liberta à sociedade, ao contrário, um histórico de lutas de reivindicações sociais marca a história do negro no Brasil. A criação de espaços de luta em favor da igualdade racial no Brasil perpassa séculos, desde a formação de quilombos no século XVI.

Segundo Reis e Gomes (1996), existiram muitas formas de resistências. Mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia junto aos senhores ou fazia “corpo mole” no trabalho, quebrava ferramenta, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, abandono do trabalho, rebelava-se individualmente ou coletivamente através de revoltas, fugas e formação de grupos de escravos fugidos.

A história política do povo brasileiro pode ser contada por plêiade de insurreições, revoltas e lutas da população negra contra os sistemas de dominação. Mesmo depois da abolição do escravismo, a marca de libertários negros se faz presente, em movimentos populares, em grandes revoltas, como foi a dos marinheiros de 1917, comandada pelo marinheiro-negro João Cândido e que paralisou as atividades da Marinha

do Brasil numa greve por justiça e respeito à cidadania (CUNHA, 2000, 4 - 8)

No início do século XIX, houve uma série de revoltas de escravos no recôncavo baiano, onde estavam concentrados escravos Sudaneses oriundos da Costa de Mina. Aliaram-se para essa revolta os Haussenses e os Nagôs. A maior dessas revoltas ocorreu em 1835 que se denominou Revolta dos Malês. O levante teve um traço interessante, pois os negros africanos que estavam comandando a revolta chegaram a veicular a idéia de matar os negros nascidos no Brasil (SOUZA, 1997).

Destaca-se, nesse momento histórico, Luíza Mahin, africana guerreira, mãe de Luiz Gama, poeta e abolicionista. Pertencia à etnia jeje, sendo transportada para o Brasil, como escrava. Outros se referem a ela como sendo natural da Bahia e tendo nascido livre por volta de 1812. Sua casa tornou-se quartel general das principais revoltas negras que ocorreram em Salvador em meados do século XIX.

Luiz Gama escreveu sobre sua mãe:

“Sou filho natural de uma negra africana, livre da nação nagô, de nome Luíza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. Minha mãe era baixa, magra, bonita, a cor de um preto retinto, sem lustro, os dentes eram alvíssimos, como a neve. Altiva, generosa, sofrida e vingativa. Era quitandeira e laboriosa” (CRIOLA, 2003).

Segundo Munanga e Nilma (2006), na noite de 24 a 25 de janeiro de 1835, um grupo de africanos escravizados e libertos ocupou as ruas de Salvador e durante mais de três horas enfrentou soldados e civis armados. Os organizadores do levante eram malês, termo pelo qual eram conhecidos na Bahia da época os africanos muçulmanos que adotavam o islamismo como religião. Sabiam ler e escrever em árabe.

A Revolta dos Malês teve resultados e repercussões importantes que serviram para abalar e questionar a estrutura do regime escravista. Segundo Gennari (2008), foi um levante estritamente urbano.

A perspectiva que apresenta as pessoas escravas como sendo pacatas, passivas e estáticas é abalada com o surgimento dos quilombos. A palavra vem

do quibundo, uma língua do grupo Banto, e significa habitação, se tornou a forma de resistência mais importante e mais temida do período colonial.

Os quilombos são os primeiros movimentos em prol de maior liberdade, contra a violência da classe dominante. Não é possível estabelecer com certeza quando surgiu o primeiro quilombo. O mais provável é que as primeiras tentativas se situem por volta de 1550. As primeiras notícias certas são de 1575. Trata-se de um quilombo na Bahia que foi destruído pelo governador D. Luiz de Brito e Almeida.

Acredita-se que a *“existência de quilombos imprimia tal receio aos brancos que qualquer ajuntamento de escravos fugitivos já era como tal considerado, não importando seu número diminuto”* (Goulart apud Bergmann, 1978:58).

No século XIX, quando o Brasil ficou livre de Portugal, e os negros continuaram cativos, os quilombos surgiram em maior número em províncias como: Pará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. De acordo com uma provisão de 1741, é reputado quilombo desde que se achem reunidos cinco escravos. No Maranhão, em 1847, a assembléia provincial votou a lei 236, classificando como quilombo a reunião de apenas dois escravos. A organização de quilombos surgiu a partir dos movimentos de negros (as) que lutavam contra a escravidão (Bento, 1998).

O quilombo mais conhecido foi o Quilombo dos Palmares<sup>23</sup>, formado pelos escravos fugidos de Pernambuco, a mais importante das capitânicas. Localizava-se na Serra da Barriga, no atual estado de Alagoas e significava um sonho que lá havia se tornado realidade: a vida livre.

No quilombo, os grupos de ex-escravos desenvolveram uma dinâmica de troca, de trabalho e de estrutura social que revivia a organização social tradicional de antigos reinos africanos: Congo, Angola, Benguela, Cabinda. Nesse processo, alianças e costumes eram restabelecidos e os chefes de grupos reuniam-se periodicamente em conselhos para decidir a vida em coletividade com a participação de todos. Além de fabricar armas e ferramentas com a metalurgia

---

<sup>23</sup> Sobre Palmares ver: FREITAS, Décio. 1982. MOURA, Clóvis. 1987.

trazida da África, os palmarinos plantavam milho, fumo, batata, e mandioca. E faziam comércio com os vizinhos.

A produção era trocada por munições, armas, sal, tecidos e ferramentas. As terras eram férteis e havia muita madeira, caça e água. A atividade principal era a agricultura, num sistema de trabalho coletivo. Usavam metalurgia para fabricar utensílios para a agricultura e armas para a guerra, além de objetos artísticos (BENTO, 1998).

O primeiro líder famoso de Palmares foi Gamga-Zumba. Zumbi torna-se líder após sua morte, formando seu próprio exército como forma de reorganizar a comunidade de Palmares e para batalhar contra as várias expedições organizadas por ordem do rei de Portugal. Assassinado pelas forças de repressão da coroa portuguesa em 20 de novembro de 1695, Zumbi foi esfaqueado e degolado, tendo sua cabeça exposta em praça pública de Recife - atual Praça do Carmo, na Avenida Dantas Barreto.

Para Leite (2000), os quilombos constituem questão relevante por estarem entre os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial, no entanto, não somem de cena após a “abolição” reaparece no Brasil/república com a Frente Negra Brasileira (1930- 1940) e retornam à cena política no final dos anos 1970, durante a redemocratização do País.

Trata-se de uma questão persistente, tendo na atualidade importante dimensão na luta dos negros. Ou seja, nas lutas do passado e nas atuais o exemplo dos quilombos servirá sempre como um modelo a se seguir, a lembrança de que é possível através da luta e da organização vislumbrar novos espaços.

Para Fiabani (2005), os quilombos surgem em 1532, no Brasil colônia. Passam pelo império, pela república, pela ditadura e chegam aos dias atuais, garantindo seu espaço na Constituição de 1988. De fato, exemplo de resistência. Pois, como bem destaca Clóvis Moura, *“onde quer que a escravidão existisse, o negro marron, o quilombola, portanto, aparecia como sinal de rebeldia permanente contra o sistema que o escravizava”* (MOURA, 1987: 12).

Essa longa tradição de luta acumulada desde os tempos coloniais por africanos e seus descendentes é o mais valioso patrimônio cultural, fonte inesgotável da resistência que se opõe à continuada opressão desumanizadora do racismo. De acordo com Guimarães, os movimentos negros e seus protestos aumentaram no século XX pelas seguintes razões:

Primeiro, porque a discriminação racial, à medida que se ampliavam os mercados e a competição, também se tornava mais problemática; segundo, porque os preconceitos e os estereótipos continuavam a perseguir os negros; terceiro, porque grande parte da população “de cor” continuava marginalizada em favelas, mucambos, alagados e na agricultura de subsistência (2002:88).

A partir do século XX muitas conquistas foram possíveis, fruto das lutas dos movimentos e ativistas negros destacam-se algumas abaixo:

**Quadro 05** – conquistas do povo negro - Fonte: Arquivo pessoal/2010

<b>1906</b>	Criação do <i>Jornal dos Operários Negros</i>
<b>1924</b>	Criação do <i>Jornal Clarim da Alvorada</i> de São Paulo
<b>1931</b>	Criação da <i>Frente Negra Brasileira</i> , a qual teve sede em diversos estados do Brasil (CUNHA, 1992).
<b>1936</b>	<i>Centro de Cultura Afro-brasileira</i> , em Pernambuco, fundado pelo poeta Solano Trindade.
<b>1954</b>	Criação da <i>Associação Cultural do Negro</i> , pelo líder José Correa Leite
<b>1978</b>	Criação do <i>Movimento Negro</i> contra a discriminação racial, posteriormente denominado <i>Movimento Negro Unificado – MNU</i>
<b>1989</b>	<i>Lei 7.716/89 - Lei Caó</i> : tornou o racismo crime inafiançável e imprescritível. Definiu os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. Estabeleceu pena de reclusão (de 01 a 05 anos) para os crimes de racismo. Segundo esta Lei, o crime de racismo hoje no Brasil consiste em impedir alguém, por preconceito de raça ou cor, de exercer liberdade civil (de religião, de expressão, de associação etc.), direito social ou qualquer direito fundamental.
<b>1995</b>	Organização da <i>Marcha Zumbi dos Palmares</i> : contra o racismo, pela cidadania e a vida. Organizada pelo Movimento Negro, para ser um marco em homenagem aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, o líder do maior e mais famoso símbolo da luta dos negros no Brasil contra o regime escravocrata. Foi criado, por decreto presidencial datado do Dia Nacional da Consciência Negra.
<b>1997</b>	<i>Lei 9.459/97</i> : Estabeleceu a punição dos crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Alterou a Lei 7716 de 1989, ampliando o seu objeto, originariamente restrito ao combate dos atos resultantes de preconceito de raça e cor, e tipificou como crime a prática do nazismo, forma específica de racismo fundamentado em doutrina de superioridade racial.
<b>2001</b>	<i>III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata</i> - Durban – África do Sul.
<b>2003</b>	Criação da <i>Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR</i> , cuja missão é estabelecer iniciativas contras as desigualdades raciais no País. Sua criação é o reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro.
<b>2004</b>	<i>Política de Promoção da Igualdade Racial no Brasil</i> .

Essas conquistas, dentre outras, marcam a presença negra no Brasil. Os direitos não foram cedidos, eles são resultado da organização dos negros e das negras em movimento, e têm como objetivos melhorar as condições de existência da população negra brasileira. Fica evidente nesse breve percurso histórico o quanto de trabalho de militância afro-brasileiro foi necessário, e como teve um papel decisivo no processo de transformação.

A escravidão extinta legalmente, em 1888, e a República proclamada, em 1889, coube à elite brasileira organizar políticas públicas, mas estas não consideravam os negros/as, estes/as, de um modo geral foram retirados – ou tiveram dificuldades – de acessar: emprego, moradia, educação, saúde pública, participação política, enfim, ao exercício pleno da cidadania.

É através dos protestos que o movimento negro vem construindo diálogos, com o Estado e com a sociedade. A história do movimento vem se caracterizando Segundo Petrônio (2007) pelo dinamismo, pela elaboração e reelaboração, em cada conjuntura histórica, de diversas estratégias de luta a favor da erradicação do racismo na sociedade brasileira.

# CAPÍTULO III

*“A história é, talvez, a mais cruel das deusas que arrasta sua  
carruagem triunfal sobre montões de cadáveres,  
tanto durante as guerras como em período de  
desenvolvimento pacífico”*

*(Engels, 1981: 187).*

## **As faces da violência sofrida pela juventude negra**

Para se compreender a realidade de violências vividas pela juventude negra, precisa-se, antes, dialogar com uma categoria muito importante, que é a categoria espaço. Posto que toda trama histórica da violência impetrada contra este grupo vem sendo “costurada” em um tecido sócio-espacial urbano/rural de algumas metrópoles brasileiras. Uma das origens dessa situação vem da estrutura fundiária estabelecida, desde o período imperial, através da Lei da Terra – de 1850, que excluiu as pessoas negras e pobres do direito à propriedade da terra. Sendo assim, concorda-se com Santos (1982), quando salienta que a *“história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial”*. O espaço é entendido como dinâmico que se cria e transforma-se.

É válido salientar que, no estudo em questão, é no espaço vivido, no espaço do cotidiano que o jovem depara-se com as diversas formas de violência. É neste espaço dinâmico e criativo que a história de vida de cada um se desenvolve. Esclarecendo que no caso da juventude negra a história se desenvolve, na maioria das vezes no espaço segregado denominado favela.

O espaço evolui e cria novas formas ou renova as existentes. A evolução da formação social está condicionada pela organização do espaço. O lugar não pode ser compreendido sem sua relação com a totalidade, pois o espaço reproduz a totalidade social.

No entanto, de acordo com Santos (1982), para discorrer sobre o espaço, outra categoria precisa ser levada em conta, a de Formação Econômica e Social, que tem como base para sua compreensão a produção, entendida, como o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço sobre o qual se confronta. Outra razão, para o uso desta categoria dá-se por entender que cada sociedade tem seu próprio modo de se organizar, mas isto se dará sempre em relação com a história da sociedade mundial.

Para Santos (1982), apenas a categoria formação econômica e social não é suficiente para explicar a realidade. O autor evidencia a importância da referida

categoria, mas apresenta como necessário atrelá-la à questão espacial, pois se apresenta como uma nova corrente do pensamento mostrando que é no espaço que se dará toda problemática social.

Refletindo-se acerca do espaço social brasileiro e sua articulação com a sociedade global, entende-se que a forma de ocupação do espaço brasileiro se dá na atualidade como resposta à manutenção do modo de produção. Ou seja, a realidade espacial brasileira está permanentemente ocupada em se reajustar sob a influência da realidade econômica.

Neste sentido, a violência está ligada a esta estrutura que organiza as relações sociais. Isto nos remete à compreensão de se faz necessário entender a violência a partir de suas condições concretas de existência e não apenas como uma forma degenerativa do ser humano.

A violência muda de acordo com o período histórico e não se apresenta da mesma forma de um período a outro. Hoje, ela se apresenta como uma das principais preocupações da população em geral, já que afeta todas as classes e setores sociais.

A violência, hoje, renovou-se nos significados de suas expressões mais concretas. Com as mudanças no mundo, a partir dos anos 70, e com o advento da globalização houve uma mudança nas relações sociais e a emergência de um novo paradigma da violência. Enquanto que, nas décadas de 50 e 60, a violência se caracterizava, principalmente, por um caráter político e ideológico, atualmente ela se caracteriza pela exclusão social, pela falta de reconhecimento do outro enquanto sujeito social.

A violência acompanha o homem desde os primórdios da história. Fraga (2002) afirma que se pode caracterizá-la como violência primária e secundária. A primária ou natural era aquela praticada na luta pela sobrevivência, num grau de desenvolvimento que não oferecia outras saídas e possibilidade de ação e relação. Era uma violência estruturante fundadora de certo equilíbrio na ordem da vida. A violência secundária, com a qual se depara na atualidade, é estruturante e desagregadora.

O autor diferencia a violência da agressividade. A agressividade é algo inerente ao ser humano que pode ser canalizada para atos destrutivos ou para as faculdades que orientam a formação de aprendizagem do indivíduo. Neste sentido, toda violência pressupõe agressividade, mas nem toda agressividade pressupõe violência. Ou seja, toda atividade humana pressupõe agressividade, mas não violência.

Na atualidade a violência tem sido nomeada de diversas maneiras. Escuta-se falar em violência social, política, revolucionária, policial, racial, doméstica, familiar, urbana, entre outras, e muitas são as discussões em torno da temática. Este estudo não se propõe a analisar todos os aspectos da violência, dada a sua abrangência.

Procurar-se-á delinear a trajetória da violência sofrida pela juventude em nosso país e especificamente em Pernambuco, concentrando a atenção sobre a violência urbana e a influência que a mesma tem exercido junto ao segmento jovem, negros e residentes nas áreas periféricas dos centros urbanos e pertencentes às camadas pobres.

Anterior a discorrer sobre a violência e suas diversas formas de manifestação, é preciso construir algumas reflexões sobre a juventude. É consenso na literatura científica mostrar que a questão da juventude torna-se visível em fins do século XIX tendo como pano de fundo, determinações mais estruturais, sobretudo, o advento das revoluções tecnológicas, que trouxeram profundas modificações para o espaço urbano.

Para Silva (1998), os estudos preocupados em compreender a vida cotidiana da juventude, vão surgir a partir dos anos 20, momento em que foram pensadas as primeiras explicações acerca das vivências das pessoas jovens moradoras do espaço urbano. Desde então, a produção de estudos e pesquisas acadêmicas tem se consolidado através do aprofundamento de um número abrangente de temas, que tem ampliado o conhecimento sobre a experiência da juventude.

De acordo com Cardoso e Sampaio (1985), é nos anos 50 com os textos: *O problema das gerações* e o *Problema da Juventude na Sociedade Moderna* que Mannheim inaugura um momento novo nas reflexões sobre os estudos sobre a experiência das pessoas jovens. Nestes estudos a juventude foi pensada como uma categoria universal fruto da experiência partilhada por sujeitos que se encontravam numa mesma faixa etária.

Segundo Mannheim (1982), para conceituar a juventude precisa se levar em conta a estrutura social onde esta, está inserida. E ao tratar de sua importância para a sociedade, faz se necessário indagar qual é a natureza do potencial que a mocidade representa.

Entende-se que a juventude é um momento complexo da vida. Um dos aspectos que caracteriza essa complexidade é que os sujeitos pertencentes a esta categoria social são diferentes nas formas de sentir, pensar, agir, intervir na realidade e projetar o futuro.

Nesta direção, são diversos os estudiosos que se ocuparam em estudar esse momento tão significativa da vida. Pais (1993) evidencia duas correntes vinculada aos estudos sociológicos. São a corrente geracional e a corrente classista. A corrente geracional toma como fundamento a noção de Juventude como fase da vida. Onde tudo que é vivido pelos sujeitos está relacionado com sua geração.

Para a corrente classista, as experiências dos jovens vão ter como pano de fundo as desigualdades sociais. A partir desta perspectiva teórica, as culturas juvenis são entendidas como produto de relações antagônicas de classe<sup>24</sup>.

Quapper (2001) apresenta quatro maneiras de conceber a juventude. A primeira é entendida como uma etapa da vida, onde todos os jovens são iguais. A segunda, a juventude é vista como um período de passagem para o mundo adulto. Na terceira, fala-se em juventude para mencionar um estado mental de

---

<sup>24</sup> É um grupo de pessoas que têm status social similar segundo critérios diversos, especialmente o econômico.

vitalidade e alegria. A quarta apresenta uma perspectiva de futuro em que o jovem será aquele que assumirá as responsabilidades dos adultos.

Diante de todas essas tentativas de explicar a juventude, entende-se que não existe a juventude. Concorda-se com Rezende (1989) quando propõe que o termo "juventude" seja posto em definitivo no plural. Essa justificativa encontra fundamento na diversidade dos inúmeros grupos sociais que enriquecem a cena social contemporânea.

Isto é reforçado por Margulis (2001), que, enfaticamente, afirma que não se pode falar em juventude, mas em juventudes, visto que há distintas maneiras de ser jovem tendo em vista a intensa heterogeneidade que se observa no plano econômico, social e cultural.

Nesse estudo, como já foi dito anteriormente a juventude será entendida de acordo com Groppo (2000) enquanto uma categoria social, perpassada pela questão da faixa etária, que se metamorfoseia de acordo com a classe social, o grupo étnico racial, a nacionalidade, o gênero, o contexto histórico nacional e regional dentre outros aspectos. A adoção da compreensão de Groppo se dá pelo fato de entender esta concepção contemplada tanto na perspectiva de que há juventudes, como dá margem para se compreender as especificidades na análise da juventude negra – sujeito desta pesquisa.

Retomando a questão da violência, esta é vista como expressão da desigualdade que desequilibra a vida em sociedade e impõe o medo, bem como perdas de vidas humanas.

Sobre o medo, Morais (1981) afirma que este se apresenta sob a forma do “pão nosso de cada dia”, é concreta e se materializa no cotidiano através de dizeres populares, tais como “fulano está morto de medo”, “fiquei gelado de medo”. Onde há medo, há ameaças e onde estão as ameaças, está a violência. Quando o autor assim se posiciona, entende-se que este está mostrando o quanto a violência é algo presente no cotidiano das pessoas.

Inicialmente já se percebe a complexidade desta temática, uma vez que ela nem sempre se apresenta como um ato, como uma relação, como um fato de uma estrutura identificável. Perceber um ato como violência demanda do homem um esforço para superar sua aparência de ato rotineiro, natural e inscrito na ordem das coisas.

Outro ponto ressaltado por Moraes (1981) é que não se pode pensar em desigualdade social sem mencionar as formas de sua produção e de consumo, porquanto há os que podem consumir e os que não podem. Estes últimos transformam a fragilidade de suas frustrações numa feroz agressividade.

Acrescenta-se a isto as oscilações do mercado de trabalho, que estabelecem a insegurança. A isso se segue uma desvalorização do ato de viver, que não é algo novo, pois dentro da organização social capitalista, o importante é o lucro e não a vida humana.

Posto isto, Moraes (1981) define que

Violência está em tudo que é capaz de imprimir sofrimento ou destruição ao corpo do homem, bem como o que pode degradar ou causar transtorno à sua integridade psíquica. Resumindo-se, violentar o homem é arrancá-lo da sua dignidade física e mental (pag. 25).

Odalia (2004) discute a existência de formas de violência e as apresenta como violência original, institucionalizada, social, política e revolucionária. A *violência original* era vista como condição básica de sobrevivência num mundo natural e hostil e foi justamente a capacidade de produzir violência que a fez resistir aos outros animais. A *violência institucionalizada* é aquela na qual as pessoas agem como se a desigualdade fosse uma norma estabelecida pela natureza da sociedade e contra a qual pouco é possível, enquanto o mundo for mundo. Essa maneira de pensar a violência faz parecer natural a distinção entre os homens que possuem e os que não possuem.

Sobre a *violência social*, o autor defende que toda violência é social, pois engloba a poluição ambiental, o menor abandonado, discriminação racial, as diferenças entre as classes, a fragmentação do trabalhador etc. Esse tipo de

violência avilta a pessoa humana negando-lhe a própria razão de viver em sociedade.

A *violência política* é aquela que está ligada à ação do Estado. Ao invés de construir acessos iguais cria espaços de reprodução da desigualdade e de manipulação da população. E a *violência revolucionária* é uma violência política caracterizada, basicamente, pelo inconformismo e pelo desejo de transformação das estruturas sociais.

Dentre as formas de violência apresentadas pelo autor é interessante destacar, para este estudo, a *violência social*, porque nela cabem a violência racial e a urbana. A racial terá por base o racismo e a discriminação racial e a urbana é a expressão, que designa o fenômeno social de comportamento deliberadamente transgressor e agressivo, ocorrido em função do convívio urbano. Sua manifestação mais evidente é representada pelo alto índice de criminalidade; e a mais constante é a infração dos códigos elementares de conduta civilizada, sendo determinada por valores sociais, culturais, econômicos, políticos e morais de uma sociedade.

Ainda sobre violência cabe incluir nesta discussão a contribuição de Arendt (2009), para quem é preciso compreender a violência a partir das brechas deixadas pelo passado sobre as quais é possível compreender o futuro. Sendo assim, para a autora a violência será entendida numa relação íntima com poder e autoridade.

Essa autora abre espaços para pensar que a violência sofrida pela juventude negra terá sua compreensão melhor esclarecida se for elaborada a partir da apreensão do seu passado histórico. A violência sempre fez parte da historicidade do povo negro. Foi capturado na África, através de ações violentas. A travessia para o Brasil foi extremamente violenta, pois no navio negreiro foram tratados de forma desumana. A recepção no Brasil guardava “requintes de crueldade”. A vida na senzala, nas plantações de café, nas minas e nas casas grandes era regada por diversas formas de violência. As leis elaboradas (Lei do Ventre Livre e Lei do Sexagenário) tinham apenas a aparente idéia de contribuir

com a melhoria da qualidade de vida. Finda a escravidão legalmente, esse foi relegado à sua própria sorte, tendo que viver nos mocambos, nos morros e nas favelas de forma, na maioria das vezes, degradável.

Arendet (2009) resgata na sua elaboração acerca da violência a questão do poder e da autoridade. O poder é entendido como a capacidade de agir em conjunto, requerendo o consenso de muitos quanto ao curso da ação. Para a autora é a desintegração do poder que enseja a violência, porque a violência destrói o poder e não o cria. E a autoridade, por ser um conhecimento inquestionado não demanda coerção nem persuasão. E não é destruído pela violência, mas pelo desprezo. Desta forma, a violência está articulada à incapacidade da ação dos governantes. A violência tem acompanhado os diversos tipos de governantes pelos séculos afora e tem demonstrado a incapacidades desses de governar ao subjugar os outros, considerados como fracos e inferiores no processo histórico.

Neste contexto, faz se necessário estabelecer a relação da juventude com este complexo fenômeno social denominado violência. De acordo com Fraga (2002), para se compreender a violência juvenil é preciso compreender o modo de ser da própria juventude na sociedade capitalista e, neste sentido, algumas questões precisam ser consideradas:

- 1- Olhar a juventude de maneira diversa, pois não existe um jeito único de se jovem.
- 2- Entender como se dá a constituição das várias identidades da juventude.

Para o autor a juventude é o momento de decidir sobre o futuro e isto é gerador de conflitos, principalmente porque no contexto capitalista muitos desses jovens vai ter seu potencial criativo bloqueado. E a necessidade de reconhecimento mantem-se a despeito dos bloqueios do sistema. Solucionar esses conflitos no interior da sociedade capitalista se coloca como um grande desafio.

Neste contexto, concorda-se com o autor quando este afirma que a vinculação da juventude com a violência (quando este é o agressor) não é natural, nem uma escolha original. Ela é uma forma de sobrevivência psicossocial, de reconhecimento frente aos bloqueios do sistema.

No entanto, é preciso considerar que, na maioria das vezes, o jovem é agredido. A juventude expõe facetas da miséria do próprio sistema capitalista. Sua vinculação com a violência, ora como agressor, ora como agredido, denuncia a que nível de alienação e estranhamento chegaram as relações sociais que associa os jovens mais para a figura da violência, do que para as melhores formas da cultura hoje devastadas pelo império das banalidades da mercadoria e da mutilação do pensamento.

A realidade de violência, ao eleger enquanto alvo prioritário o jovem pobre e negro, mostra a omissão do Estado frente a essa população. Os jovens só aparecem na cena pública quando a crônica jornalística os tira do esquecimento para apresentá-los como delinqüentes, ou infratores, ou criminosos, mostrar seu envolvimento com o tráfico de drogas e de armas, as brigas de torcidas organizadas ou nos bailes da periferia. Omite-se a imagem do jovem sujeito de direitos e dá-se visibilidade ao jovem que por praticar atos que fere as “normas sociais”, torna-se alvo da condenação advinda da pressão popular.

No entanto, neste ato de omitir está camuflada a idéia de que este jovem é vítima da forma desigual como a sociedade está organizada. E esta sociedade confere o *status* de atos violentos apenas aos homicídios e roubos, esquecendo-se que a violência se expressa também no ato de não se ter moradia digna, não se ter segurança, não se ter escola e ensino de qualidade, de ser discriminado em razão da cor, da orientação sexual, da classe social, dos direitos humanos.

Neste sentido, nos estudos sobre juventude e violência, insere-se a questão da juventude negra. No atual contexto brasileiro, tem sido vista como um dos segmentos mais suscetíveis às expressões da violência, por ser mais pobre, e morar em áreas segregadas, onde a segurança é negligenciada por parte dos poderes públicos. Esta é uma situação, de cuja gravidade exige a análise crítica.

Esta conduz à compreensão da problemática, da qual deriva a criação de estratégias políticas de superação desta realidade.

Retomando a idéia que permeia este estudo, quais sejam as diversas formas de violência sofridas pela juventude negra. Ela ganha novos contornos ao longo da história, sendo assim mantida. Para tanto, será organizada uma cronologia esclarecedora sobre o posicionamento adotado nesta tese. A cronologia não seguirá uma ordem por décadas, mas apontará ao longo da história a manutenção das desigualdades impetradas contra a população negra e, especificamente, os jovens negros.

No Brasil, o fenômeno da desigualdade é parte da sua formação histórica, bem como a naturalização deste fenômeno, fazendo com que exista no Brasil uma grande parcela da população impossibilitada de desempenhar plenamente sua cidadania. Neste sentido, o racismo brasileiro possui seu embasamento na história e relaciona-se ao processo de formação da nação.

Na década de 30, o ideal da democracia racial impõe-se como hegemônico, vigorando praticamente sem contestação até o final dos anos 1970. Contudo, durante todo o decorrer desse século, ocorreram importantes mudanças sociais no país (destacam-se aqui as ações da Frente Negra Brasileira), seja no campo da modernização da economia, da urbanização, ou da ampliação das oportunidades educacionais e culturais. Apesar disso, não se observou uma trajetória de redução das desigualdades raciais.

Na pesquisa *Desigualdades raciais, racismo e políticas públicas: 120 anos após a abolição (2008)*, realizada pelo IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- entre as décadas de 1940 e 1970, estudos sobre mobilidade social concluem que a posição relativa dos negros e brancos na hierarquia social não foi substancialmente alterada com o processo de crescimento e modernização econômica ocorridos no país.

A industrialização, ou seja, o desenvolvimento não eliminou a raça como fator organizador de relações sociais e oportunidades econômicas, nem reverteu a subordinação social das minorias raciais.

Isto é expresso nos estudos de Lélia Gonzaléz (1979), que discutindo a realidade da juventude negra diz:

*Existem atualmente no Brasil cerca de 16 milhões de adolescentes e jovens totalmente entregues a própria sorte, sem a menor expectativa de vida; ou melhor, sua única perspectiva se constitui no banditismo e na morte. Desnecessário dizer que são negros na sua maioria (pág. 2).*

A autora discute a questão do não acesso da juventude negra ao trabalho, e acreditava que, no contexto brasileiro, existia uma nítida divisão racial do trabalho. E acrescentava: não por coincidência a quase maioria absoluta da população negra fazia parte da massa marginal crescente envolvida no desemprego, trabalho ocasional, trabalho por temporada etc.

Em 2002, segundo diagnóstico da UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura - os jovens são os que mais matam e mais morrem no nosso país, principalmente aqueles que pertencem aos grupos mais pobres e vulneráveis da sociedade.

O Relatório de Desenvolvimento Humano - *racismo, pobreza e violência de 2005* - aponta a população negra como a principal vítima da violência ou da própria segurança pública no Brasil. Para os relatores ser preto, jovem, do sexo masculino e solteiro significa ser alvo preferencial da violência.

Os negros são as maiores vítimas não só da violência dos criminosos, mas também da instituição que deveria protegê-los: a polícia. Segundo o relatório acima citado, em levantamento realizado especialmente para o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD, no Estado do Rio de Janeiro, a proporção de pretos, entre vítimas de violência policial, é três vezes a proporção desse grupo na população como um todo.

Ainda em 2005, nos estudos de Bento & Beghin (2005), segundo dados do PNAD/IBGE, existem no Brasil cerca de 11,5 milhões de Jovens negros entre 18 a 24 anos de idade, o que representa 6,6% da população brasileira.

Para as autoras, o sistema educacional brasileiro não é capaz de combater as desigualdades raciais. Em relação ao trabalho, o processo de exclusão vivido pelos jovens negros não é diferente: maior dificuldade em encontrar ocupação,

maior informalidade nas relações trabalhistas e menores rendimentos. Segundo IPEA 2005, de cada dez jovens negros entre 18 e 24 anos de idade, quatro encontravam-se desempregados. Quando, finalmente, o jovem negro consegue uma ocupação, essa é, em geral, exercida de forma precária.

Outro fator destacado e que afeta a juventude, principalmente os homens, é a insegurança. Esta, conjugada ao racismo, pobreza, discriminação institucional, falência do sistema de segurança pública, torna a vida do jovem negro muito difícil, roubando-lhes a esperança e a perspectiva para o futuro.

De acordo com o Mapa da Violência “homicide figure are highest among the youth bracket (fifteen to twenty – four years age), specifically between the ages of twenty and twenty four, with some 65 homicides per hundred thousand” (WAISELFISZ, 2007 pag. 124). Fica claro que os que mais morrem são os jovens negros.

Silva e Carneiro (2009) apresentam que os dados estatísticos de mortalidade por homicídios vêm ocupando destaque nas discussões sobre violência no Brasil. O tema é foco de análises e debates em instituições acadêmicas (como é o caso dessa pesquisa), organizações da sociedade civil e pela sociedade em geral, que procura refletir sobre o fenômeno que ceifa vidas de brasileiros cada vez mais cedo. Homens jovens, particularmente da raça negra e dos centros urbanos, são as principais vítimas de homicídios – a maior expressão da violência urbana.

Diante do exposto, é importante compreender que a violência continua a crescer assustadoramente. Diversas causas têm sido indicadas como sendo geradoras do aumento da violência, entre elas estão a desigualdade social, o crescimento econômico, a não tolerância nas relações com a diferença, a pobreza dentre outros.

Não é recente a preocupação da sociedade brasileira com as diversas formas de violência que tem se expressado na contemporaneidade. Tais preocupações em torno da violência podem ser facilmente identificadas nas mudanças de conduta da população urbana, visivelmente aterrorizada pelo medo.

Vive um extremo desconforto com a atual organização da vida nas grandes cidades.

Essa mudança ocorreu de forma tão acelerada quanto desequilibrada. Como expostas anteriormente, muitas pessoas saíram das áreas rurais para os grandes centros em busca de melhores condições de vida, de emprego e salários. Essas pessoas, na sua grande maioria, contribuíram com a prosperidade desses grandes centros, por outro lado, depararam-se com uma vida precária.

Mesmo sendo o urbano o cenário principal de toda sorte de violência, há muito a violência deixou de pertencer apenas aos grandes centros. A *interiorização da violência* vem se revelando um fenômeno que toca todos os espaços da vida social.

Segundo o Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil, elaborado por Waiselfisz (2004), se até 1997 capitais e regiões metropolitanas são os núcleos dinâmicos de expansão da violência homicida, a partir de 1998 esse dinamismo traslada-se para o interior dos estados. De 1993 a 1998, registra-se um significativo crescimento de homicídios nas capitais e nas regiões metropolitanas, com crescimento moderado dos homicídios no interior. De 1999 até 2002, os estudos apontam para o contrário: o crescimento dos homicídios no interior é significativamente maior do que o experimentado pelas capitais e regiões metropolitanas, indicando uma forte tendência de interiorização da violência homicida.

Diante desses dados alarmantes de aumento de homicídios nas cidades do interior, foi elaborado, em 2007, o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros . Este busca aprofundar as investigações sobre um fenômeno que há muito deixou de pertencer apenas aos grandes centros urbanos. A interiorização da violência vem-se revelando, segundo o Mapa, como mais um desafio para toda a sociedade brasileira. E aponta de que forma a crescente urbanização do país contribui para o incremento das taxas de mortalidade por acidentes de trânsito, homicídios e uso de armas de fogo. Segundo o Mapa, no interior, vem-se reproduzindo o ambiente violento das metrópoles.

Gonzalez<sup>25</sup> (2006) também atribui à crescente urbanização do país as condições de reprodução do ambiente violento. Reafirmando que, mesmo os pólos dinâmicos da violência localizando-se nas grandes capitais e regiões metropolitanas, a violência tem crescido e se deslocado para o interior dos estados.

Para alguns historiadores e sociólogos, o *boom* da violência urbana como hoje se apresenta, não é algo atual, coincide com o período de luta pela redemocratização do país, nos anos de 1980; momento em que há também uma grande efervescência da vida urbana. Para eles, a violência sempre foi um recurso utilizado nas relações de dominação nos diferentes espaços de sociabilidade.

É nas grandes aglomerações urbanas, que se acumulam as graves expressões da Questão Social<sup>26</sup>, dentre as quais está a violência. Segundo Dubet (1995), o espaço urbano aparece como sintoma, símbolo, representação “da civilização e da barbárie modernas”. Sendo importante entender esses processos e suas conseqüências nas pessoas que povoam essas áreas. Em particular para os jovens e negros.

A reportagem intitulada *Vida Invisíveis*, do Jornal do Commercio<sup>27</sup>, de 31 de agosto de 2008, cujo objetivo é descrever a realidade do Recife, apresenta os seguintes dados: em 2006, Recife teve 4.638 (quatro mil, seiscentos e trinta e oito) homicídios de jovens entre 15 a 24 anos.

---

<sup>25</sup> Da Organização dos Estados Ibero- Americanos – OEI, quando da introdução do mapa da violência de 2006.

<sup>26</sup> Aqui entendida, segundo Yamamoto (1998), como o conjunto das desigualdades da sociedade capitalista madura, decorrente da contradição existente entre produção social da riqueza e sua apropriação privada.

<sup>27</sup> **Jornal do Commercio** é um jornal brasileiro com sede no Recife, Pernambuco, fundado em 3 de abril de 1919. Conhecido como o jornal de maior circulação em Pernambuco e o que possui a maior carteira de assinantes do Estado, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC). O JC figura entre os periódicos de maior credibilidade do Brasil e já conquistou ao longo de sua história muitos dos principais prêmios nacionais destinados ao setor de comunicação, como o Esso Regional Nordeste, Fiat Allis, Vladimir Herzog, Imprensa Embratel, Unisys e José Reis de divulgação científica, entre outros. A publicação também é recordista absoluta do Prêmio Cristina Tavares, maior reconhecimento jornalístico pernambucano, com dezenas de troféus em texto, arte, foto e desenho. Entre os reconhecimentos mundiais, está o Prêmio Desertificação: Uma Ameaça Global, conferido pela ONU, o da International Library of Photography e vários reconhecimentos no News Page Design (que elege as melhores capas de jornais do mundo).

Desta forma, a cidade aparece como campeã no assassinato de jovens. A reportagem acrescenta: a maioria dos mortos é composta por pobres. No Brasil, os mais pobres são negros. Logo são os jovens negros os que mais morrem.

Para Ferreira (2008), em comunicação realizada no Congresso Mundial de Serviço Social, com sede na Bahia, se tem no Brasil uma expressiva divisão social da violência. Neste contexto, a violência é entendida como um fenômeno dentro do modo de produção capitalista. Compreende-se a partir disto que, o modo de produção que produz riquezas é o mesmo gerador de pobreza e miséria, ele é contraditório na sua essência.

Este modo de produção divide as sociedades em classes, com formas diferentes de acesso a serviços, à cultura, ao lazer, ao trabalho, à educação, ao saneamento básico, gerando assim, a desigualdade social. A violência é estrutural, pois, tem em sua base a forma de organização social geradora de desigualdades sociais.

O jovem negro diante dessa realidade é o que fica mais exposto à violência e suas diversas manifestações, seja ela racial ou urbana, considerando que o espaço de moradia também é determinante de discriminações.

O espaço urbano é composto por áreas naturais que se transformam por meio das forças sociais geradoras de conflitos diante dos interesses diferentes entre os grupos. Os conflitos entre grupos sociais distintos economicamente e decorrentes da função do uso do solo geram formas sociais de organização no espaço urbano.

Outro aspecto importante - já citado anteriormente - para se pensar o urbano é que este passa a ser marcado pela divisão da sociedade em classes. Isso pode ser identificado a partir dos territórios diferenciados, específicos e separados para cada grupo social.

Neste contexto,

*As comunidades de baixa renda e as minorias étnicas mobilizam-se contra o fato de serem escolhidas como alvo de discriminação ambiental, submetidas com maior frequência que a população como um todo à exposição a substâncias tóxicas, à poluição, a materiais prejudiciais à*

*saúde e à degradação ambiental de seu espaço [...] (CASTELLS, 2002, p. 165).*

A garantia de domínio sobre este espaço está na apropriação material e ritual do território. A comunidade urbana se caracteriza com suas divisões, hierarquias e conflitos, assim como com suas solidariedades e alianças.

É na cidade que o urbano se expressa com sua organização social. Demanda, conseqüentemente, a necessidade de gestão da produção coletiva. Indissociável à existência material da cidade está sua existência política. A cidade contemporânea se caracteriza pela velocidade da circulação. São fluxos de mercadoria, pessoas e capital em ritmo cada vez mais acelerado, rompendo barreiras subjungando territórios. O espaço urbano se encarrega de contar parte da sua história. A cidade também é um registro, uma escrita, materialização da própria história.

Para Rolnik (2004), a segregação fica mais evidente à medida que avança a mercantilização da sociedade e se organiza o Estado moderno. No caso do Brasil, o impulso segregador se dará com a crise da escravidão e a expansão do trabalho livre.

Esta forma de organização segregada da vida no urbano tem uma base econômica e política para sustentá-la. Quando se fala em regiões nobres e regiões pobres refere-se a espaços equipados com o que há de mais moderno em matéria de serviços urbanos como também em espaços onde o Estado investe pouquíssimo.

Para Rolnik (2004), são flagrantes as desigualdades na distribuição de renda, somada à segregação socioespacial, escassez de políticas públicas e a crescente precariedade das condições de vida da população. A ação do Estado na cidade produz a segregação. O uso e a ocupação do espaço urbano mostram que o direito à cidade não tem sido de todos que constroem a cidade. A lógica capitalista passa a ser, então, um parâmetro essencial na condução de uma política de ocupação da cidade, que se expressa também na intervenção do Estado.

O poder público brasileiro começou a investir, sistematicamente, em programas de urbanização a partir da década de 1940, com a consolidação da industrialização de produtos nacionais que vieram substituir as importações. Esse período foi marcado por um intenso crescimento demográfico e desenvolvimentismo elevado, que atraía para os centros da cidade um enorme contingente de migrantes em busca de emprego. As políticas urbanas são elitistas, segregadoras do espaço socialmente construído e não medem as conseqüências para o meio ambiente, tornando-o cada vez mais carregado de desigualdades e contradições.

Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas – *Estado das cidades do mundo 2010-2011* - mais da metade da população do mundo vive nas cidades. 227 milhões de pessoas em todo mundo deixaram as favelas na última década. O Brasil reduziu sua população favelada em 16% desde 2000, cerca de 10,4 milhões de pessoas melhoraram as condições de vida nesses 10 anos.

A redução é atribuída, entre outros fatores a políticas que aumentaram a renda dos mais pobres, redução do crescimento populacional e programas de urbanização. No entanto, o relatório diz que as cidades mais pobres do mundo se encontram no Brasil e ainda alerta que a projeção é de aumento da população mundial em favelas em seis milhões por ano, até 2020.

O relatório apresenta avanços e adverte que o crescimento das favelas continuará a existir. Acredita-se que isto acontece porque a política urbana está preocupada em melhorar as favelas em vez de pensar uma reforma estrutural da pobreza urbana. Neste sentido, cumpre neste contexto questionar a organização global da sociedade orientado pela idéia de que todos igualmente têm direito à dignidade.

# CAPÍTULO IV

*[...] é essencial que esses ganhos mais modestos ( mas muitas vezes significativos), factíveis mesmo nos marcos do capitalismo e da “democracia” representativa, contribuam para avanços mais profundos, material e político-pedagógicamente, e de modo algum atrapalhem as metas mais estruturais e estratégicas. Será isso fácil? Ninguém disse que é! Mas é possível! Pois bem: e por que não seria?... E, afinal de contas: é imprescindível.*

(SOUZA, 2008: 267)

## **AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE E OS REBATIMENTOS PARA A JUVENTUDE NEGRA**

O desenvolvimento de um sistema de proteção social no Brasil remonta aos anos 1930. A partir de então, se desenvolveu e se expandiu, principalmente durante os anos 1970. A década de 80 culminou com a Constituição Federal de 1988, fruto da luta dos movimentos sociais e dos trabalhadores, que ampliou, significativamente, os direitos sociais presentes nas constituições anteriores.

A elaboração das políticas públicas é uma resposta do Estado às demandas que surgem da sociedade através dos seus diferentes segmentos. Apresenta-se, ainda, como expressão de um acordo dos gestores públicos com uma determinada área social. Ela cumpre o papel de concretizar direitos declarados na lei. E é através dela que os bens e serviços são distribuídos e redistribuídos.

Para Souza e Barros (2007), as políticas públicas são ações de iniciativa governamental de interesse público, que devem ser construídas com e para a coletividade, cuja efetivação depende de quatro fatores fundamentais, a saber: base na legislação, aparato institucional com recursos e infra-estrutura suficiente; planejamento e controle social.

Rua (1998) entende as políticas públicas como um conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos. A autora assim se posiciona por acreditar que as políticas são uma resposta às necessidades sociais, porquanto deixam a condição de demanda social, passando a fazer parte da agenda estatal.

Para Sposito (2003), na sociedade brasileira, ainda que recentemente, observa-se um consenso em torno da necessidade de implementar políticas públicas para a juventude. Isto se dá por duas razões: primeiro, porque, anteriormente, os jovens eram inseridos em políticas sociais destinadas a todas as demais faixas etárias, não tendo suas especificidades contempladas. Segundo,

as políticas não consideravam que os jovens representavam o futuro da nação, sendo necessário cuidar e proteger este público.

A trajetória recente das políticas públicas destinadas aos jovens, no Brasil (no período investigado pela autora supracitada, que compreende os anos de 1994-2002), diferente do conjunto da América Latina, tendia a permanecer muito mais como “estado de coisas” do que problema de natureza política, demandando uma resposta por parte do Estado.

Esta realidade se confrontou com a institucionalização do Estado neoliberal, diante do qual pensar políticas públicas destinadas aos jovens no Brasil torna-se particularmente desafiador, pois as políticas vão sofrer diretamente a influência do neoliberalismo; portanto, impactarão o conjunto das políticas sociais no Brasil.

O Estado atual, sob a lógica das propostas neoliberais, tem as ações reduzidas. São mudanças que alteram a relação do Estado com a sociedade e comprometem o acesso à cidadania conquistada pela classe trabalhadora, materializada na Constituição de 1988.

Assim a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais - a depender da correlação de forças entre classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perverso da crise (BEHRING & BOSCHETTI, 2007: 156).

Estas mudanças tornam os espaços dos direitos submetidos à uma lógica que restringe as conquistas sociais, sendo esta realidade uma expressão das relações sociais vigentes e, como tal, expressão da desigualdade estrutural do País.

É inegável que a Constituição de 1988 cristalizou novos direitos graças à capacidade dos dominados de se organizarem e reclamarem seus direitos. No entanto, em 1989, um ano depois da oficialização da nova Constituição, foi organizado o Consenso de Washington que deliberou sobre um conjunto de

medidas<sup>28</sup> formuladas por economistas de instituições financeiras como o FMI, o Banco Mundial, dentre outros, alterando o rumo das conquistas sociais.

Concorda-se com Oliveira (1999) quando diz que, no Brasil, a construção da cidadania e da democracia lembra o trabalho de Sísifo<sup>29</sup>, onde os esforços continuados dos dominados para alcançarem patamares mínimos de cidadania e democracia são permanentemente destruídos pelas elites dominantes. Estas, além de se valerem do poder estatal, utilizam-se de estratégias de sociabilidade antidemocráticas e contrárias à cidadania.

Santos (1988) enfatiza que o que estamos vivendo agora foi longamente preparado, e o processo de internacionalização não data de hoje. O projeto de mundializar as relações econômicas, sociais e políticas começa com a extensão das fronteiras do comércio no princípio do século XVI, avança por saltos através dos séculos de expansão capitalista para, finalmente, ganhar corpo no momento em que uma nova revolução científica e técnica se impõe. Concomitantemente, as formas de vida no planeta sofrem uma repentina transformação: as relações do homem com a natureza passam por uma reviravolta, graças aos formidáveis meios colocados à disposição do primeiro.

Para o autor este processo de desenvolvimento tecnológico, acionado pela globalização, desencadeou mudanças qualitativas surpreendentes. A mais notável delas foi a possibilidade de tudo conhecer e tudo utilizar em escala planetária, desde então convertida no quadro das relações sociais. No entanto, a mundialização vista é perversa: concentração e centralização da economia e do poder político, cultura de massa, cientificação da burocracia, centralização agravada das decisões e da informação, tudo isso forma a base de um

---

<sup>28</sup> Disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatização das estatais, desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas), direito a propriedade intelectual.

<sup>29</sup> Segundo a Mitologia grega, era Mestre da malícia e dos truques, ele entrou para a tradição como um dos maiores ofensores dos deuses. Como castigo de Zeus foi condenado por toda a eternidade a rolar uma grande pedra de mármore com suas mãos até o cume de uma montanha, sendo que toda vez que ele estava quase alcançando o topo, a pedra rolava novamente montanha abaixo até o ponto de partida por meio de uma força irresistível. Por esse motivo, a tarefa que envolve esforços inúteis passeou sera chamada "Trabalho de Sísifo".

acirramento das desigualdades entre países e entre classes sociais, assim como da opressão e desintegração do indivíduo.

Noutro momento, Santos (2008) apresenta a globalização<sup>30</sup> sob três pontos de vista: a globalização como fábula, como perversidade e, por fim, indica elementos capaz de gerir uma outra globalização.

A globalização enquanto fábula apresenta como verdade certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida da sua interpretação (Santos 2008 p.19). Nesse contexto, a globalização apresenta possibilidades para todas as pessoas, sem exceção, tornando-se capaz de dar respostas às necessidades de todos os povos.

Já a globalização enquanto perversidade diz respeito àqueles grupos que não são beneficiados com as ditas conquistas e ficam sem ter acesso aos benefícios e descobertas tecnológicas.

Por fim, Santos (2008) aponta a possibilidade de se pensar uma outra globalização, mais humana, tendo como orientação as mesmas bases técnicas utilizadas pelo capital para perversidade, entretanto a partir de uma outra lógica com novos fundamentos sociais e políticos.

Neste contexto de constantes mudanças, articulam-se as políticas públicas de juventudes, procurando reconhecer os jovens como sujeitos de direitos. Sendo assim, na atual conjuntura coloca-se um grande desafio: como organizar políticas que respeitem as diferentes identidades a partir de uma visão crítica da realidade.

Pastorini (1997), refletindo acerca das políticas sociais, aponta duas perspectivas para sua compreensão: a perspectiva tradicional e a perspectiva marxista. Na perspectiva tradicional, as políticas sociais são entendidas como *um conjunto de ações, por parte do aparelho estatal, que tendem a diminuir as desigualdades sociais e se propõem à correção dos efeitos negativos, produzidos pela acumulação capitalista* (PASTORINI, 1997, p. 81). Assim, as políticas sociais

---

<sup>30</sup> Globalização e neoliberalismo são fenômenos que se interconectam e são interdependentes.

são entendidas como concessões, por parte do Estado, com o objetivo de melhorar e compensar aqueles que foram prejudicados pelo mercado.

Segundo Pastorini (1997), esta perspectiva não considera as políticas sociais resultante do produto concreto do desenvolvimento capitalista, de suas contradições, da acumulação crescente do capital e, portanto, um produto histórico, não fruto de um desenvolvimento natural.

A perspectiva marxista parte do pressuposto contrário: as políticas sociais não são concessões do Estado. Entende-as como “concessões e conquistas” (Pastorini, 1997). A perspectiva marxista critica a concepção tradicional, ao afirmar que não existe no processo de construção das políticas sociais uma relação bipolar, mas sim, uma relação múltipla, envolvendo, ao menos três sujeitos: as classes hegemônicas, o Estado intermediador e as classes trabalhadoras. Ainda nesta perspectiva, as políticas sociais são vistas como um instrumento de redistribuição atreladas às funções políticas e econômicas.

Desta forma entende-se que as políticas sociais precisam ser criadas em resposta às demandas dos diferentes grupos sociais, considerando as necessidades históricas da população, mas sem perder de vista a idéia central: são produto concreto do desenvolvimento capitalista.

Sposito (2003) analisando os 33<sup>31</sup> programas lançados entre 1994-2002 focando a juventude, evidenciou que 60% dessas ações foram implantadas em anos posteriores o que explica a recente trajetória na formulação de políticas para a juventude. A autora referindo-se ao balanço geral desses programas conclui: não existiram canais democráticos que assegurassem aos jovens um espaço de debate e participação no processo de formulação, acompanhamento e avaliação dessas ações.

A autora destaca o Programa Primeiro Emprego – 2003 constituiu a iniciativa de maior visibilidade para os segmentos juvenis. O programa visava incentivo às empresas para a contratação de jovens; incentivo às ações de

---

<sup>31</sup> Os programas estritamente governamentais estavam distribuídos entre os diversos ministérios – educação, esporte e turismo, justiça, desenvolvimento agrário, saúde, trabalho e emprego, previdência e assistência, ciência e tecnologia – e gabinetes – segurança institucional da Presidência da República dentre outros.

responsabilidade social das empresas; investimento na geração de ocupação de jovens por meio de incentivo ao empreendedorismo ao auto-emprego e à economia solidária.

Os programas, no período descrito, eram realizados por diversos ministérios e não havia uma articulação entre os ministérios para tratar das ações e dos projetos relacionados à juventude.

Castro (2004), de forma mais otimista, entende como positivo registrar diversas iniciativas, que vêm tomando fôlego, em particular desde o início de 2004, como a formação de um Grupo Interministerial de Juventude, no âmbito da Câmara de Políticas Sociais, para elaboração de uma Política Nacional de Juventude; no nível de diferentes ministérios, a constituição de pastas específicas sobre juventudes; as consultas ampliadas e análises, ocorridas no âmbito do Projeto Juventude do Instituto de Cidadania; e encontros regionais com a sociedade civil e especialistas com a finalidade de organizar uma Comissão Especial Parlamentar de Deputados destinada a Acompanhar e estudar Propostas de Políticas Públicas para a Juventude; como também por parte da UNESCO, a elaboração de documentos para subsidiar tais políticas, assim como as pesquisas sobre tal geração.

Neste contexto é importante destacar as ações e iniciativas dos movimentos sociais, das ONGs e as associações da sociedade civil organizada, pois estas, inclusive, anteciparam-se aos governantes na oferta de programas para a juventude.

Neste contexto, cria-se a *Política Nacional de Juventude* (2006), que se apresenta como um esforço criativo rumo ao reconhecimento dos direitos das juventudes. A política trabalha a partir da idéia de juventudes como “*reconhecimento da existência de diversas juventudes no país, compondo um complexo mosaico de experiências que precisam ser valorizadas no sentido de se promover os direitos dos/das jovens*”.

Na política, as pessoas jovens são vistas como sujeito de direito. A função da política é garantir condições para que as diferentes juventudes possam existir e

se desenvolver integralmente, sem serem subjugados ou discriminados. A política contempla as demandas de todos os jovens: brancos, indígenas, homossexuais e dos negros.

Referindo-se ao público deste estudo a política expõe dados importantes, como se apresenta a seguir:

Primeiro, no Brasil, 53,5% dos/das jovens se classificam como pardos ou morenos; como negros, 11,4% se auto-declararam como tal. No entanto, se a perspectiva do movimento negro for seguida, e considerarmos como pertencentes da raça negra, os/as que se declaram pardos e/ou morenos, tem-se que os/ as jovens negros/negras perfazem 67,9% da população jovem brasileira.

Segundo, ao tratar da educação entre os jovens de 15 e 19 anos, enquanto 36% dos não-brancos estavam fora da escola, a proporção correspondente para brancos era de menos de 32%. Já no grupo de 20 a 24 anos, enquanto 77% dos/das negros/as estavam fora da escola, a proporção correspondente para brancos/ as era de menos de 73%.

Terceiro, as estatísticas apontam maior vulnerabilidade da população jovem negra em relação ao mercado de trabalho. Entre os/as jovens de 15 a 17 anos, 8,2% só trabalham. Este número sobe para 9,3% entre os negros/as, e desce para 7,2% entre os brancos/as. Na faixa etária entre 20 e 24 anos, o número de negros/as que declaram apenas trabalhar é superior ao número de brancos.

Todos esses dados apresentados pela política dão conta de evidenciar que os/as jovens negros/negras estão submetidos a condições de vulnerabilidade deixando-os mais suscetíveis a um conjunto de problemas sociais tornando suas vidas mais inseguras, mais precárias e mais injustas.

De acordo com Ribeiro (2004), nos anos 80 e 90, sindicatos e partidos influenciados pelo Movimento Negro, buscaram melhorar as condições de vida da população negra, sobretudo no mundo do trabalho e na política. Neste sentido, foi organizada, em 1995, a “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, composta por cerca de 30 mil manifestantes presentes em

Brasília. Nesta ocasião foi entregue ao Presidente da República o Programa para Superação do Racismo, transformado no final dos anos 90 em ações do governo.

A autora acrescenta que a Conferência de Durban refletiu positivamente na política na construção da política nacional. A partir dela o governo brasileiro, desencadeou uma série de iniciativas e estratégias compreendidas como ações afirmativas, sugerida pelos Ministérios da Cultura, da Justiça, da Educação, do Trabalho e do Desenvolvimento Agrário, impulsionando o Programa Nacional de Ações Afirmativas.

Neste contexto, coloca-se a *Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial* (2004), contemplando a população negra, cigana, indígena e outros grupos considerados minorias. A política não está voltada exclusivamente para a juventude, mas suas ações consideram esse segmento. Segundo a política, a população brasileira soma, aproximadamente, 170 milhões de pessoas, das quais cerca de 80 milhões são negras, somando o total de 46,2% do contingente populacional.

Outro mecanismo legal, importante em relação à juventude negra é o *Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial* (2009), da qual se pode destacar o eixo XII, cujos objetivos são:

- I - ampliar as ações de qualificação profissional e desenvolvimento humano voltadas aos jovens negros, especialmente nas áreas de grande aglomeração urbana;
- II - promover ações de combate à violência contra a população negra, indígena e cigana jovens;
- III - promover políticas públicas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação que tenham como público alvo a juventude negra, indígena e cigano;
- IV - assegurar a participação da juventude negra, indígena e cigana nos espaços institucionais e de participação social;
- V - reduzir os índices de mortalidade de jovens negros, indígenas e ciganos;

VI - promover ações de reforço à cidadania e identidade do jovem, com ênfase na população negra; e

VII - apoiar ações afirmativas que objetivem ampliar o acesso e permanência do jovem negro, indígena e cigano na escola, notadamente na universidade.

As ações do plano são administradas pela *Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial* e pelo *Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial*.

No Brasil, tem-se um aparato legal expressivo – essas leis são resultado de acordos internacionais<sup>32</sup>- e que são extremamente necessários. No entanto, a implementação dessas legislações não se realiza sem confrontos políticos e ideológicos. É importante que se tenham os mecanismos legais possíveis de solucionar as questões relacionadas à população negra, até porque na sua maioria são conquistas dos movimentos e ativistas negros.

Desta forma, entende-se o caráter potencializador e redistribuidor pelo Estado em sua relação com o capital das políticas públicas.

Isto significa que as políticas sociais não podem ser vistas como meros instrumentos de prestação de serviço, mas, pelo contrário, que é necessário analisar a sua contraparte política como mecanismo de legitimação da ordem; e, econômica, que se refere principalmente ao barateamento da força de trabalho por meio da socialização dos custos de sua reprodução (PASTORINI, 1997, p. 86).

As políticas sociais precisam ser entendidas nos âmbitos político, social e econômico. Precisam ser entendidas não apenas como concessão do Estado, mas como um esforço dos diversos grupos sociais, movimentos sociais. Para Pastorini (1997) essa compreensão requer que se recupere a dimensão da política como o espaço da participação, do debate amplo e aberto dos interesses, mas também da articulação e da construção de projetos coletivos para além dos interesses individuais, setoriais e corporativos.

---

<sup>32</sup> Como os acordados na CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA em Durban nos dias 31 de agosto a 8 de setembro de 2001 .

Para que isto ocorra Sposati e Lobo (1992) argumentam sobre a necessidade do controle social, pois este possibilita romper com o caráter privatista, de favorecimento a alguns. É um exercício de trazer as questões e as decisões para mais interlocutores, para cenas explícitas de negociação. Assim, o controle social, mais do que fiscalização, pode constituir espaço de "câmaras de negociação" orientado para constituir uma pressão pela mudança/alteração da situação em questão.

Neste sentido, as políticas públicas voltadas para a juventude, passaram a contemplar a juventude negra, pois esta, através de movimentos específicos e dos movimentos negros em geral vocalizou suas demandas fazendo com que estas passassem a fazer parte da agenda do Estado. Nessa interlocução entre sociedade, Estado e capital as demandas ganharam uma perspectiva política, na medida em que ampliaram as oportunidades e a melhora das condições de vida da população jovem negra.

Desta forma, mesmo entendendo o papel contraditório das políticas públicas, não se pode negar que na atual conjuntura elas são necessárias para a organização da vida em sociedade.

# CAPÍTULO V

*“O destino das novas criações históricas é o de serem consideradas como se nada mais fossem que uma contrapartida das formas antigas e mesmo defuntas da vida social, as quais se assemelham”. (Karl Marx in The Paris commune, Moscou, Progress Publishers, 1970. P. 58)*

## Aproximações teóricas e metodológicas ao objeto

O referencial teórico-metodológico, a visão de mundo, a escolha científica e ideológica de um método, de um caminho do pensamento que alicerça as análises são escolhas pessoais (Siqueira, 2006). Orientada por esta compreensão, a presente investigação busca conhecer, apreender e decifrar a realidade vivida pela juventude negra.

Segundo Bourguignon (2006), o interesse do/a pesquisador/a em determinadas questões, a escolha de uma perspectiva teórica em que se coloca para formulá-los, a escolha dos instrumentos de coleta e análise do material não são nunca aleatórios. Todo/a estudioso/a está sempre engajado nas questões que lhe atraíram a atenção, está envolvido, de forma profunda e muitas vezes inconsciente, naquilo que executa.

Para Guerra (2003), teorias sociais são reflexões sistemáticas, que tendem a elaborar uma explicação macroscópica sobre a realidade, e neste sentido há diferentes teorias e diferentes métodos; os quais se aproximam, a mais ou a menos, da realidade social. A realidade social, por sua vez, apresenta múltiplas e complexas determinações, limitando as possibilidades da razão de compreendê-la na sua totalidade. Além do mais o conhecimento só se realiza a *posteriori* dos fatos.

Este estudo, portanto, construiu um esforço de se aproximar da realidade da juventude negra, na tentativa de decifrar e se apropriar das problemáticas atuais relacionadas à vivência dos jovens negros, construindo um conhecimento que vá além do juízo imediato. Ressaltando, a compreensão da atualidade está intimamente ligada com os acontecimentos do passado. Para este fim, se adotou a abordagem qualitativa:

Nas ciências sociais, tem como objetivo explicar questões mais complexas da realidade, relacionadas a universos de significados, que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 22).

Esta pesquisa também levantou dados quantitativos que permitirão elaborar e aprofundar melhor a análise. Segundo Baptista (1994), a abordagem quantitativa, quando não exclusiva, serve de fundamento ao conhecimento produzido. Considerando ainda, este estudo focou os interesses mais voltados ao processo do que simplesmente aos resultados, foi utilizada como instrumento e técnica de coleta de dados a técnica de *grupo focal*.

A técnica grupo focal é compreendida por Barbosa (1999) como um grupo de discussão informal, de tamanho reduzido onde se pretende observar o processo através do qual os participantes, especialmente selecionados, respondem às questões da pesquisa para, posteriormente, possam os dados ser teoricamente interpretados.

Para Bauer e Gaskell (2002), o grupo focal tem como objetivo estimular os participantes a falar e reagir àquilo que outras pessoas dizem. Ainda para os autores, no grupo focal o/a entrevistador/a, muitas vezes chamado de moderador/a, é o catalisador da interação social (comunicação) entre os participantes.

Já para Gatti (2005), essa técnica no âmbito das pesquisas qualitativas vem sendo cada vez mais utilizada. Acredita-se ser o ponto alto dessa forma de coleta de dados o interesse não se limitar somente no que as pessoas pensam e expressam, mas também em como elas pensam e porque pensam. O trabalho com grupos focais permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, permitindo a compreensão de idéias partilhadas por pessoas, que tenham algum traço comum.

O trabalho com grupo focal pode trazer bons esclarecimentos em relação a situações complexas, polêmicas, contraditórias, ou a questões difíceis de serem abordadas em função do autoritarismo, preconceitos, rejeição ou de sentimento de angústia ou medo de retaliação; ajuda a ir além das respostas simplistas e simplificadas, além das racionalizações tipificantes e dos esquemas explicativos superficiais (GATTI, 2005, p.14).

Essa técnica, originalmente aplicada pela área da saúde, hoje é amplamente utilizada em vários outros campos dentre eles, o Serviço Social. No

grupo focal o/a pesquisador/a, de acordo com Gatti (2002), tem que conhecer teoricamente as questões sobre as quais irá se debruçar. Essa teorização permite que o/a pesquisador/a elabore questões relevantes e contextualizadas, orientando assim a construção de um roteiro preliminar.

A escolha do grupo e a quantidade de pessoas também é uma decisão muito importante, uma vez que esta definirá a participação das pessoas no processo de construção dos temas abordados. A quantidade deverá ser de 6 a 12 pessoas.

Alguns autores recomendam por tempo de duração o intervalo de 1 hora e meia e não mais que três horas. Sendo que, em geral, com uma ou duas sessões se obtêm as informações necessárias.

A escolha por essa técnica foi orientada pela aderência do grupo focal aos objetivos dessa pesquisa, pela relevância dos dados que com essa estratégia de pesquisa pretende-se obter, bem como, pelo seu caráter inovador. Essa técnica é potencialmente capaz de fomentar reflexões sobre a realidade vivenciada pelos sujeitos envolvidos na pesquisa, permitindo, ainda, ouvir os sujeitos promovendo uma maior profundidade nas informações coletadas.

No tocante à etapa de análise dos dados, os procedimentos são os mesmo de qualquer pesquisa qualitativa nas ciências sociais, ou seja, retomar os objetivos anteriormente proposto, organizar o material coletado e analisá-los de acordo com a perspectiva teórica adotada.

Este estudo realiza o esforço de analisar os dados orientados por uma perspectiva crítica. E neste sentido concorda-se com Lefebvre (1991), para quem o *conhecimento humano é prático* – ele nasce da experiência, pois é ela quem coloca o sujeito em contato com as realidades objetivas. O *conhecimento humano é social* – não se constrói nada no isolamento, se está sempre em relação com o outro. O *conhecimento humano tem caráter histórico* - não se pode negar que o conhecimento é construído no desenvolvimento da história. Ele é uma conquista. Um esforço para sair do estado de não conhecimento para a aquisição do conhecimento.

Esse processo acontece no movimento que a razão faz para apreender o real em contínua relação com o que foi observado empiricamente. Essa relação permite ultrapassar o plano da imediatez, ou seja, o aparente, reconstruindo o próprio movimento do objeto. Orientados por essa compreensão Pontes (1997) aponta que a forma mais fecunda no pensamento dialético se expressa na tríade singular – universal - particular.

Os fatos são dados na sua singularidade, desta forma se faz necessário remetê-los a determinações universais (estabelecer sua relação com a sociedade capitalista e como esta está organizada), contudo para realizar isto se precisa entender suas particularidades.

Para o autor, a particularidade é o espaço reflexivo ontológico, é o espaço da síntese, de determinações é o espaço da negação da aparência é aonde vai se processar o nível do concreto pensado.

Para Lukacs (1970), a particularidade funda um campo de mediações, a partir do qual se pode apreender o movimento dialético do universal ao singular e do singular ao universal. Esse movimento é sempre mediatizado pelo particular, membro intermediário real, tanto na realidade objetiva quanto no pensamento que a reflete de um modo aproximadamente adequado.

Desta forma, entendidas as diversas formas de violência sofridas pela juventude negra; elas estão posta na realidade na sua *singularidade*, na sua forma aparente. Quando se decide debruçar sobre esta questão e entendê-la para além das aparências, está se debruçando sobre a *particularidade* deste fenômeno. No entanto, para apreender esta realidade e o que a determina é preciso inseri-la no contexto socioeconômico, político e cultural contemporâneo, buscando apreender suas determinações mais gerais e sua repercussão na vivência da juventude, ou seja, relacioná-lo com a *universalidade*.

Sendo assim, o foco é sobre a particularidade, contudo o movimento de olhá-lo na sua aparência, negando a aparência, e relacionando-o com as questões mais gerais determinam sua compreensão na totalidade.

Nessa direção, entende-se que as várias expressões da violência estão presentes na realidade da juventude, fazendo parte do seu cotidiano – na sua forma aparente. Ao se aproximar da realidade dos jovens através da pesquisa para esse momento utilizou-se a técnica de grupo focal- na tentativa de compreendê-la defrontou-se com as particularidades dessa realidade. No entanto, para entendê-la com propriedade foi imperativo relacioná-la com o modo como a sociedade está organizada dentro da ordem capitalista. Assim, reafirma-se o que foi dito anteriormente: as relações sociais de raça e classe se envolvem e se determinam.

Direcionado por esta compreensão, este trabalho concorda com Bourguignon (2005) quando diz que o olhar sobre o sujeito implica em não ignorar o contexto sócio- histórico, no qual, este, se insere e onde se dão, neste caso, as relações entre as pessoas jovens negras e o contexto de violência historicamente determinado.

Assim, a partir dos dados coletados será realizada uma leitura que considere os elementos acima apontados, articulando as determinações passadas que se expressam no presente e determinam tanto as relações sociais de desigualdade, quanto, *“às possibilidades de transformação que possam ser engendradas por um sujeito que é político e coletivo” (BOURGUIGNON, 2005 p.49).*

## Apresentando os grupos pesquisados

A Política Nacional de Juventude (2006) considera jovem no Brasil o cidadão ou cidadã com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), entre os 15 e os 24 anos. Segundo a Política Nacional de Juventude, há um padrão internacional utilizado no Brasil. Nesse caso, podem ser considerados jovens os/as adolescentes-jovens (cidadãos e cidadãs com idade entre os 15 e 17 anos), os/as jovens-jovens. (com idade entre os 18 e 24 anos) e os/as jovens adultos (cidadãos e cidadãs que se encontram na faixa-etária dos 25 aos 29 anos).

Procurando um caminho aglutinador desses dois parâmetros, a pesquisa elegeu jovens de 14 a 27 anos. A antecipação de um ano na idade apontada na política e na definição da OMS se deu por duas razões. Primeiro, porque nos grupos focais os rapazes e as moças nesta faixa se consideravam jovens, sendo assim, em respeito à auto-identificação dos participantes foram mantidas as idades de 14 a 27 anos. E também porque, segundo os dados da UNICEF – o grupo que mais morre no Brasil está entre a faixa de 14 a 25 anos.

Para este estudo foram organizados cinco grupos focais: dois com jovens de ambos os sexos<sup>33</sup> recolhidos no CENIP – Centro de Internação Provisória ligada à FUNASE – Fundação de Atendimento Sócio Educativo<sup>34</sup>; o terceiro grupo focal

---

<sup>33</sup> A escolha por jovens de ambos os sexos se deu pela compreensão que os fenômenos são compreendidos e sentidos de forma diferente por homens e mulheres.

<sup>34</sup> A Fundação de Atendimento Socioeducativo - FUNASE, instituída pela Lei Nº. 132, de 11/12/2008, com alterações posteriores e assim redenominada por força do artigo 17 da Lei Complementar nº. 03, de 22 de agosto de 1990, e com as modificações introduzidas pela Lei Nº. 11.629, de 28 de janeiro de 1999. Vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, é pessoa jurídica de Direito Público, com natureza de fundação, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira. Tem sede e foro no Município e Comarca do Recife, capital do Estado de Pernambuco. Direcionada especificamente ao adolescente em conflito com a lei, encaminhado judicialmente para cumprimento de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade, bem como a Internação Provisória e o Atendimento Inicial, previstas no Art.90-ECA. A FUNASE, como única Entidade de Atendimento do Estado, tem por objetivo estruturar e operacionalizar um conjunto de ações direcionadas à garantia dos direitos fundamentais, priorizando a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, com focalização numa **Educação para Valores** e na sensibilização e mobilização da sociedade para com o adolescente sob Medidas Socioeducativas.

realizou-se com jovens de ambos os sexos vinculados a um grupo religioso<sup>35</sup>, o quarto grupo com jovens de ambos os sexos vinculados ao Movimento Cores do Amanhã- formado por um grupo de artistas vinculados a arte-educação, buscando levar a cultura de paz para jovens e adolescentes através das artes em especial o graffiti e todos os elementos que envolvem o Hip Hop e o quinto grupo com jovens provenientes das comunidades do Curado 5, Bola de Ouro e Rua 14. Essas três comunidades estão no município de Jaboatão dos Guararapes e podem ser consideradas como organizadas em áreas segregadas (favelas).

Esta pesquisa analisará os dados de apenas três grupos: das pessoas jovens vinculadas a um grupo religioso, das pessoas jovens vinculadas ao Movimento Cores do Amanhã e das pessoas jovens moradores de áreas segregadas/favelas. Isto se dará porque as pessoas jovens do CENIP – em sua maioria, eram de outras cidades do estado fora da Região Metropolitana do Recife e da Mata Sul. No entanto, como a ida ao CENIP fez parte da pesquisa serão mantidas as informações preliminares de acesso ao grupo, considerando a dinamicidade no processo de pesquisa.

O acesso aos/as jovens do grupo religioso, do Movimento Cores do Amanhã e do CENIP, foi possível através dos coordenadores dos grupos e dos técnicos responsáveis por estes grupos. Em relação aos/as jovens moradores das áreas segregadas, os contatos deram-se através da diretora da Escola Professor Costa Pinto. O público desta escola é, na sua grande maioria, proveniente de comunidades pobres.

A participação dos/das jovens na pesquisa se deu de forma voluntária. A liberdade de adesão foi um ponto tratado com bastante clareza, pois se fez necessário estabelecer uma relação de confiança entre os jovens e a pesquisadora. Todos/as estavam cientes de sua participação na pesquisa e que suas informações seriam utilizadas de modo sigiloso. O critério de escolha dos grupos considerou a diversidade dos espaços onde se inseria a juventude, por

---

<sup>35</sup> As pessoas jovens do grupo religioso não foram ouvidas a partir de uma denominação ou igreja, considerou-se que eram pessoas que tinham uma vinculação com a religião, com uma compreensão de mundo alicerçada na fé.

entender a relação entre as fala dos/das jovens e a vivência nesses diferentes espaços.

Foram ouvidos dois grupos do CENIP, compostos por jovens internos na entidade por haverem cometido infração. Eram moças e rapazes abrigados em casas separadas, na condição de aprisionados, durante um período de 45 dias, enquanto aguardavam o parecer da justiça frente a sua infração. Ouvir esses jovens teve uma grande importância por esses serem reconhecidos, na maioria das vezes, como elementos promotores de violência.

As temáticas discutidas foram escolhidas previamente considerando a aproximação das mesmas com o cotidiano dos sujeitos entrevistados. Eram conhecidas por eles por estarem presentes nos diálogos, na TV, nos jornais. Enfim questões às quais os jovens tinham acesso e conhecimento. As temáticas foram racismo, violência, favela, lazer, trabalho, pobreza, injustiça, autoridade e esporte.

Os/as jovens posicionaram-se acerca de cada tema, os quais foram apresentados em faixas expostas sobre a mesa/chão de forma aleatória. A partir daí os/as jovens podiam escolher os temas sobre os quais gostariam de expor suas idéias e experiências, e também podiam fazer intervenções acerca dos temas escolhidos pelos/as outros/as participantes do grupo.

Participaram dos grupos focais quarenta e sete (47) jovens, sendo 21 mulheres e 26 homens organizados da seguinte maneira: Tabelas I, II, III, IV, V.

Os/as jovens seriam identificados/as a partir de adjetivos escolhidos por eles/as mesmos/as. Foi o caminho encontrado para manter a identidade deles/as no sigilo.

**Quadro 01:** Grupo CENIP- PE/ masculino

<b>Adjetivo</b>	<b>Idade</b>
<b>Corajoso</b>	<b>17</b>
<b>Estudante</b>	<b>16</b>
<b>Estudante</b>	<b>16</b>
<b>Inteligente</b>	<b>16</b>
<b>Valente</b>	<b>16</b>
<b>Feliz</b>	<b>15</b>
<b>Manhoso</b>	<b>19</b>
<b>Alegre</b>	<b>17</b>
<b>Corajoso</b>	<b>20</b>
<b>Inteligente</b>	<b>14</b>

**Fonte:** arquivo pessoal/ pesquisa realizada em fevereiro de 2010

**Quadro 02:** Grupo CENIP- PE/ feminino

<b>Adjetivo</b>	<b>Idade</b>
<b>Adorável</b>	<b>14</b>
<b>Alegre</b>	<b>14</b>
<b>Bonita</b>	<b>14</b>
<b>Campeã</b>	<b>17</b>
<b>Comunicativa</b>	<b>17</b>
<b>Esperançosa</b>	<b>14</b>
<b>Feliz</b>	<b>14</b>
<b>Inteligente</b>	<b>20</b>
<b>Sortuda</b>	<b>14</b>
<b>Vencedora</b>	<b>16</b>

**Fonte:** arquivo pessoal/ pesquisa realizada em fevereiro de 2010.

**Quadro 03:** Grupo religioso/misto

<b>Adjetivo</b>	<b>Idade</b>
Bela	14
Feroz	14
Fé	15
Corajoso	14
Criativa	17
Sincero	22
Sincera	15
Amigo	14
Amoroso	14

**Fonte:** arquivo pessoal/ pesquisa realizada em fevereiro de 2010.

**Quadro 04:** Grupo Movimento Cores do Amanhã (misto)

<b>Adjetivo</b>	<b>Idade</b>
Calma	14
Calado	14
Atento	17
Perigosa	14
Determinada	15
Elegante	17
Feliz	14
Discreta	15
Poderosa	16

Fonte: arquivo pessoal/ pesquisa realizada em fevereiro de 2010.

**Quadro 05-** jovens moradores de áreas segregadas

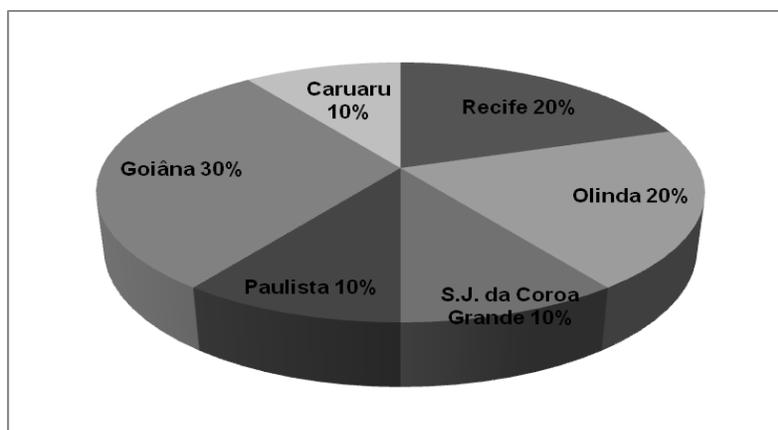
<b>Adjetivo</b>	<b>Idade</b>
Inteligente	17
Criativa	17
Persistente	17
Sonhador	14
Alegre	14

<b>Paciente</b>	<b>22</b>
<b>Disposta</b>	<b>20</b>
<b>Pensador</b>	<b>15</b>
<b>Corajoso</b>	<b>17</b>

**Fonte:** arquivo pessoal/ pesquisa realizada em fevereiro de 2010.

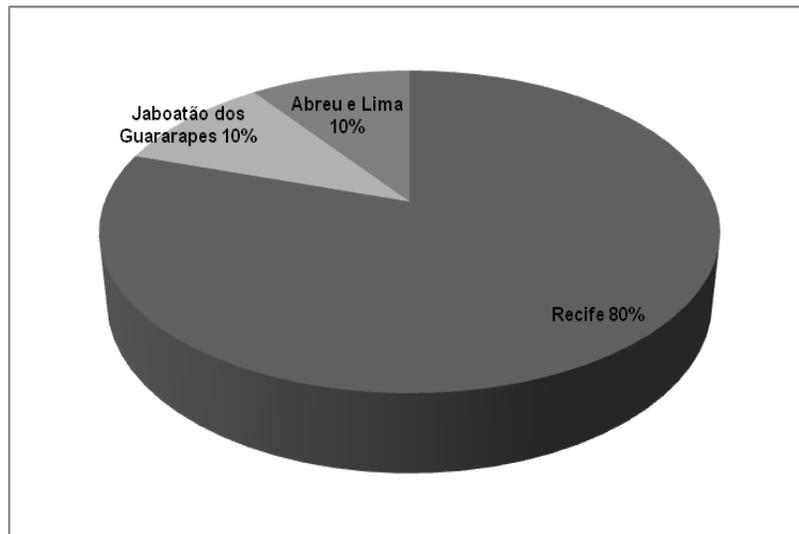
Estes jovens eram de diversas localidades do Estado de Pernambuco, como se pode verificar nos gráficos abaixo:

**GRÁFICO 01:** Grupo masculino do CENIP/PE



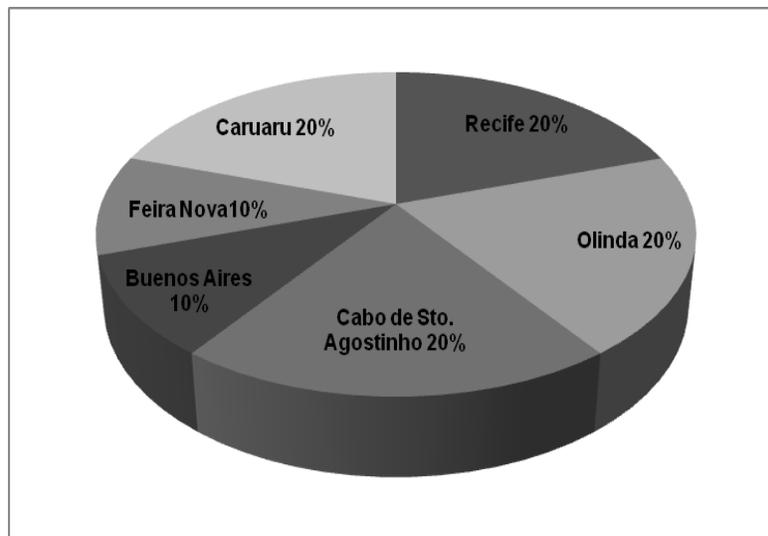
**Fonte:** arquivo pessoal/ fevereiro de 2010

**GRÁFICO 02:** Grupo Movimento Cultural Cores do Amanhã (misto)



Fonte: arquivo pessoal/ fevereiro de 2010

**GRÁFICO 03:** CENIP/feminino



Fonte: arquivo pessoal/ fevereiro de 2010

É válido salientar que os dois grupos do CENIP, mesmo sendo de cidades diversas, no momento da pesquisa estavam todos em Recife, por um determinado tempo. A importância de situá-los, inicialmente, nas suas respectivas cidades foi

com o objetivo de mostrar: as expressões da violência não se situam apenas nas grandes metrópoles, na contemporaneidade esta ultrapassa os limites das grandes cidades se expandindo numa grande velocidade para cidades do interior. Estas cidades apresentam o fenômeno da violência semelhante ao ocorrido em Vitória de Santo Antão, na Mata Sul de Pernambuco, outro *locus* da pesquisa.

O grupo Religioso (misto) era composto de pessoas da mesma localidade que residiam na cidade de Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata Sul de Pernambuco. E os jovens moradores de áreas segregadas, mesmo sendo de bairros diferentes (Curado IV- Rua 14, Curado V, Bola de Ouro) são moradores do município de Jaboatão, na Região Metropolitana do Recife.

Os sujeitos da pesquisa são moradores de bairros periféricos da cidade do Recife (bairro do Totó<sup>36</sup>), de Jaboatão dos Guararapes<sup>37</sup> (Curado IV- Rua 14, Curado V, Bola de Ouro) e da cidade de Vitória de Santo Antão<sup>38</sup> (bairro de Lídia Queiroz).

Cada grupo focal foi organizado em um encontro cuja duração teve entre 2 horas e meia, seguindo a recomendação sugerida para o trabalho com grupo focal (um a dois encontros, com cerca de 2 a 3 horas). Os encontros foram agendados previamente. O número de participantes também obedeceu ao que é recomendado para realização do grupo focal, ou seja, que tivesse entre 6 a 12 pessoas por grupo.

O local para realização dos encontros foi nos espaços dos próprios grupos. As atividades realizadas precisavam despertar o interesse dos participantes para

---

<sup>36</sup> Totó tem uma população de 2.420 pessoas, é o menor bairro do Recife. Localizado na região sudoeste, entre os bairros do Sancho, Coqueiral e Curado, o Totó é considerado pelos moradores como um lugar de clima ameno, pela proximidade com a mata do Curado.

<sup>37</sup> Jaboatão tem uma população estimada pelo IBGE em 2008 678.346 habitantes. O município está dividido em cinco regiões administrativas, desde o início de 2009: Jaboatão - popularmente conhecido como Jaboatão Velho, ou Jaboatão Centro. Cavaleiro - importante zona comercial da cidade. Curado - Bairros em que predomina a existência de Conjuntos Residenciais. Muribeca - distrito onde foi fundada a cidade concentra conjuntos residenciais, "Quilombos Urbanos" e um Aterro de Resíduos Sólidos. Prazeres - chamado de centro, pois além de compreender o bairro mais conhecido, que dá nome à região, compreende também o maior bairro da cidade (Cajueiro Seco) e é o principal centro comercial.

<sup>38</sup> Vitória de Santo Antão tem uma população de População: 130.540 habitantes. Sendo 99.344 na área urbana e 21.925 no rural..

opinarem livremente acerca do tema investigado até o final da atividade. Isto ocorreu naturalmente. Sendo assim foi organizado o seguinte roteiro:

*A técnica* - se dividiu em três momentos:

Primeiro - o momento de acolhida e socialização, no qual, foi demandado aos participantes identificarem-se não pelo seu nome próprio, mas por um adjetivo que os qualificassem positivamente. Este momento visava animar o grupo para participar do processo do começo ao fim, bem como estabelecer uma relação de confiança. Na pesquisa, foi usado para identificar as falas dos jovens o adjetivo por eles escolhidos, como uma forma de garantir o sigilo em relação à participação de cada um. Isto foi um acordo firmado com os responsáveis e líderes dos grupos.

Segundo - foram espalhadas na mesa/chão tarjas com dez palavras: injustiça, trabalho, violência, pobreza, racismo, esporte, lazer, favela, autoridade e poder. A seleção das palavras se deu por se acreditar que estão relacionadas e interconectadas. Nem todas serão analisadas, mas algumas servirão de apoio na construção da reflexão. Este momento teve como objetivo colher as falas dos jovens acerca das principais questões que norteiam esse estudo.

Terceiro - foi pedido às pessoas jovens participantes para desenharem ou escreverem os seus sonhos de transformação e mudança da sua realidade, no intuito de levantar suas expectativas em relação ao futuro.

Todo o processo foi, minuciosamente, anotado<sup>39</sup> por uma segunda pessoa. Além das anotações, ela pôde observar a aplicação da técnica contribuindo com o aperfeiçoamento na sua aplicabilidade. Desta forma, foi levantado o material empírico para análise deste estudo.

---

<sup>39</sup> Por Emmanuele Ribeiro Mendonça – pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas.

## Dialogando com os sujeitos da pesquisa

A análise dos dados é uma etapa muito importante numa pesquisa. No entanto, torna-se uma tarefa de grande responsabilidade para o/a pesquisador/a, pois precisará garantir fidedignidade aos resultados. Neste estudo, serão analisados os dados levantados durante a pesquisa buscando relacioná-los com os objetivos propostos. A análise permitirá entender a dinâmica desenvolvida a partir dos pressupostos enunciados para esta investigação. Este estudo teve como objetivos: analisar a violência urbana e a sua relação com a dinâmica racial na contemporaneidade; investigar as origens da violência sofrida pela juventude negra; entender o posicionamento e a resistência da juventude negra frente a situações de privação e violências. E como pressupostos:

- 1- O racismo é uma manifestação da violência, sendo assim há na realidade brasileira uma manutenção do racismo que se atualiza de acordo com o momento histórico.
- 2- As relações sociais de classe não são os únicos caminhos para se entender as desigualdades, as relações sociais de raça também produzem e intensificam as desigualdades sociais.

Orientada pelos objetivos e a construção teórica apresentada ao longo da pesquisa, esta análise construirá o esforço de entender o posicionamento dos/das jovens entrevistados.

Neste estudo, a violência urbana é entendida como violência social e estrutural. Para Moraes (1981), a violência urbana comporta os riscos de se viver nas grandes cidades, onde se convive cotidianamente com o medo.

Para Fraga (2002), a violência apresenta-se como uma forma de se afirmar diante das formas da sociabilidade capitalista, que impõe às pessoas jovens formas de violência infinitamente maiores daquelas, as quais, algum deles/as venha a cometer.

Neste sentido as pessoas jovens entrevistadas quando questionadas sobre o significado da violência, estas a relacionavam a manifestações da violência no espaço urbano.

*“violência é a morte com armas de fogo, pistola, brigas, estupro, tortura, matar pra não morrer”.* (fragmentos de falas de jovens dos 3 segmentos analisados)

Esta forma de entender a violência limita o olhar das pessoas jovens à amplitude da violência. Mesmo sendo, negros/as, pobres e moradores/as de áreas empobrecidas elas não se enxergavam como vítimas das diferentes expressões da violência. Como disse Fraga (2002), a violência apresenta-se como um processo profundo de alienação e estranhamento capaz de manipular, padronizar e silenciar os seres humanos.

A partir disto, entende-se que as pessoas jovens ficam de certa forma, alheias à realidade, não sendo possibilitadas reflexões críticas sobre sua realidade. Outra condição grave é que estes sem perceber podem ser usados para reforçar a violência, tornando-se capazes de serem manipulados e silenciados frente as suas mais gritantes necessidades. Para Chauí (1999), isto ocorre devido à não percepção da sociedade brasileira como estruturalmente violenta.

Um aspecto importante evidenciado nas discussões é o olhar das pessoas jovens do grupo religioso:

*“violência é o ato de ferir machucar com palavras e corporalmente”* Criativa. *“Qualquer coisa que machuca o outro é violência”* Bela.

Neste caso, acrescenta-se ao debate às dimensões da subjetividade da violência. A subjetividade não pode ser negada no processo de construção da consciência. Barroco (2008) argumenta, quanto aos muitos leitores do marxismo entenderem historicamente que, por ter uma perspectiva materialista, Marx não havia atribuído um papel ativo à consciência, não abordando a subjetividade humana. No entanto, com base em Lukacs e em Marx a autora defende a não superioridade da categoria materialidade sobre a categoria subjetividade. Pois a

capacidade teleológica do homem vai colocar em movimento a subjetividade – ao projetar idealmente a finalidade e os meios – e a materialidade – no processo de confeccionar os instrumentos visando à produção do produto idealizado.

Nesta direção, a dimensão da subjetividade nos estudos sobre as diversas formas de violência é um dado que não pode deixar de ser considerado, uma vez que estas se manifestam para além do corpo tocando os espíritos.

Para Dejours (1998), os avanços científicos pelos quais tem passado a sociedade do capital/trabalho têm banalizado e ocultado os sofrimentos e a injustiça social. As pessoas excluídas desse processo modernizador acumulam com frequência carências de recursos e de meios. Não são beneficiadas pelos direitos relacionados à sua condição social, intimamente ligada ao sentimento de inutilidade social e de desvalorização de si mesmo. Isso possibilita um sofrimento psíquico intenso e a dificuldade de se inserir em um tecido relacional. Para Gehlen (2010) esses fatores causam desconforto e provocam danos consideráveis à saúde psíquica, emocional e social de homens e mulheres. Isto dito fica claro, que a subjetividade é um elemento essencial na compreensão do objeto deste estudo.

As pessoas jovens do Movimento Cultural Cores do Amanhã acreditam que *“a violência está em toda parte, na escola, na família, no tráfico, na opressão. Hoje é normal. As crianças vivem com medo”* Sonhador.

A questão da presença da violência em todos os espaços aponta para uma violência estrutural e social, pois está presente no sistema econômico, político, social e cultural. Esta é acompanhada pelo medo, que tem impedido as crianças de vivenciarem uma infância saudável e com liberdade.

Segundo Baierl (2004), o medo tem sido utilizado como estratégia de manipulação para subjugar, controlar e dominar as pessoas. Para o autor o medo social é um medo construído socialmente, logo tem sua origem na própria dinâmica da sociedade.

Na fala das pessoas jovens do Movimento Cores do Amanhã diferente dos demais grupos, também aparece o elemento político, quando os jovens apontam a

negligência do Estado frente à realidade de violência, na qual, muitos jovens estão submetidos. Indicam que as ações do Estado modificam minimamente as condições de violência, mas não indica sua superação.

*“o governo não se importa com os pobres e as ações são muito limitadas”*  
Sonhador.

Como salienta Baierl (2004), a reação à violência e ao medo social gerado a partir desta, não pode ser uma atitude individual, mas coletiva. A reação deve ser do Estado que deve garantir os instrumentos que promovam a segurança. Se o Estado não está cumprindo este papel, ele deveria ser transformado e recriado sobre novas bases.

A violência urbana está relacionada a assassinatos, sequestros, roubos e outros tipos de crime contra as pessoas. Expressa-se na brutalidade da vida, da pobreza, nas carências, na marginalização, no desrespeito, na negação, na violação, na coisificação, na humilhação e na discriminação.

A relação entre violência urbana e a dinâmica racial são bem próximas, uma vez que as pessoas jovens negras segundo Silva e Carneiro (2009) são as principais vítimas de homicídios. A razão de homicídios, entre 1999 e 2006, cresceu entre as pessoas negras de 51,9%, para 61,5%. Entre as pessoas brancas o indicador declinou de 35,8 para 33,8.

Para as autoras as injustiças raciais refletem-se na mortalidade da população negra- jovem e são decorrentes de condições históricas. E essas têm moldado a situação das pessoas jovens negras na sociedade brasileira. Os números revelam o que se deseja silenciar: a morte tem cor e ela é negra e tem endereço, pois acomete, majoritariamente, negros, pobres e moradores de periferia e favelas.

Retomando à fala dos sujeitos da pesquisa, eles disseram: *o governo não se importa com os pobres*. Isto evidencia uma omissão por parte do Estado. Este planeja e implementa políticas públicas que não atendem efetivamente às demandas deste segmento social, expondo-o. As políticas voltadas às pessoas jovens foram organizadas num contexto de globalização e sofrem a influência das

medidas neoliberais no sentido de serem focalizadas, fragmentadas e permeadas de valores de solidariedade. A luta histórica dos movimentos sociais negros foi importante no processo de constituição de tais políticas, no entanto, elas guardam no seu interior essa contradição, de ser fruto da conquista da luta dos movimentos e de ser um produto concreto do desenvolvimento capitalista.

Isto posto surge a seguinte reflexão: Qual a origem da violência que vitimiza as pessoas jovens negras? Uma das questões apontadas pelas pessoas jovens como sendo potencializador da violência foi a pobreza.

*“A pobreza leva a cometer atos violentos que não tem nada a ver”*

(Comunicativa).

*“É a pobreza que leva o pobre a roubar e logo vai ser preso”* (Disposta).

Segundo Hazin (1999), pobreza é destituição, marginalidade e desproteção. Destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e renda; desproteção por falta de políticas públicas adequadas que respondam à demanda por direitos básicos de cidadania.

Todos os elementos acima indicados vão ser encontrados no estudo da pobreza, no entanto, concorda-se com Santos (1979) quando evidencia a pobreza não pode ser entendida apenas pela lógica da má distribuição de renda, mas pelo modo como o capital está organizado e se apropria dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida.

É o modo como o capital está organizado que gera a pobreza e esta não gera a violência, mas a potencializa, pois ao não ter suas necessidades supridas às pessoas jovens tendem a cometer delitos.

Diante disto, concorda-se com Elegante quando argumenta: *“Não somos culpados da nossa pobreza, do contrário eles tiram o nosso dinheiro.”*

Em relação à condição de pobreza das pessoas jovens negras, Santos (2002) acrescenta que esta se origina no fato do trabalho das pessoas negras terem sido, desde o início da formação socioeconômica da história do Brasil,

essencial à manutenção do bem estar das classes dominantes dando-lhe um papel central na gestação e perpetuação de uma ética conservadora e desigualitária. Os interesses cristalizados produziram convicções escravocratas arraigadas e mantêm estereótipos que ultrapassam os limites do simbólico e têm incidência sobre os demais aspectos das relações sociais.

Ao dialogar acerca do racismo, alguns dos jovens, mesmo sendo da cor negra não se auto identificaram como negras. Esta atitude pode ser justificada com base no mito da democracia racial, que permeia a realidade brasileira e tem a capacidade de diluir a identidade étnica racial da população negra. De acordo com Lima e Cunha Júnior (2002), juntamente com o mito, surge um discurso de igualdade de condições e tratamento que, quando é relacionado com o lugar dos negros desenhado pelos indicadores sociais, demonstra a existência de um dissenso ocasionado entre o discurso estabelecido e a vivência destes.

Carneiro (2001), afirma o mito traz consigo o silêncio acerca do racismo e além de fragmentar a identidade racial negra tem como função ainda escamotear a importância populacional das pessoas negras enfraquecendo-as politicamente impedindo sua unidade.

Os Jovens se posicionaram sobre o racismo a partir das seguintes colocações:

*“O negro é discriminado.” “O racismo contra o negro ultrapassa a idéia se ele for rico ou pobre.” “Tratar uma pessoa diferente por conta da cor da pele.” “É olhar e fazer diferença em relação à cor”* (fragmentos das falas dos jovens dos diversos segmentos entrevistados).

A maioria das expressões identificava o racismo como um traço, relacionado à cor da pele. A fala dos jovens está permeada da postura que é peculiar ao Brasil: discriminar tendo como base a cor da pele.

A fala dos jovens do Movimento Cultural Cores do Amanhã traz três elementos que merecem ser considerados. Eles dizem:

Primeiro - *“O racismo está relacionado à escravidão. Antes o branco tinha dinheiro e hoje continua tendo, mas pro negro sobra má educação...”* (Sonhador).

Segundo - *“O negro é perseguido pela polícia”* (Inteligente).

Terceiro - *“A mídia influencia o racismo e a violência.”* (Feliz).

Diante destes posicionamentos algumas questões merecem ser elucidadas:

A primeira diz respeito aos elementos apontados e analisados neste estudo, afirmando: o racismo é estrutural. Surge com a escravidão e mantém-se até os dias atuais, tendo como um de seus mantenedores os órgãos do Estado como é o caso da polícia, que muitas vezes, suas práticas se assemelham com as ações desenvolvidas pelo “capitão do mato.”<sup>40</sup> O tempo passou, e ainda, em pleno século 21 a polícia se utiliza de métodos semelhantes aos utilizados pelo capitão do mato.

O caso da violência policial é tão séria que, em 2006, na realização da Conferência Nacional da Juventude, foi incluída, dentre as propostas, o combate à violência policial contra as pessoas negras. No Fórum Social Mundial, em 2009, foi lançada uma campanha contra o extermínio da juventude negra, resultando de uma ação articulada do Fórum Nacional da Juventude Negra (SILVA E CARNEIRO, 2009).

A polícia caracteriza-se como um instrumento do poder constituído a serviço das classes dominantes, para a defesa do Estado muito mais do que do/a cidadão/ã, uma forma de conter os conflitos sociais dentro dos limites estabelecidos pelos interesses das elites do que garantir efetivo cumprimento da lei (op.cit.).

Outro ponto destacado pelas pessoas jovens entrevistadas se refere à mídia. Segundo Lopes: *“a televisão está implicada na reprodução de*

---

<sup>40</sup> Na sociedade escravocrata do Brasil, a tarefa principal do capitão do mato era disciplinar e capturar os escravos fugitivos.

*representações que perpetuam diversas matizes de desigualdade e discriminação”* (2003, p. 18), e durante muito tempo discriminou o negro, nesses espaços, reproduzindo assim o racismo. Além do mais, a mídia televisiva vem tratando a violência de maneira sensacionalista reforçando-a, no interior da percepção humana sobre o mundo, banalizando-a.

Além de reproduzir o racismo as mídias, principalmente a televisiva, segundo Fraga (2006), ao tratar a violência de maneira sensacionalista reforça a violência no interior da percepção humana do mundo.

Arendt (1974) afirma que a violência é sempre instrumental, ou seja, necessita de implementos; portanto não é um fim em si mesma, somente um *meio*. Neste sentido, a violência não pode ser entendida como parte da essência humana. A violência passa então a sempre necessitar de "orientação e justificação pelos fins que persegue. Arendt diferencia justificação de legitimação, afirmando que a violência pode ser justificada (dependendo de seu fim), mas nunca é legítima, pois não pode ser considerada um fim em si mesma.

Desta forma, acredita-se que a violência reforçada pela mídia televisiva e mantida pelos órgãos públicos é instrumental ao modo de produção capitalista.

Quando provocados a refletir sobre o espaço da favela os jovens relacionaram-na a: *“um lugar onde muitos traficantes moram”* (Feroz). *“amontoado de casa pobre, às vezes de plástico, papelão, pra quem não tem condição de morar em um lugar melhor”* (Sincero). *“Um lugar onde têm pessoas boas e pessoas ruins”* (Comunicativa). *“Lembra falta de oportunidade... é o sistema”* (Inteligente).

*“É um lugar que, quando você vê uma pessoa de paletó, ou vai casar ou é político em período de eleição... É só nessa época que eles vão lá”* (Alegre).

As favelas- espaços segregados-, cidades ilegais ou informais, são descritas como espaço não reconhecido pela sociedade e pelo Estado. É o lugar da não-cidadania. É um espaço destituído de infra-estrutura, com limitados equipamentos sociais com oferta de serviços precários, suscetível a diversos níveis de violência.

Para Campos (2007), o espaço da favela na atualidade tem suas origens na estrutura fundiária estabelecida no período imperial. Tal estrutura resultou da legislação discricionária organizada pelas elites rurais, que dominavam o legislativo e os cargos-chaves do império, e favoreceu a concentração da propriedade, tanto no campo quanto na cidade, proporcionando o aumento das distâncias sociais entre os grupos mais pobres e aqueles mais ricos. A concentração de terra ganha significado preocupante no sentido de que foi em sua esteira que se formaram as maiores fortunas do país. Além desse fato, ao impedir que milhares de brasileiros tivessem acesso à parte das terras, ela possibilitou a existência de um exército de miseráveis que vivem das sobras da sociedade.

Passados tantos anos a situação das favelas permanece num movimento de “mudanças” e repetição. Para as pessoas jovens as políticas públicas de melhoria na condição de habitação do espaço urbano deveriam considerar a historicidade dos espaços populares. Para elas isto poderia contribuir na construção de um olhar diferente sobre as favelas e suas práticas sociais, desconstruindo assim o preconceito acerca dos seus residentes. No entanto “as pessoas têm preconceito em relação ao ambiente onde a gente vive. É negro/a mora em favela” (Sonhador). Esta fala conduz a pensar que o espaço de vivência das pessoas jovens negras é um elemento gerador de preconceitos.

De acordo com Sousa e Silva (2007), a favela não pode ser vista como espaço externo a polis, ao território reconhecido como lugar, por excelência de exercício de cidadania. Para o autor o conhecimento da cidadania é relativizado de acordo com a cor da pele, o nível de escolaridade, a faixa salarial e/ou o espaço de moradia dos residentes na cidade.

Do exposto, entende-se que a favela não pode ser entendida como um espaço ou território fora da cidade, mas como parte constituinte da cidade, pois ambas são produções históricas, logo contraditórias. A favela não pode ser vista como uma disfunção do processo de urbanização. Ela é entendida como o espaço de vivência onde as pessoas jovens, conscientes, ou não, constroem sua história.

Independente da posição política, da condição educacional, da condição de gênero, do ponto de vista ético e religioso a compreensão da maioria dos jovens entrevistados acerca do espaço favela partia da idéia de um lugar desprovido de condições sociais básicas, relegado ao abandono político. E ainda, um espaço discriminado. Outra observação interessante é que muitos dos jovens entrevistados não viam o seu lugar de moradia como favela, mesmo apontando nas suas falas a discriminação e a segregação. *“Quem mora aqui muitas vezes tem dificuldade de encontrar emprego, quando diz que mora aqui” (Persistente)*. As falas dos jovens expressa a dinâmica da sua realidade.

Os dados colhidos na pesquisa a partir do posicionamento dos jovens encontram respaldo no que o Observatório de Favelas considera como favela. Para eles a favela é um território constituinte da cidade caracterizada, em parte ou em sua totalidade, pelas seguintes referências:

- Insuficiência histórica de investimentos do Estado e do mercado formal, principalmente o imobiliário, financeiro e de serviços;
- Forte estigmatização sócio-espacial, especialmente inferida por moradores de outras áreas da cidade;
- Níveis elevados de subemprego e informalidade nas relações de trabalho;
- Edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, que não se orientam pelos parâmetros definidos pelo Estado;
- Apropriação social do território com uso predominante para fins de moradia;
- Indicadores educacionais, econômicos e ambientais abaixo da média do conjunto da cidade;
- Ocupação de sítios urbanos marcados por um alto grau de vulnerabilidade ambiental;
- Grau de soberania por parte do Estado inferior à média do conjunto da cidade;
- Alta densidade de habitações no território;
- Taxa de densidade demográfica acima da média do conjunto da cidade;
- Relações de vizinhança marcadas por intensa sociabilidade, com forte valorização dos espaços comuns como lugar de encontro;
- Alta concentração de negros (pardos e pretos) e descendentes de

indígenas, de acordo com a região brasileira;

- Grau de vitimização das pessoas, sobretudo a letal, acima da média da cidade. (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2009:1)

Não obstante uma história de negação as pessoas jovens apontam caminhos de resistência urbana. Uma resistência pautada na criatividade, na solidariedade e na coletividade. Isto pode ser visto na postura do Movimento Cores do Amanhã – lugar onde os jovens reformulam o sentido da vida coletiva.

O movimento de resistência da juventude negra na atualidade guarda semelhanças com o movimento histórico desencadeado pelos negros escravizados, considerando os avanços históricos e as conquistas.

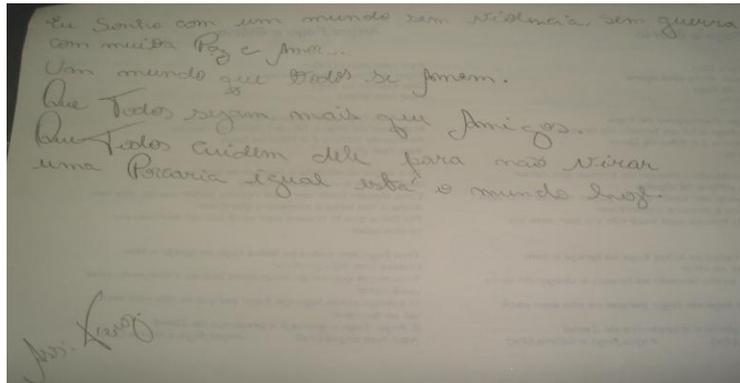
Dentro das possibilidades que o movimento histórico permite - as condições políticas, econômicas e sociais- pessoas jovens negras seguem criando espaços de resistência com o objetivo de mostrar sua cultura, de denunciar seu lugar subalternizado na sociedade, de mostrar seus projetos e sonhos.

As pessoas jovens negras têm utilizado ferramentas como o grafite, o Hip Hop, as músicas executadas pelos DJs e MCs para promoverem a discussão e a articulação para que possam, de maneira crítica, pensar sua realidade. Esta tem sido a postura em construção pelo Movimento Cores do Amanhã. Essa postura crítica ocorre em níveis diferenciados no interior do Movimento.

*“Através do grafite tentamos mostrar para os jovens que a arte pode mudar a vida deles.” “A gente mostra que o racismo é prejudicial e que a violência é um caminho errado.”* (fragmentos de falas das pessoas jovens do Movimento Cores do Amanhã).

Os jovens falam sobre a realidade vivida, mas não superam, na maioria das vezes, o âmbito do aparente. Não conseguem compreender que a sua vivência é determinada por fatores econômicos, político e ideológico. Entendem até certo ponto que é algo externo, mas a leitura é limitada. Contudo, até onde entendem resistem ao que lhes é negado e sonham:

**Figura 01- Fonte:** Valdenice Raimundo – 07/02/10 – trabalho realizado pelo Grupo de jovens com filiação religiosa.



**Transcrição** - Eu sonho com um mundo sem violência, sem guerra e com muita paz e amor. Um mundo que todos se amem. Que todos sejam mais amigos. Que todos cuidem dele para não virar uma porcaria igual está o mundo hoje. (Feroz)

**Figura 02** – Valdenice Raimundo- 10/02/10- Mov. C. Cores do Amanhã



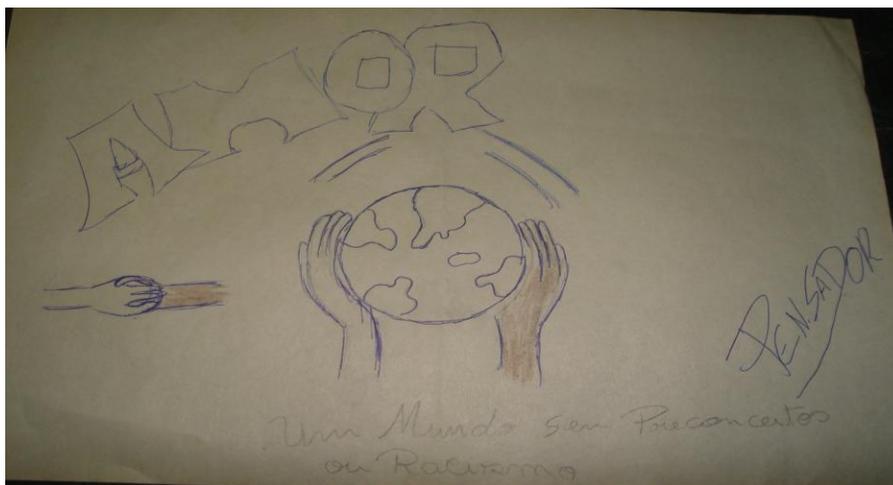
*Sonho com a paz e digo não à violência (Atento).*

**Figura: 03** – Fonte: Valdenice Raimundo – 08/02/2010 – Movimento C. Cores do Amanhã



*Sonho com o mundo sem discriminação (Paciente).*

**Figura: 04** – Fonte: Valdenice Raimundo – 08/02/2010 – Movimento C. Cores do Amanhã-



*Sonho com um mundo sem preconceito e racismo. (Pensador)*

O sonho traz em si a capacidade de projetar, que é capaz de produzir transformação. As pessoas jovens negras estão sujeitas a um conjunto de negações, no entanto, acalentam sonhos<sup>41</sup> que apontam para a negação do que lhes é negado. Esta força é potencializada no cotidiano, no seu espaço de

---

<sup>41</sup> Ver anexo 4

vivência que carece de uma direção política. Portanto, um dos desafios é atribuir visibilidade a esses sujeitos de direitos.

O sistema promove a produção de uma juventude desenraizada, uma vez que nega a sua condição de sujeitos de direitos, mas é na postura de sonhar que pode surgir a possibilidade de enraizamento, pois este é um direito de todo ser humano. Para Yamamoto (2004), todas as pessoas têm uma raiz de participação na coletividade, que conserva vivos os tesouros do passado e outros pertencentes ao futuro. E o desafio nem sempre é buscar o que se perdeu, mas o que pode nascer numa terra de erosão, de contradição.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“O homem é capaz de perguntar e criar novas perguntas a partir de suas respostas” Lukacs.*

Discorreu-se, no transcorrer deste trabalho, sobre a violência urbana e sua relação com a juventude negra. Por certo, houve um esforço de se alcançar o objetivo proposto. Sem dúvida, foi um processo desafiador e de muito aprendizado. Desafiador, porque se colocou luz em um público e numa estrutura espacial que, historicamente, vem sendo obscurecida pelos discursos oficiais. E de muito aprendizado, considerando que a realidade é dinâmica e complexa, com potencial de conduzir o/a pesquisador/a a elaborar novas questões. Neste sentido, entende-se que há muito ainda por caminhar para a compreensão da real situação vivida pelas pessoas jovens negras e residentes do espaço favela.

No entanto, este estudo sugere algumas reflexões importantes a serem consideradas. Saliendo o caráter transitório da produção do conhecimento. Isto não se ampara na ilegitimidade do que foi apreendido. Mas na compreensão de que a realidade social na sua dinamicidade está sempre motivando diferentes reflexões acerca do mesmo tema. Considerando ainda, que o conhecimento está sempre sujeito a reformulações.

Diante disto, entende-se que a situação atual das pessoas negras e especificamente das pessoas jovens negras ainda guarda traços do passado. O racismo, a segregação socioespacial e a violência não se apresentam como se apresentavam nas décadas anteriores, pois a história é dialética e não há repetição sem uma dosagem de inovação. Contudo, na atualidade o racismo, a segregação socioespacial e a violência se mantêm, não negando, as mesmas bases que os originaram, ou seja, a formação sócio-econômica e espacial que na atualidade se reestrutura acompanhando o movimento do capitalismo contemporâneo.

As relações sociais não podem ser entendidas separadamente. As relações sociais de classe, gênero e raça estão conectadas e uma determina a outra, não podendo existir uma compreensão da realidade social sem considerá-las em conjunto. A leitura tendo a centralidade na classe, ou na raça, ou no gênero limitará os estudos, porque se acredita que não há relações sociais sem uma certa produção de relações. As relações sociais não são uniformes nem têm a mesma idade. Na realidade, coexistem relações sociais que têm datas diferentes e que estão, portanto, numa relação de descompasso e desencontro. Nem todas as relações sociais têm a mesma origem. Todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas (LEFEBVRE, 2002).

O modo como a sociedade está organizada - de permanência das desigualdades- conduz as pessoas jovens à alienação dos processos que impõem limites a sua vivência social.

A política pública tem um caráter contraditório. Mesmo sendo fruto das lutas das pessoas negras, não tem um papel de transformação da realidade – elas surgem num cenário neoliberal onde as políticas são pontuais, fragmentadas e têm sua universalidade completamente comprometida.

A juventude se apresenta como um problema para a sociedade moderna, especialmente para o capitalismo, porque ela expõe com maior contundência as mazelas e as contradições desse sistema.

Os jovens têm um potencial revolucionário capaz de fragilizar o sistema capitalista e quem sabe apontar caminhos para a sua superação. No entanto, o modo como a sociedade está organizada frustra esse potencial. Mas é no espaço de vivência aonde os jovens fazem a história não como ato intencional de criar o novo e destruir o velho, mas na contradição que este movimento impõe. E é dessa tensão que nasce a possibilidade da práxis revolucionária. Segundo Martins (1996), a práxis funda-se no resgate e na unificação política dos resíduos. As concepções e relações não capturadas pelo poder permanecem nos subterrâneos da vida social, virtualidades bloqueadas.

Por fim, cabe destacar: as diversas formas de violência que têm como alvo prioritário as pessoas negras só serão superadas, no dia em que como disse Marx, o homem for um ser rico de necessidades. Só que esta riqueza não é a do capital. É a riqueza humana, cuja necessidade mais rica, ao inverso de agora, é a necessidade do outro homem (FRAGA, 2006). Isto, exige uma sociedade, como disse István Meszaros, para além do capital. Uma sociedade para além das classes, *para além das desigualdades de raça e de gênero*<sup>42</sup>, cujas formas de reconhecimento possam forjar-se no sentido da construção da liberdade humana, e não no da dominação.

As reflexões acima se apóiam na seguinte certeza: é na dinâmica contraditória da vida social que se ancoram as possibilidades da sua transformação, instaurando outro padrão de sociabilidade regido por valores democráticos e pelo protagonismo da sociedade que é plural e diversa.

---

<sup>42</sup>Grifo nosso.

# **ANEXOS**

## **Anexo 1.**

Material organizado pelo Professor Cunha Jr. no seu texto: O ensino da história africana.

### **A cronologia da história africana pode ter a seguinte composição:**

- 1 - Aparecimento do Homo Sapiens na África - 10.000 AC
- 2 - Agricultura e criação no Vale do Nilo - 5.000 AC
- 3 - Os Faraós unificam o Estado Egípcio - 3.100 AC
- 4 - O Estado Kerma governa a Antiga Núbia no Sudão 2.250 AC
- 5 - As dinastias Egípcias colonizam o Núbia - 1.570 AC
- 6 - Os Estados Kushes e Napatos se estabelecem no Sudão - 1.100 a 500 AC
- 7 - Fenícios fundaram a Capital em Cartago - 814 AC
- 8 - Os Estados Kushes da Núbia governam o Egito - 760 AC
- 9 - A tecnologia do Ferro é introduzido no Egito pelos invasores Assírios - 500 AC
- 10 - Reinos Núbios - 400 AC
- 11 - Civilização Nok na África Ocidental - 450 AC
- 12 - Os Gregos invadem o Egito - 332 AC
- 13 - Os Romanos invadem o Egito 40 - AC
- 14 - Início do esplendor dos Reinos Axum na África Oriental - 0
- 15 - Expansão Islâmica no Norte Africano - 639
- 16 - Data aproximada da construção do Zimbabue - 700
- 17 - Ocupação de Gana pelos Almoravides - 1.076
- 18 - Fundação do Império Monomotapa na África Austral. - 1.200
- 19 - Início do Império do Mali - 1.235
- 20 - Fundação do Reino do Congo - 1.240
- 21 - Início do Império Songai - 1.400
- 22 - Os Portugueses vencem os Mouros e tomam Ceuta no Norte Africano - 1.415
- 23 - Fundação do Reino Luba na região do Rio Congo - 1.420
- 24 - A presença constante de mercantes portugueses no Rio Senegal - 1.445
- 25 - Estabelecimento do tratado comercial entre Reinos da África Ocidental e os

Portugueses - 1.456

26 - Tratado de Alcáçovas entre Espanhóis e Portugueses que permitem aos Portugueses a introdução de escravizados Africanos na Espanha - 1.475.

27 - Chegada dos Portugueses ao Congo - 1.484

28 - Conversão do Rei do Congo ao Catolicismo - 1.491

(o Catolicismo já havia penetrado na Etiópia 400 anos antes)

29 - Destruição do Império Songai - 1.591

30 - Portugueses invadem Angola transformando o Reino em Colônia - 1.575.

31 - O Reino do Congo é dominado pelos Portugueses - 1.630

32 - Chegada dos Ingleses como invasores e colonizadores na África do Sul - 1.795.

33 - Início das Campanhas Militares de Chaka-Zulu - 1.808

34 - Consolidação do Domínio Europeu na África - 1.884-1.885.

**Ver: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=499>**

## Anexo 2.

### Percentual de pobres, por cor/raça autodeclarada – Brasil e Grandes Regiões, 2001

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
<b>Branca</b>	33,6	46,9	15,6	20,4	20	22,4
<b>Negra</b>	48,4	<b>61,9</b>	32,1	38,9	33,6	<b>46,8</b>
<b>Total</b>	44,3	57,4	21,5	23,3	27,6	33,6

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2005.

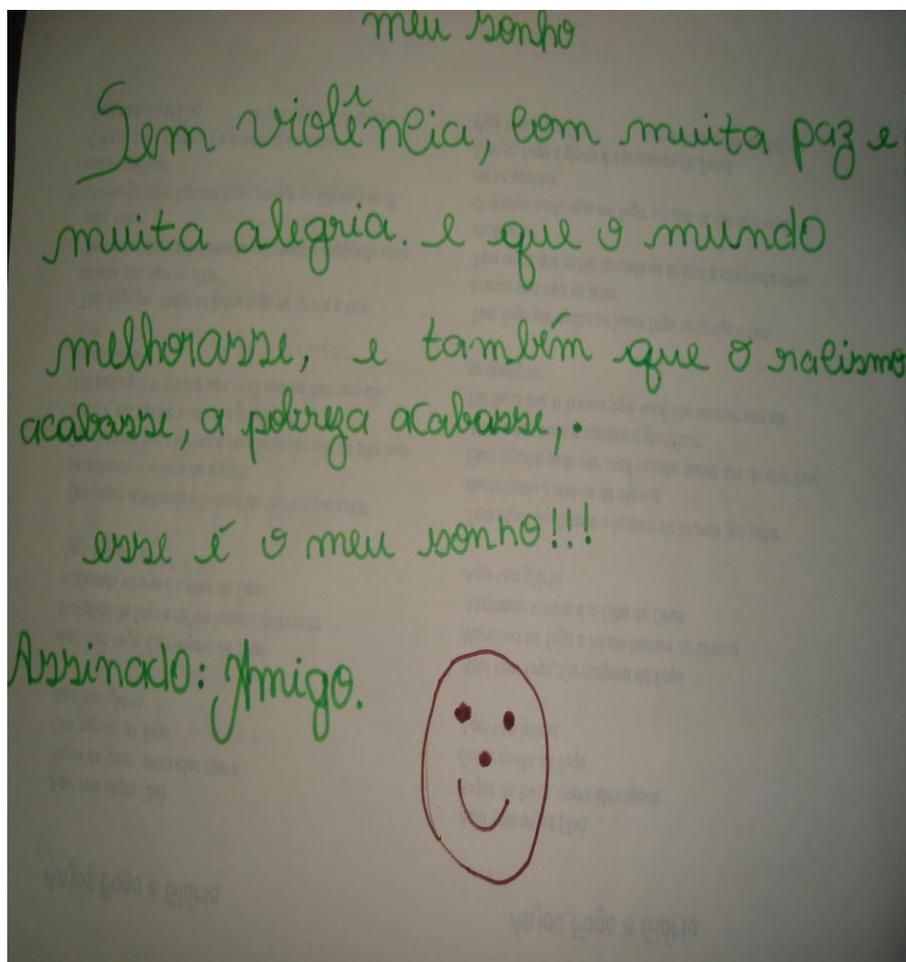
**Perfil da população pobre, por cor/raça autodeclarada – Brasil e Grandes Regiões, 2001**

	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Centro-Oeste</b>	<b>Brasil</b>
<b>Branca</b>	21	24,1	46	73,6	30,9	35,5
<b>Negra</b>	78,8	<b>75,6</b>	53,5	25,9	67,9	<b>64,1</b>
<b>Total</b>	7,7	49	27,6	10,5	5,2	100

**Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2005.**

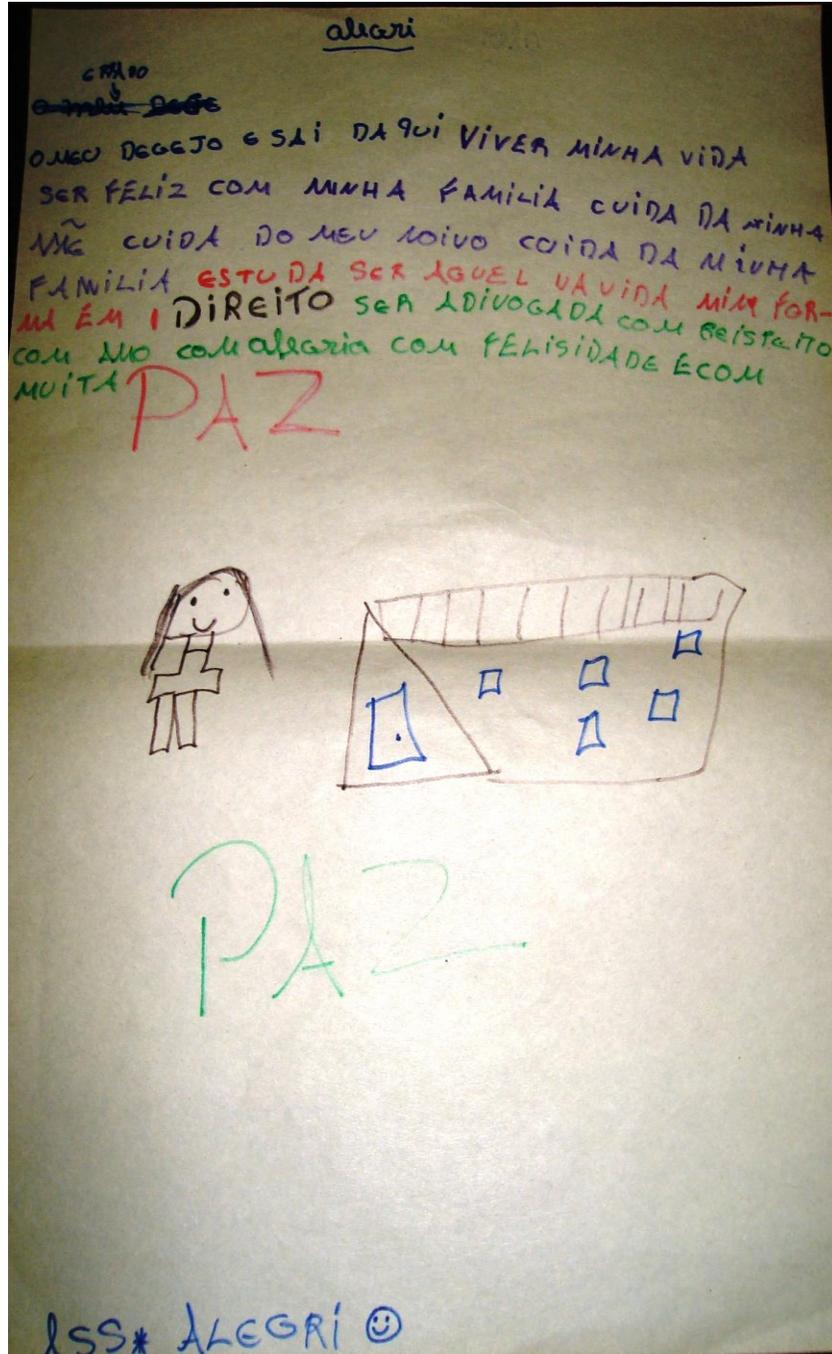
Grupo Religioso (misto)

Fonte: RAIMUNDO, 2010.



Grupo CENIP-PE/ feminino

Fonte: RAIMUNDO, 2010.



# REFERÊNCIAS

- AFRAY, F. A civilização de Axum do século I ao século VII. IN: MOKTAR, G. **História Geral: A África antiga**. São Paulo: ática (Paris) Unesco, 1983.
- AMMAN, S. B. Considerações críticas sobre o conceito de participação. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, 1991.
- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ANJOS, J. **Ouvindo Histórias da Senzala**. São Paulo: Paulinas, 1987.
- ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal In <http://168.96.200.17/ar/libros/educacion/antunes.pdf> acessado 11 de outubro de 2011.
- ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. In: **Crítica Marxista**, nº 11. São Paulo: Boitempo, 2001.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1999.
- \_\_\_\_\_, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.
- BAIERL, LF. **Medo Social: da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BAPTISTA, D.M.T. **O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa**. São Paulo, Cadernos de NEPI, PUC/SP, maio de 1994
- BARROCO, M. L. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BARBOSA, E. F. **A técnica de grupos focais para obtenção de dados qualitativos**. Instituto de pesquisa e inovações educacionais – Educativa. 1999. Disponível em <http://www.educativa.org.br>.
- BARBUJANI, G. **A invenção das raças: Existem mesmo raças humanas? Diversidade e preconceito racial**. São Paulo: Contexto, 2007
- BENTO, M. A. S & BEGHIN, N. **Juventude negra e exclusão radical**. Ipea, 11 de agosto de 2005.

BEHRING, E & BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e história**. 3ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

BERGMANN, M. **Nasce um povo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1964.

BENTO, M. A. S. **Cidadania em preto e branco**. São Paulo: Ática, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Juventude. **Política Nacional de Juventude**, 2006.

BRASIL, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República do Brasil. **Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial**, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial**- DECRETO Nº 6.872, 2009.

BRASÍLIA. Retrato das desigualdades de gênero e raça Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, setembro de 2008.

BOULDING, E., 1981. Las mujeres y la violencia social. In: **La Violencia y sus Causas**. (A. Joxe,org.), pp. 265-279, Paris: Unesco

BOURGUIGNON, J. A. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. In: **Anais do 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil**. Cascavel, 2005.

\_\_\_\_\_, J. A. O processo de pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais. In: **Revista emancipação** – v. 6 , n. 1, 2006.

BORGES, V. P. **O que é história**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” No Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, M. G. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. In: NOVAES, R; VANNUCHI, P. (org) **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Instituto cidadania; fundação Perseu Abramo, 2004.

CARNEIRO, S. Gênero e raça. In: **Seminário feminino face ao dilema da sociedade brasileira**. São Paulo: 2001.

CARDOSO, I. GRANEMANN, S. BEHRING, E. ALMEIDA N. Proposta básica para o projeto de formação profissional - novos subsídios para o debate. In: **Cadernos ABESS**, nº 7. São Paulo: Cortez, 1996.

CARDOSO, R. C. SAMPAIO, H. **Bibliografia sobre juventude**. São Paulo: Edusp, 1985.

CUNHA, L. **Contribuição dos povos africanos para o conhecimento científico e tecnológico universal**. Disponível em: [www.smec.salvador.ba.gov.br/.../contribuicao-povos-africanos.pdf](http://www.smec.salvador.ba.gov.br/.../contribuicao-povos-africanos.pdf) acessado no dia 06/02/2010.

CUNHA JR., H. **Afrodescendência, pluriculturalismo e educação**. *Pátio: revista pedagógica*, Porto Alegre: v. 2, n. 6, p. 21-25, ago./out., 1998.

\_\_\_\_\_, H. "Mais de 500 anos de resistência negra". In: **Revista hora de estudo**, ano III, n.º 5, dezembro de 2000, Aracajú.

\_\_\_\_\_, H. **O ensino da história Africana**. Disponível em <[Http://www.geocities.com.br](http://www.geocities.com.br) > Acesso em: 07 abr. 2003.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: **perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

\_\_\_\_\_, M. **Contra a violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2007. p. 1-6. Disponível em:< [www.fpa.org.br](http://www.fpa.org.br)>. Acessado em: 02/02/2010.

\_\_\_\_\_, M. **Uma ideologia Perversa**. Folha de São Paulo, São Paulo, 14.03.1999.

\_\_\_\_\_, O que é ideologia. São Paulo. Brasiliense, 1984.

COSTA, T. H. LIMA, R. E. Questão urbana e Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**. Nº 79. Ano XXV - São Paulo: Cortez, 2004.

CHESNAIS, F. **Mundialização: o capital financeiro no comando**. Disponível em: [www.revistaoutubro.com.br/edicoes/05/out5\\_02.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/05/out5_02.pdf). Acessado em 14 de outubro, 2010.

DELUIZ, N. A globalização econômica e os desafios à formação profissional. In: **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p.15-21, maio/ago 1996.

DELPHY, C. L' ennemi principal. In: **Tome 2: penser le genre**. Paris: syllepse, 2001.

DEMO, P. **Pobreza política como centro da pobreza humana**. Recife: Revista Symposium/UNICAP, ano 3. Número especial, p. 5-18, Jul. 1999.

DEVREUX, A. M. **A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina**. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, 2005.

DAVIDSON, B. **Á descoberta do passado da África**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1978.

DOMINGUES, P. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. In: **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 10, n.1, p. 25-40, jan.-jun. 2005.

DUBET, F. **Pensar o sujeito**. Fayard, 1995.

ENGELS, F. Teoria da violência. In: **Engels**. São Paulo: Ática, 1981.

FAGE, J. D. A evolução da historiografia da África. In: **História geral da África**. São Paulo, Ática/UNESCO, Vol. I 1982.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade brasileira**. São Paulo: Ática, 1964.

\_\_\_\_\_, F. **O Mito Revelado**. Art. Publicado em Folhetim de São Paulo, 1980, reeditado na Revista Espaço Acadêmico Ano II nº 26 – 2003.

\_\_\_\_\_, F. **Luta de raças e classes**. Jornal do movimento negro; no centenário da abolição. 29/03/1988.

FERREIRA, A. S. Divisão social da violência. In: **Anais da 19ª Conferência Mundial de Serviço Social**. Salvador – Bahia, 19 de agosto de 2008.

FIABANI, A. **Mato, palhoça e pilão: O quilombo da escravidão às comunidades remanescentes**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FLUL, C.A.M.G. **Análise crítica do discurso: enquadramento histórico**. Disponível em: <http://www.fl.ul.pt/pessoais/cgouveia/artigos/hcc.pdf>. Acesso em 24/07/08.

FRAGA, P. D. Violência: forma de dilaceramento do ser social. In: **Serviço Social e Sociedade**. Nº 70. São Paulo: Cortez, 2002.

FREITAS, L. G. **discurso e identidades em narrativas de migrantes**. Tese do Programa de Pós Graduação em línguística do Departamento de Línguística, Português de Línguas Clássicas da Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

FREITAS, D. **A guerra dos escravos**. Graal, Rio de Janeiro, 1982.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 23 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1989.

FRY, P. **A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GENNARI, E. **Em busca da liberdade: traços das lutas escravas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GEHLEN, V. **Do rural ao urbano; a conversão do uso da terra na Zona da Mata Sul de Pernambuco**. Projeto PIBIC 2006.

\_\_\_\_\_, V. **Costurando com fios invisíveis: exclusão e precarização do trabalho e da saúde na atividade de confecção.** GRAPP/UFPE, Recife, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, N. L. **A mulher negra que vi de perto.** Belo Horizonte: Maza, 1995.

GONZALÉZ, L. **A juventude negra brasileira e a questão do desemprego.** IPEA. 28 de abril de 1979.

GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas.** Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GUIMARÃES, A. S. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Editora 34, 2002.

\_\_\_\_\_, A. S. **Preconceito racial: modos, temas e tempos.** São Paulo: Cortez, 2008.

GUERRA, E. C. Olhares sobre as cidades. In: **Revista Inscrita**. CFESS NO II – nº. V – dezembro de 1999.

GUERRA, Y. **A categoria instrumentalidade do Serviço Social no equacionamento de “pseudos problemas” da/na profissão.** Disponível em <http://pessoal.sercomtel.com.br/acessado em 28/10/2003>.

HAZIN, A. L. **Pobreza, marginalidade e exclusão: uma trajetória anunciada.** Recife: Revista Symposium/UNICAP, ano 3, número especial, p. 19-27, Jul. 1999.

HAHNER, J. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870-1970.** Brasília-Ed. Universitária de Brasília, 1993.

HASENBALG, C. **discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ. 2005.

HELLER, A. **O cotidiano e a história.** São Paulo: Paz e terra, 2008.

HENRIQUES, R. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. In: **Texto para discussão nº 807.** IPEA. Rio de Janeiro, julho de 2001.

HOFBAUER, A. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

IANNI, O. **O preconceito racial no Brasil**. Entrevista a Estudos Avançados, 2004.

IAMAMOTO, M. V. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do Assistente Social na área sociojurídica. In: **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**, 7º ed. Cortez, 2000.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desigualdades raciais, racismo e políticas públicas: 120 anos após a abolição**, 2008.

KAMEL, A. **Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

KERGOAT, D. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. Revista Novos Estudos, Março de 2010.

KI-ZERBO, J. Para onde vai a África? In: **CODESRIA Boletim**, Nº 3 & 4, 2007.

LEFEBVRE, H. **Revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_, H. **Lógica formal/lógica dialética**. 5 ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

\_\_\_\_\_, H. **La production de l'espace**. Paris: Ed Anthropos, 1974.

\_\_\_\_\_, H et al. **A irrupção- a revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos**. São Paulo: editora-documentos. Ltda, 1968.

\_\_\_\_\_, H. **La vida cotidiana em el mundo moderno**. Ed. Cast: Alianza Editorial, S.A. Madrid, 1972.

\_\_\_\_\_, H. Renovação, juventude e repetição. In: **Introdução a modernidade: Prelúdios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LEITE, I. B. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas.** Revista Etnográfica, Vol. IV (2), 2000.

LEWGOY, A. SILVEIRA, E. **A entrevista nos processos de trabalho do Assistente Social.** Revista textos e contextos, n. 6, Porto alegre, 2007.

LOPES, M. I. Telenovela brasileira: uma narrativa sobre a nação. In: **Revistas Eletrônicas de Ciências da Comunicação.** v. 9, n. 26, p. 17-34, 2003. Disponível em: <<http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/Comedu/issue/view/305>> Acesso em 07 fev. 2010.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista.** 5 ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Civ. Brasileira, 1991.

MARTINS, J. S. **As temporalidades da história na dialética de Lefebvre.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_, O. **O cativoiro da terra.** São Paulo: Editora ciências humanas, 1979.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARGULIS, M. Juventude uma aproximación conceptual. In: BURAK, S.D. (org). **Adolescencia y Juventud en América Latina.** Cartago: Libro Universitario Regional, 2001.

MAGNOLI, Demetrio. **História da Paz.** São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MINAYO, M. C. **Social Violence from a Public Health Perspective.** Caderno. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 10 (supplement 1): 07-18, 1994.

\_\_\_\_\_, M. C. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde.** HUCITEC-ABRASCO.3ª edição. São Paulo- Reio de Janeiro, 1994.

MOLYNEUX, M. Movilización sin emancipación? Intereses de la mujer. El estado y la revolucion: caso de Nicaragua. In: SOTO, N. et al. **En la transición difícil de**

**la autodeterminación de los pequeños países periféricos.** Managua: Vanguardia, 1987.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MOURA, C. **Os Quilombos e a rebelião negra.** Brasiliense, São Paulo, 1987

\_\_\_\_\_, C, Quilombos: Resistência ao escravismo. São Paulo, Ática, 1987.

MORAIS, R. **O que é violência urbana.** São Paulo: brasiliense, 1981.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos.** São Paulo: Ática, 1998.

\_\_\_\_\_, K. GOMES, N. L. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global, 2006.

NASCIMENTO, A. **O negro revoltado.** Rio de Janeiro: GRD, 1968.

NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** n. 30, ano X, abril, São Paulo: Cortez, 1989.

NOGUEIRA, M.V.L. **Uma representação conceitual da pobreza.** São Paulo: Estudos Avançados/USP, v.11, n.29, p. 37-54, jan./abr. 1997.

Observatório das favelas. **O que é a favela, afinal?** 19/08/2009. Disponível em:

[http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/acervo/view\\_text.php?id\\_text=16](http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/acervo/view_text.php?id_text=16). Acessado em: 22/10/2011.

ODALIA, Nilo. **O que é violência.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

OLIVEIRA, F. Entre a terra e o céu: mensurando a utopia? In: **Democracia viva.** N. 6. Rio de Janeiro: IBASE, 1999.

OLIVA, A. R. **A história da África em perspectiva.** Revista múltipla. Brasília, 2004.

OLIVEIRA, R. RACY, J. **O negro na realidade socioeconômica brasileira: um estudo da participação do negro no mercado de trabalho.** Disponível em <http://www.mackenzie.br/dhtm/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/viewFile/852/372> acessado em 15 de setembro de 2010.

PASTORINI, Alejandra. **Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria concessão-conquista.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 18, n. 53, p. 80-101, mar. 1997.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PAIS, M.J. **Culturas Juvenis.** Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PRADO JR, C. **História econômica do Brasil.** São Paulo, Brasiliense, 1945.

\_\_\_\_\_. **História e desenvolvimento.** São Paulo: Brasiliense, 1978.

PORTO, M. S. G. **A violência entre a inclusão e a exclusão social.** Revista Tempo Social. vol.12, no.1, São Paulo, Scielo, 2000.

QUAPPER, D.K. Juventude ou Juventude? Acerca de cómo mirar y remirar a las juventudes de nuestro continente. In: BURAK, S.D. (org). **Adolescencia y Juventud en América Latina.** Cartago: Libro Universitario Regional, 2001.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RATTS, Alecsandro J. P. As etnias e os outros: as especialidades dos encontros/confrontos. **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, n. 17-18, jan./dez. de 2004.

REVISTA CRIOULA, São Paulo, 2003.

REIS, J. J. GOMES, F. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 1996.

RELATÓRIO: **O Estudo das Cidades no Mundo 2010-2011 – ONU.**

REZENDE, C. B. **Identidade: O que é ser jovem?** Revista Tempo e Presença, n.240, CEDI, 1989.

RIBEIRO, M.. **Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR.** Nona Conferencia Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe. Cidade do México, 10 a 12 de junho de 2004.

ROTONDI, Gabriela. **Pobreza y masculinidade: El urbano marginal**. Buenos Aires, Espacio Editorial, 2000.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. v. 1

Revista Carta Capital. **O medo dos pobres**.\_ Editora Manifesto, 2007.

RODRIGUES, J. C. **Pequena história da África negra**. São Paulo: globo, 1990.

ROSA, D. R. A. Negro, ciência e pensamento social. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 4, n. 3, 2004.

RUFINO, A. **Uma retrospectiva histórica**. São Paulo, 1987.

RUA, M. G. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. *In: Jovens acontecendo na trilhas políticas públicas*. 2 v. Brasília: CNPD, 1998.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_, L.M. e REIS, L.V.S. **Negras imagens**: Ensaio sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: Edusp, 1995.

Santos, J. R. **Movimento negro e crise brasileira**. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SANTOS, M. **O espaço dividido- Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

\_\_\_\_\_, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *In: Espaço e Sociedade: Ensaio*. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

\_\_\_\_\_, M. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

\_\_\_\_\_, M. **Pobreza urbana**. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

\_\_\_\_\_, M. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico**. Hucitec. São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, J. C. G. **Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana.** São Paulo: O autor, 1998.

SILVA, M. P. **O anti-racismo no Brasil: considerações sobre o estatuto social baseado na consciência racial.** Psicologia Política. São Paulo: 2000.

SILVA, R. CARNEIRO, S. **Violência Racial: Uma leitura sobre os dados de homicídios no Brasil.** São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra; Global Rights Patners for Justice, 2009.

SIQUEIRA, M. L. **intelectualidade negra e pesquisa científica.** Salvador: EDUFBA, 2006.

SOUZA, T. S. BARROS, A. P. Meio ambiente e políticas públicas. In: **rede de Defesa Ambiental do Cabo de Santo Agostinho. Carteira de projetos: planos de ação comunitários de meio ambiente/projeto Nucodema.** Cabo de Santo Agostinho. 2007.

SOUZA, T. C. V. **Com a palavra o Movimento Negro: contestando o racismo e desmistificando a democracia racial.** Dissertação de Mestrado. Recife: 1997.

SOUZA E SILVA, J. Um espaço em busca do seu lugar: as favelas para além dos estereótipos. In: **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SPOSITO, M. P. CARRANO, P. C. **Juventude de políticas públicas no Brasil.**

Set /Out /Nov /Dez 2003. Nº 24 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>. Acessado em 11/02/2010.

SPOSATI, A. LOBO, E. **Controle social e políticas de Saúde.** Cad. Saúde Pública vol.8 n. 4 Rio de Janeiro Oct./Dec. 1992.

VENTURI, G. BOKANY, V. Pesquisando discriminação institucional e identidade racial. In: **Racismo no Brasil.** Percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

WAISELFISZ, J. J. **Map of violent deaths.** Estudos avançados. 2007.

\_\_\_\_\_, J.J. **Mapa da Violência IV: os jovens do Brasil**. UNESCO. Brasil. 2004.

\_\_\_\_\_, J.J. **Mapa da Violência dos Municípios Brasileiro**. Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, Brasília, 2007.

WARREN-SCHERER, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

WHITEHEAD, A. **Women's solidarity and divisions among women**. IDS Bulletin, Brighton, v. 15, n. 1, p. 06 – 11, 1984.